

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Assinale C (Certo) ou E (Errado) em cada uma das alternativas:

1. Durante a vigência da Constituição (de 1824 a 1891), outros atos legais relativos ao assunto vieram ao mundo jurídico:

- a) atribuição das Assembléias Legislativas,
- b) criação do Montepio Geral dos Servidores do Estado,
- c) o Decreto nº 3.397 instituiu uma caixa de socorro,
- d) a Lei nº 16/37,
- e) alternativas corretas a,b,d

2. A Lei nº 16/37 instituiu conventos que tinham, por extensão, as mesmas atribuições conferidas:

- a) às Assembléias Legislativas;
- b) ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores;
- c) às Assembléias Legislativas relativamente às entidades de socorros públicos,
- d) a todas e quaisquer entidades de socorro,
- e) apenas ao acidente de trabalho;

3. Em 1850 uma espécie de proteção de natureza previdenciária, semelhante à atual proteção contra acidentes do trabalho, foi incluída no:

- a) Código Penal;
- b) Código Civil;
- c) Código Comercial;
- d) Código Comercial (Lei nº 665), mais especificamente em seu art. 79,
- e) Código Comercial (Lei nº 556), mais especificamente em seu art. 79,

4. “Art. 79— Os acidentes imprevistos e inculcados, que impedirem aos prepostos o exercício de suas funções, não interromperão o vencimento do seu salário, contanto que a inabilitação não exceda a:

- a) 1 (um) mes;
- b) 2 (dois) meses contínuos;
- c) 3 (três) meses contínuos;
- d) 4(quatro) meses contínuos;
- e) Apenas a Alternativa c esta correta;

5. A Constituição de 1891 em seu Art. 75 liberou aposentadoria aos funcionários:

- a) públicos em caso de invalidez a serviço da nação;
- b) públicos em geral;
- c) domésticos;
- d) de industrias;
- e) Incorrestas as alternativas b,c,d

6. A Lei 3.724, de 15 de janeiro 1919, estabelece a responsabilidade objetiva do empregador para com os danos de qualquer origem sofridos pelos trabalhadores durante o serviço refere-se a:

- a) Lei da aposentadoria;
- b) Lei de acidentes no trabalho;
- c) Lei Eloy Chaves
- d) Lei Orgânica da Previdência Social;
- e) Nenhuma das alternativas;

7. Em 1926 uma Emenda Constitucional atribuiu a competência para legislar sobre licença, aposentadorias o órgão:

- a) do Instituto Nacional de Seguro;
- b) das Assembléias Legislativas;
- c) do Congresso Nacional;
- d) do Poder Jurídico;
- e) Nenhuma das alternativas;

8. (Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923), considerada um marco na história da legislação previdenciária brasileira. Cria, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadorias e Pensões para os respectivos empregados a Lei foi:

- a) IPASE
- b) LOPS
- c) SINPAS
- d) Aposentadoria Especial;
- e) Eloy Chaves;

9. Em 1933 o Decreto nº 22.872, criou :

- a) o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos
- b) o Instituto de Aposentadoria para funcionários públicos;
- c) o Instituto de Aposentadoria para funcionários da estrada de ferro;
- d) o instituto de aposentadoria e Pensões dos Comerciantes;
- e) apenas uma alternativa correta;

10. O Decreto nº 24.273 criou o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos comerciantes no ano de :

- a) 1932
- b) 1933
- c) 1934
- d) 1935
- e) 1936

11. A Constituição de 1934, o art. 5º, inciso XIX, reservou a competência para legislar sobre normas gerais de assistência social, ficando para os Estados-membros (art. 10) a competência específica, com base no interesse regional, para cuidar da saúde e assistência públicas, bem como da fiscalização da aplicação das leis sociais.

- a) à União
- b) à Assembléia Legislativas;
- c) o Congresso Nacional;
- d) o Poder Jurídico;
- e) apenas uma alternativa certa;

12. Surgiram alguns benefícios até hoje garantidos aos trabalhadores tais como:

- a) a proteção à gestante
- b) as aposentadorias por invalidez e por velhice
- c) a proteção contra acidentes do trabalho
- d) a proteção a morte.
- e) todas as asstenetivas corretas;

13. O art.170 garantiu proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez após:

- a) trinta e cinco anos de serviços;
- b) quarenta anos de serviços;
- c) trinta anos de serviços;
- d) vinte cinco anos de serviços;
- e) apenas uma correta;

14. Em 1936: por meio da Lei nº 367, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões :

- a) dos funcionários públicos;
- b) dos Publicitários;
- c) dos Comerciantes;
- d) dos Industriários;
- e) nenhuma das alternativas;

15. Em 1938 o IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – congregando funcionários públicos da União por força do Decreto-lei 288, de 25 de fevereiro, tendo perdurado até o ano de :

- a) 1970
- b) 1972
- c) 1974
- d) 1976
- e) 1977

16. No ano () a Lei () criadora do (), nesse mesmo ano foi criado também, por força do () de 26 de agosto, o Instituto de Aposentadoria e Pensão do empregados em ():

- a) 1977, 6.493, SINPAS, Decreto-Lei 651, Transportes e cargas
- b) 1977, 6.493, SINPAS, Decreto-Lei 651, Transportes
- c) 1977, 6.493, SINPAS, Decreto-Lei 652 Transportes e cargas
- d) 1977, 6.493, IPASE, Decreto-Lei 652 Transportes e cargas
- e) 1977, 6.492, SINPAS, Decreto-Lei 651, Transportes e cargas

17. A Constituição de 1946, inaugurou a locução “previdência social”, além de sistematizar a matéria em seu texto. Manteve a tríplex forma de custeio criada pela Constituição de 1934. Seu art. 157 estabeleceu a obrigatoriedade do seguro contra acidentes de trabalho, a cargo

- a) do empregador;
- b) do empregado;
- c) do empregador e em benefício do empregado;
- d) do governo;
- e) nenhuma das alternativas;

18. Para que foi editada a LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807):

- a) para reestruturar a sistema;
- b) para economizar;
- c) para padronizar o sistema assistencial;
- d) para instituiu alguns novos benefícios;
- e) nenhuma das alternativas;

19. Quais os benefícios que a Lei Orgânica da Previdência Social instituiu:

- a) auxílio natalidade;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio-recrusão;
- d) auxílio maternidade;
- e) nenhuma das alternativas;

20. A Constituição de 1967 trouxe alguma alteração em relação a anterior:

- a) não trouxe nenhuma alteração;
- b) não trouxe nenhuma alteração, a única novidade e o aperfeiçoamento do modelo de seguro de acidente de trabalho;
- c) houve várias alterações;
- d) houve várias alterações quanto ao período de tempo de serviço;
- e) nenhuma das alternativas;

21. Os atos infraconstitucionais que lhe seguiram trouxeram muitos e importantes avanços, quais:

- a) Determinou a consolidação da LOPS – Lei Orgânica da previdência Social;
- b) Instituiu a CLPS – Consolidação das Leis da previdência Social;
- c) Instituiu SINPAS- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;
- d) Regulamentando os Benefícios e a forma de Custeio da Previdência Social;
- e) nenhuma das alternativas;

22. Em 1977, a Lei nº6.439 instituiu o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, cujo objetivo principal era o de reorganizar as atividades de Previdência e Assistência Social no país. Qual era sua composição:

- a) INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social;
- b) SINPAS- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;
- c) IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social;
- d) INPS - Instituto Nacional de Previdência Social;
- e) Nenhuma das alternativas;

23. INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, encarregado de prestar serviços de:

- a) assistência médica e acidente de trabalho;
- b) assistência médica e auxílio doença;
- c) aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral;
- d) prestações previdenciárias em forma de pecúnia;
- e) assistência médica;

24. INPS - Instituto Nacional de Previdência Social encarregado das prestações de serviços de:

- a) Previdenciárias em forma de pecúnia, como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral,
- b) fiscalização das contribuições das empresas e dos segurados;
- c) Previdenciária em forma de aposentadoria;
- d) Previdenciária na comunidade social;
- e) Nenhuma das alternativas;

25. IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social encarregado de:

- a) contribuição de FGTS;
- b) de arrecadação e fiscalização das contribuições das empresas e dos segurados, destinadas ao financiamento do sistema;
- c) fiscalização dos recolhimentos pessoa física;
- d) fiscalização dos recolhimentos de autônomos;
- e) apenas uma alternativa correta;

26. A Constituição de 1988 realmente foi a que maior preocupou e demonstrou em sistematizar o assunto em seu art. 194 começa por chamar de "Seguridade Social" o conjunto de atividades voltadas a assegurar os direitos relativos à:

- a) Saúde;
- b) Previdência Social;
- c) Assistência Social;
- d) Seguro Social ;
- e) Nenhuma das alternativas

27. Em 1990 o Decreto nº 99.060 retirou o INAMPS da alçada do Ministério da Previdência Social, transferindo-o para o:

- a) Ministério da Agricultura;
- b) Ministério das Finanças;
- c) Ministério das Energias;
- d) Ministério das Cidades;
- e) Ministério da Saúde;

28. A Emenda Constitucional N° 20 de 15 de dezembro 1999 modificou o:

- a) Sistema Previdenciário ramo autônomo;
- b) Sistema Social;
- c) Sistema de Saúde;
- d) Sistema de Previdência Social;
- e) Nenhuma das alternativas;

29. O Direito Previdenciário é considerado por alguns autores um ramo autônomo do Direito, não obstante ele atenta as três condições normalmente estabelecida para que se reconheça tal independência:

- a) possui objeto, leis, conceitos próprios;
- b) possui princípios, conceitos e constituições próprias;
- c) possui objeto, princípios e conceitos próprios;
- d) possui objeto, princípios e disciplina próprias;
- e) nenhuma das alternativas;

30. O Art. 194 da Constituição Federal e no art. 1º da lei nº 8.212/91 (princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, princípio da diversidade da base de financiamento, etc.), e consedido devido ao:

- a) () salário de contribuição;
- b) () crédito previdenciário;
- c) () salário de benefício;
- d) () encargos previdenciários;
- e) () doações

31. De qualquer forma, autônomo ou não o Direito Previdenciário se relaciona com os demais ramos do Direito, dentre os quais de destacam:

- a) () Direito Constitucional, Direito do Trabalho;
- b) () Direito Tributário, Direito Penal;
- c) () Direito Comercial, Direito Civil e Administrativo;
- d) () Constituição Federal;
- e) () Nenhuma das alternativas;

32. O Direito Constitucional sobrepõem aos:

- a) () Trabalho;
- b) () Débitos de dívidas ativas;
- c) () apropriação indébita;
- d) () estelionato;
- e) () quaisquer outros ramos do Direito;

33. Os Direitos Tributários, de onde são trazidas diversas regras concernentes à constituição do:

- a) () Créditos de empregadores aos empregados;
- b) () falência;
- c) () crédito tributário, inscrição de débitos na Dívida Ativa, repetição de indébitos;
- d) () estelionato;
- e) () sociedade comercial, comerciante individual;

34. Entendida como o “nascidouro” do Direito, sem dúvida alguma a principal fonte é a lei (denominada fonte formal). A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso II, dá a medida da importância dessa que é chamada a:

- a) () fonte por excelência do Direito
- b) () fonte por excelência da Justiça
- c) () fonte por excelência da vida
- d) () fonte por excelência do individualismo
- e) () nenhuma das alternativas

35. As fontes principais estão submetidas a uma escala hierárquica, ao:

- a) () Sistema Previdenciário ramo autônomo;
- b) () Sistema Social;
- c) () Sistema de Saúde;
- d) () Sistema de Previdência Social;
- e) () Ministério das Finanças;

36. A jurisprudência é uma interpretação da lei, feita pelos:

- a) juizes;
- b) Tribuna;
- c) juizes e Tribunais
- d) congresso nacional;
- e) nenhuma das alternativas;

37. Direito adquirido é aquele que já pode:

- a) ser exercido, pelo seu titular;
- b) ser exercido, pelo seu titular ou por alguém;
- c) ser exercido, pelo por todos da família;
- d) ser exercido, pela pai ou mãe;
- e) nenhuma das alternativas;

38. Uma pessoa do sexo masculino que já tenha completado 35 anos de trabalho até 15 de Dezembro de 1998 (advento da Emenda Constitucional nº 20 que passou a considerar o tempo de efetiva contribuição e não mais o tempo de serviço), pode exercer o seu direito à respectiva aposentadoria:

- a) sim, desde que tenha 22 anos de contribuição;
- b) sim, desde que tenha 15 anos de contribuição;
- c) sim, desde que tenha 35 anos de contribuição;
- d) sim, desde que tenha 20 anos de contribuição;
- e) nenhuma das alternativas;

39. Ato jurídico perfeito é o ato jurídido já:

- a) consumado segundo a lei vigente ao tempo;
- b) consumado segundo a Constituição Federal;
- c) consumado segundo a Emenda Constitucional nº 19;
- d) consumado segundo o bem estar do individuo;
- e) consumado segundo o Sindicato;

40. Segurado-empregado de baixa renda (conforme Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998) que tenha apresentado ao empregador certidão de nascimento do filho menor de 14 anos de idade (ou documentação relativa ao equiparado), carteira de vacinação (até os seis anos de idade) e comprovação semestral de frequência escolar (a partir dos sete anos de idade), tem direito ao:

- a) salário ajuda;
- b) salário bonificação;
- c) salário família;
- d) auxilio creche;
- e) auxilio beneficio;

41. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei é o:

- a) principio da Constituição Municipal;
- b) principio do Direito Penal;
- c) principio do Direito Individual;
- d) principio da lei Estadual;
- e) principio do Legislativo;

42. CF, art. 5º, caput e inciso I - Todos são iguais perante a lei, sem:

- a) distinção de qualquer cor e sexo;
- b) distinção de qualquer classe social;
- c) distinção de nacionalidade;
- d) distinção de qualquer natureza;
- e) todas as alternativas erradas;

43. Seletividade na prestação de benefícios e serviços previdenciários, significa que:

- a) o plano básico deve considerar a força econômica-financeira;
- b) as necessidades mínimas dos protegidos pelo benefício;
- c) apenas os de renda menor tem direito;
- d) apenas os sem renda;
- e) nenhuma das alternativas;

44. É assegurado o reajustamento dos benefícios, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos:

- a) em Lei;
- b) em poder de renda;
- c) em poder Municipal;
- d) em poder Estadual;
- e) em poder do Sindicato;

45. A seguridade social será financiada por toda:

- a) a comunidade urbana;
- b) a sociedade;
- c) classe sindical;
- d) classe de operário;
- e) classe do comércio;

46. Os representantes da sociedade civil, no caso, são:

- a) empresários;
- b) trabalhadores;
- c) aposentados;
- d) membros de conselhos setoriais;
- e) Todas as alternativas corretas;

47. Princípio da tríplex forma de custeio esta ligado ao da:

- a) Diversidade da base de Financiamento;
- b) Diversidade da base de Empréstimos;
- c) Diversidade da base de Custos;
- d) Diversidade da base de Impostos;
- e) Diverdidade da base de juros;

48. A Seguridade Social é mantida pelo tripé:

- a) Município, Estado, Trabalhador;
- b) Estado, Empresário, Sindicalista;
- c) Empresário, Trabalhadores, Nacionalidade;
- d) Trabalhador, Empresário, Municipio;
- e) Estado, Empresário, trabalhador;

49. Regulamentação, Fiscalização é controle do:

- a) Poder Público, e Municipal;
- b) Poder judiciário;
- c) Poder Público;
- d) Poder Municipal,
- e) Poder estadual;

50. Execução dos serviços (art. 197):

- a) pelo Poder Público
- b) por terceiros
- c) por pessoa jurídica de direito privado
- d) pelo Poder Judiciário;
- e) nenhuma das alternativas;

51. Competência do SUS (art. 200):

- a) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;
- b) participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- c) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica;
- d) executar as ações de vigilância da saúde do trabalhador;
- e) formar profissionais na sua respectiva área;

52. Valor mínimo dos benefícios (art. 201, § 2º):

- a) Limite tempo de serviços;
- b) limite o valor do salário mínimo;
- c) limite valor do salário de contribuição;
- d) limite valor da contribuição;
- e) nenhuma das alternativas;

53. O período mínimo de contribuição para aposentadoria no regime geral de Previdência Social (ART. 201, § 7º) é de:

- a) trinta e cinco anos para homem e trinta anos para mulher;
- b) sessenta e cinco anos para o homem e sessenta anos para mulher;
- c) trinta anos para o homem e vinte cinco anos para mulher;
- d) cinquenta e cinco anos para o homem e cinquenta anos para a mulher;
- e) alternativa correta a e b;

54. Aposentadoria com redução de cinco anos do período mínimo de contribuição desde que haja comprovação de tempo de efetivo exercício das funções:

- a) de magistério na educação infantil, ensino fundamental e no ensino médio
- b) da saúde;
- c) de metalúrgicos;
- d) de petroquímicos;
- e) de ministros;

55. Objetivo da contribuição (benefício) (art. 203):

- a) () proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
- b) () amparo às crianças e adolescentes carentes
- c) () promoção da integração ao mercado de trabalho
- d) () habilitação e reabilitação de deficientes, integrando-os à comunidade
- e) () garantia de um salário-mínimo aos deficientes e idosos que não se possam manter, ou que não o sejam por sua família

56. Coordenação e edição de normas gerais (art. 204):

- a) () Governo Federal;
- b) () Governo Estadual;
- c) () Governo Municipal;
- d) () Câmara Deputados;
- e) () Governo Previdenciário;

57. Execução dos programas (art.204).

- a) () Governo Municipal;
- b) () Governo Estadual, do DF e dos Municípios;
- c) () da comunidade;
- d) () Governo Estadual;
- e) () Governo providenciário;

58. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) () acesso universal e igualitário;
- b) () provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) () descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) () atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- e) () participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde e participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

59. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) () universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) () valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) () cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) () preservação do valor real dos benefícios;
- e) () previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

60. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) () descentralização político-administrativa;
- b) () participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.
- c) () participação da comunidade;
- d) () participação dos políticos;
- e) () participação do governo;

61. As ações nas áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, conforme o disposto no Capítulo II do Título VII da Constituição Federal, serão organizadas em :

- a) () Sistema Nacional de Seguridade Social, na forma desta lei.
- b) () Sistema Estadual de Seguridade Social, na forma desta lei.
- c) () Sistema Municipal de Seguridade Social, na forma desta lei.
- d) () Sistema Nacional.
- e) () Sistema Nacional, na forma da lei.

62. O Conselho Nacional da Seguridade Social terá dezessete membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) () 3 (Tres) representantes do Governo Federal, dentre os quais 1 (uma) da área de saúde, 1 (um) da área de previdência social e 1 (um) da área de assistência social;
- b) () 2 (dois) representante dos governos estaduais e 2 (dois) das prefeituras municipais;
- c) () 6 (seis) representantes da sociedade civil, sendo quatro trabalhadores, dos quais pelo menos dois aposentados, e quatro empresários.
- d) () 4 (quatro) representantes dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da Seguridade Social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social.
- e) () Totas alternaticas coretas:

63. Os membros do Conselho Nacional da Seguridade Social serão nomeados pelo:

- a) () Presidente da Câmara;
- b) () Presidente do Poder Judiciário;
- c) () Presidente do Poder Legislativo;
- d) () Presidente da Previdência Social;
- e) () **Presidente da República.**

64. O Conselho Nacional de Seguridade Social será presidido por um dos seus integrantes, eleito entre seus membros, que terá mandato de:

- a) () 1 (um) ano, vedada e reeleição,
- b) () 2 (dois) anos, vedada e reeleição,
- c) () 3 (tres) anos, vedada e reeleição,
- d) () 4 (quatro) anos, vedada e reeleição,
- e) () 5(cinco) anos, vedada e reeleição;

65. Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais e terão mandato de:

- a) () 1 (um) ano,
- b) () 2 (dois) anos,
- c) () 3 (tres) anos,
- d) () 4 (quatro) anos,
- e) () 5(cinco) anos,

66. O Conselho Nacional da Seguridade Social reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou de um terço de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo de até:

- a) () três dias para realização da reunião;
- b) () cinco dias para realização da reunião;
- c) () sete dias para realização da reunião;
- d) () quinze dias para realização da reunião;
- e) () trinta dias para realização da reunião;

67. As reuniões do Conselho Nacional da Seguridade Social serão iniciadas com a presença da :

- a) um terço dos de seus membros e metade dos votos simples;
- b) maioria absoluta de seus membros, sendo a maioria simples dos votos.
- c) metade absoluta de seus membros, e metade dos votos simples;
- d) maioria absoluta de seus membros, e metade dos cotos simples;
- e) nenhuma das alternativas;

68. Perderá o lugar no Conselho Nacional da Seguridade Social o membro que não comparecer a:

- a) 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, no ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificado por escrito ao Conselho, na forma estabelecida pelo seu regimento.
- b) 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, no ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificado por escrito ao Conselho, na forma estabelecida pelo seu regimento.
- c) 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) () intercaladas, no ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificado por escrito ao Conselho, na forma estabelecida pelo seu regimento.
- d) 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, no ano, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificado por escrito ao Conselho, na forma estabelecida pelo seu regimento.
- e) Nenhuma das alternativas;

69. A vaga resultante da situação prevista no parágrafo anterior será preenchida através de indicação da entidade representada, no prazo de :

- a) 10 (dez) dias;
- b) 20 (vinte) dias;
- c) 30 (trinta) dias;
- d) 40(quarenta) dias;
- e) 60 (sessenta) dias;

70. Art. 8º— As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por:

- a) 3 (três) representantes, sendo 1 área da previdência social e 2 da área da assistência social.
- b) 3 (três) representantes, sendo 2 área da previdência social e 1 da área da assistência social.
- c) 3 (três) representantes, sendo 1 área da saúde, 2 área da previdência social .
- d) 3 (três) representantes, sendo 2 área da saúde, 1 área da previdência social .
- e) 3 (três) representantes, sendo 1 área da saúde, 1 área da previdência social e 1 da área da assistência social.

71. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

- a) receitas da União;
- b) receitas das contribuições sociais;
- c) receitas de outras fontes;
- d) receitas da União, receitas das contribuições sociais e receitas de outras fontes;
- e) nenhuma das laternativas;

72. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

como empregado:

- a) () aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;
- b) () aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
- c) () o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional do exterior;
- d) () aquele que presta serviço no Brasil à missão diplomática ou à repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) () o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país de domicílio;

73. Aquele que presta serviços de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos é;

- a) () empresário;
- b) () prestadores de serviços em geral;
- c) () empregado doméstico;
- d) () trabalhador autônomo;
- e) () pessoa física;

74. O titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;

- a) () Fazendeiros;
- b) () prestadores de serviços em geral;
- c) () empregado doméstico;
- d) () trabalhador autônomo;
- e) () pessoa física;

75. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas, como trabalhador avulso aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, assim considerados:

- a) () o trabalhador que exerce atividade portuária de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco;
- b) () o trabalhador de estiva de mercadorias de qualquer natureza, inclusive carvão e minério;
- c) () o trabalhador em alvarenga (embarcação para carga e descarga de navios);
- d) () o amarrador de embarcação;
- e) () o ensacador de café, cacau, sal e similares;

76. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, na forma do art. 21, desde que não incluído nas disposições do art. 12. *Parcialmente revogado pelo art. 18, VI, parág. 2º, Decreto 3.048/99: § 2º A inscrição do segurado em qualquer categoria mencionada neste artigo exige a idade mínima de:**

- a) 15 quize anos;
- b) 16 dezesseis anos.
- c) 18 dezoito anos.
- d) 20 vinte anos.
- e) 22 vinte dois anos.

77. Os recursos oriundos da majoração das contribuições previstas nesta Lei ou da criação de novas contribuições destinadas à Seguridade Social somente poderão ser utilizados para atender as ações nas áreas :

- a) de saúde;
- b) da previdência social;
- c) da assistência social;
- d) de saúde, previdência social e Assistência social;
- e) nenhuma das alternativas;

78. A base de cálculo da contribuição desses segurados está limitada ao teto de:

- a) R\$ 1.571,56
- b) R\$ 1.581,56
- c) R\$ 1.561,56
- d) R\$ 1.591,56
- e) R\$ 1.551,56

79. Caso esses segurados trabalhem para mais de um empregador, seus salários-de-contribuição em cada uma deles serão:

- a) somados para efeito de verificação da alíquota aplicável,
- b) subtraídos para efeito de verificação da alíquota aplicável,
- c) divididos para efeito de verificação da alíquota aplicável,
- d) mutiplicados para efeito de verificação da alíquota aplicável,
- e) nenhuma das alternativas;

80. As contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à Seguridade Social, além do disposto no art. 22, são calculadas mediante a aplicação das seguintes alíquotas de:

- a) 5% sobre a receita bruta e 10% sobre o lucro líquido do período-base
- b) 2% sobre a receita bruta e 5% sobre o lucro líquido do período-base
- c) 5% sobre a receita bruta e 12% sobre o lucro líquido do período-base
- d) 2% sobre a receita bruta e 15% sobre o lucro líquido do período-base
- e) 5% sobre a receita bruta e 10% sobre o lucro líquido do período-base

81. De acordo com o transcrito inciso III do art. 239 do Decreto Regulamentar nº 3.048/99, a multa será:

- a) de 8, 14 ou 20% quando o recolhimento em atraso for feito espontaneamente pelo contribuinte, e não em decorrência de lançamento do crédito previdenciário, considerando-se, respectivamente, o mês de vencimento, o mês seguinte e o segundo mês seguinte;
- b) de 24, 30, 40 ou 50% quando a contribuição for paga dentro de 15 dias contados do recebimento, pelo devedor, da notificação fiscal de lançamento da mesma, ou respectivamente, após o décimo quinto dia, até 15 da ciência da decisão administrativa ou após esse prazo.

- c) de 60, 70, 80 ou 100% quando as contribuições forem inscritas na Dívida Ativa, levando-se em conta, respectivamente, o seu parcelamento, o seu não parcelamento, ajuizamento de ação de execução fiscal sem parcelamento ou ajuizamento de ação de execução com parcelamento;
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

82. Não é permitido o parcelamento de dívidas de empresa com:

- a) falência decretada;
- b) concordata preventiva requerida;
- c) concordata suspensiva requerida;
- d) que já possua parcelamentos anteriores;
- e) todas as alternativas estão corretas.

83. Dados seus conhecimentos acerca de parcelamento de créditos havidos em favor da Seguridade Social, é correto afirmar:

- a) Os créditos de qualquer natureza da Seguridade Social, constituídos ou não, que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data da concessão e expressos em moeda corrente.
- b) Os valores referentes a competências anteriores a 1º de janeiro de 1995 e expressos em Unidade Fiscal de Referência-UFIR serão reconvertidos para moeda corrente, com base no valor da Unidade Fiscal de Referência-UFIR na data do pagamento.
- c) O valor do crédito consolidado será dividido pela quantidade de parcelas mensais concedidas na forma da legislação pertinente.
- d) O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros na forma da legislação pertinente.
- e) A parcela mensal com valores relativos a competências anteriores a janeiro de 1995 será determinada de acordo com as disposições do § 1º, acrescida de juros conforme a legislação pertinente.”

84. O acordo para parcelamento será imediatamente rescindido, aplicando-se o disposto no § 1º do art. 245, caso ocorra uma das seguintes situações:

- a) falta de pagamento de qualquer parcela nos termos acordados;
- b) perecimento, deterioração ou depreciação da garantia oferecida para obtenção da Certidão Negativa de Débito-CND, se o devedor, avisado, não a substituir ou reforçar, conforme o caso, no prazo de trinta dias contados do recebimento do aviso;
- c) descumprimento de qualquer outra cláusula do acordo de parcelamento.
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

85. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

- a) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
- b) da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada;
- c) da data em que ocorrer o pagamento;
- d) da data em que ocorrer o inadimplemento;
- e) da data em que foi firmado o acordo.

86. O direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo 45, prescreve em:

- a) dez anos;
- b) cinco anos;
- c) dois anos;
- d) vinte anos;
- e) quinze anos.

87. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

- a) cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- b) erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- c) reforma, anulação de decisão condenatória;
- d) rescisão de decisão condenatória;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

88. Em obediência ao CTN, o art. 89 da Lei 8.212/91 traz regras sobre a devolução dos valores recolhidos indevidamente pelas empresas e segurados. Da análise do caput, constata-se que tais valores:

- a) podem ser restituídos ou compensados;
- b) devem referir-se a contribuições para a Seguridade Social arrecadadas pelo INSS (excluídas, por conseguinte, as mencionadas no art. 23 desta Lei);
- c) precisam ter sido recolhidos indevidamente (era quase desnecessário dizer que os valores recolhidos devidamente não são passíveis de devolução);
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

89. Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficente de assistência social que atenta aos seguintes requisitos cumulativamente:

- a) seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou Municipal;
- b) seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada cinco anos;
- c) promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência;
- d) não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;
- e) aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando anualmente ao órgão do INSS competente, relatório circunstanciado de suas atividades.

90. O INSS cancelará à isenção da pessoa jurídica de direito privado beneficente que não atender aos requisitos previstos neste artigo, a partir da data em que deixar de atendê-los, obedecido o seguinte procedimento:

- a) se a fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS verificar que a pessoa jurídica a que se refere este artigo deixou de cumprir os requisitos nele previstos, emitirá Informação Fiscal na qual relatará os fatos que determinam a perda da isenção;
- b) a pessoa jurídica de direito privado beneficente será cientificada do inteiro teor da Informação Fiscal, sugestões e conclusões emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e terá o prazo de quinze dias para apresentação de defesa e produção de provas;
- c) apresentada a defesa ou decorrido o prazo sem manifestação da parte interessada, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS decidirá acerca do cancelamento da isenção, emitindo Ato Cancelatório, se for o caso;
- d) cancelada a isenção, a entidade terá o prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, para interpor recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS.
- e) todas as alternativas estão incorretas.

91. A pessoa jurídica de direito privado deve requerer o reconhecimento da isenção ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, em formulário próprio, juntando os seguintes documentos:

- a) decretos declaratórios de entidade de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;
- b) Registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos; *(Redação dada pelo Decreto nº 4.032, de 26.11.2001)*
- c) estatuto da entidade com a respectiva certidão de registro em cartório ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d) ata de eleição ou nomeação da diretoria em exercício, registrada em cartório ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- e) comprovante de entrega da declaração de isenção do imposto de renda de pessoa jurídica, fornecido pelo setor competente do Ministério da Fazenda-MF;

92. A pessoa jurídica de direito privado beneficiada com a isenção de que tratam os arts. 206 ou 207 é obrigada a apresentar, anualmente, até 30 de abril, ao órgão do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS jurisdicionante de sua sede, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior, assim como as seguintes informações e documentos:

- a) localização de sua sede;
- b) nome e qualificação completa de seus dirigentes;
- c) relação dos seus estabelecimentos e obras de construção civil identificados pelos respectivos números de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e matrícula no Cadastro Específico do INSS;
- d) descrição pormenorizada dos serviços de assistência social, educacional ou de saúde, prestados a menores, idosos, portadores de deficiência e pessoas carentes, mencionando a quantidade de atendimentos e os respectivos custos, para o caso da pessoa jurídica de direito privado a que se refere o art. 206;
- e) demonstrativo mensal por atividade, no qual conste a quantidade de atendimentos gratuitos oferecidos a pessoas carentes, o valor efetivo das vagas cedidas, a receita proveniente dos atendimentos prestados ao SUS, o valor da receita bruta, da contribuição social devida, o percentual e o valor da isenção usufruída, para o caso da pessoa jurídica de direito privado a que se refere o art. 207;

93. No formulário para cadastramento de óbito deverá constar, além dos dados referentes à identificação do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, pelo menos uma das seguintes informações relativas à pessoa falecida: (Parágrafo incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.01)

- a) número de inscrição do PIS/PASEP; (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24/08/81?)
- b) número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, se contribuinte individual, ou número de benefício previdenciário - NB, se a pessoa falecida for titular de qualquer benefício pago pelo INSS; (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.01)
- c) número do CPF; (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.01)
- d) número de registro da Carteira de Identidade e respectivo órgão emissor; (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.01)
- e) número do título de eleitor; (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24.8.01)

94. Fica o SUS obrigado a:

- a) enviar às empresas e aos contribuintes individuais, quando solicitado, extratos de recolhimentos das suas contribuições;
- b) emitir automaticamente e enviar às empresas avisos de cobrança de débitos.
- c) emitir e enviar aos beneficiários o Aviso de Concessão de Benefício, além da memória de cálculo do valor dos benefícios concedidos;
- d) reeditar versão atualizada, nos termos do Plano de Benefícios, da Carta dos Direitos dos Segurados.
- e) divulgar, com a devida antecedência, através dos meios de comunicação, alterações porventura realizadas na forma de contribuição das empresas e segurados em geral;

95. A matrícula da empresa será feita:

- a) simultaneamente com a inscrição, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) perante o Instituto Nacional do Seguro Social— INSS no prazo de 30 (trinta) dias contados do início de suas atividades, quando não sujeita a sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ;
- c) Independentemente do disposto neste artigo, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS procederá à matrícula: de ofício, quando ocorrer omissão; de obra de construção civil, mediante comunicação obrigatória do responsável por sua execução, no prazo do inciso II.
- d) A unidade matriculada na forma do inciso II e do § 1º deste artigo receberá “Certificado de Matrícula” com número cadastral básico, de caráter permanente.
- e) O não-cumprimento do disposto no inciso II e na alínea “b” do § 1º deste artigo sujeita o responsável a multa na forma estabelecida no art. 92 desta Lei.

96. Para fins de fiscalização do INSS, o Município, por intermédio do órgão competente, fornecerá relação de alvarás para construção civil e documentos de “habite-se” concedidos.

- a) A presente regra é dirigida às Prefeituras Municipais, que não podem:
- b) autorizar o início de construção civil (através de alvará) sem que o responsável pela obra lhes apresente o documento comprobatório da matrícula da mesma junto ao INSS (v. letra “b” do § 1º do art. 49), nem
- c) concluída a obra, fornecer habite-se sem que esse mesmo responsável lhes apresente a Certidão Negativa de Débito relativa à construção.
- d) a matrícula da obra no INSS deve anteceder a concessão de alvará, e a regularização da obra concluída no INSS, com a conseqüente expedição de CND, deve anteceder a concessão de habite-se.
- e) O descumprimento da obrigação prevista neste artigo, sujeita o servidor municipal responsável pela omissão à regra do § 2º do art. 48, ou seja, à multa de que trata o art. 92, sem prejuízo de outras responsabilizações que as circunstâncias do ato determinarem.

97. O crédito relativo a contribuições, cotas e respectivos adicionais ou acréscimos de qualquer natureza arrecadados pelos órgãos competentes, bem como a atualização monetária e os juros de mora, estão sujeitos nos:

- a) processos de falência;
- b) concordata;
- c) concurso de credores às disposições atinentes aos créditos da União, aos quais são equiparados;
- d) processos de débitos;
- e) processos trabalhistas;

98. À empresa em débito para com a Seguridade Social é proibido:

- a) distribuir bonificação ou dividendo a acionista;
- b) dar ou atribuir cota ou participação nos lucros a sócio-cotista, diretor ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, ainda que a título de adiantamento;
- c) A infração do disposto neste artigo sujeita o responsável à multa de 50% (cinquenta por cento) das quantias que tiverem sido pagas ou creditadas a partir da data do evento, atualizadas na forma prevista no art. 34.
- d) Todas alternativas estão corretas;
- e) Todas as alternativas estão erradas;

99. Na execução judicial da Dívida Ativa da União, suas autarquias e fundações públicas, será facultado ao exequente indicar bens à penhora, a qual será efetivada concomitantemente com a citação inicial do devedor.

- a) Os bens penhorados nos termos deste artigo ficam desde logo indisponíveis.
- b) Efetuado o pagamento integral da dívida executada, com seus acréscimos legais, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da citação, independentemente da juntada aos autos do respectivo mandado, poderá ser liberada a penhora, desde que não haja outra execução pendente.
- c) O disposto neste artigo aplica-se também às execuções já processadas.
- d) Não sendo opostos embargos, no caso legal, ou sendo eles julgados improcedentes, os autos serão conclusos ao juiz do feito, para determinar o prosseguimento da execução.
- e) nenhuma das alternativas;

100. Os órgãos competentes estabelecerão critério para a dispensa de constituição ou exigência de crédito de valor inferior ao custo dessa medida.

- a) sempre que a fiscalização do INSS ou da Receita Federal constatar a falta de recolhimento de qualquer das contribuições referidas nesta Lei, deverá promover a constituição do respectivo crédito, através do lançamento. Tem início, aí, um processo de cobrança - administrativa a princípio, mas que pode chegar à fase de execução judicial da dívida - tendente a forçar o devedor ao recolhimento dos valores lançados.
- b) Esse processo de cobrança tem um custo para a Seguridade Social, o qual, não raro, pode superar o próprio valor do crédito exigido. Assim, o legislador houve por bem autorizar os órgãos competentes (INSS ou Receita Federal) a estabelecerem critérios tanto para a dispensa de lançamentos, como para o encerramento de processos de cobrança já iniciados, desde que o montante exigível seja de diminuta significância.
- c) Com fundamento nessa autorização legal, foi editada a Medida Provisória nº 1.544, em 18 de dezembro de 1996, cujos arts. 1º a 3º assim dispõem:
- d) Com fundamento nessa autorização legal, foi editada a Medida Provisória nº 1.533, em 18 de dezembro de 1996, cujos arts. 1º a 3º assim dispõem:
- e) Todas alternativas corretas;

101. Fica extinto todo e qualquer crédito do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS oriundo de contribuições sociais por ele arrecadadas ou decorrente do descumprimento de obrigações acessórias, cujo valor:

- a) total das inscrições em Dívida Ativa, efetuadas até 30 de novembro de 1996, relativamente a um mesmo devedor, seja igual ou inferior a R\$ 1.500,00 (mil quinhentos reais);
- b) total das inscrições em Dívida Ativa, efetuadas até 30 de novembro de 1996, relativamente a um mesmo devedor, seja igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) por lançamento feito até 30 de novembro de 1996, decorrente de notificação ou de auto-de-infração não inscrito em Dívida Ativa, seja igual ou inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- d) Os valores previstos referem-se ao montante dos créditos atualizados em 1º de dezembro de 1996, inclusive com todos os acréscimos legais incidentes.
- e) A extinção de processos judiciais em decorrência da aplicação desta Medida Provisória não implicará condenação em honorários, custas e quaisquer outros ônus de sucumbência contra o exequente, ainda que tenham sido oferecidos embargos à execução.

102. É exigida Certidão Negativa de Débito - CND, fornecida pelo órgão competente, nos seguintes casos da empresa:

- a) na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou crédito concedido por ele;
- b) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo;
- c) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de valor superior a Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) incorporado ao Ativo Permanente da empresa;
- d) no registro ou arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo a baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil;
- e) Todas as alternativas erradas

103. Certidão Negativa de Débito-CND é documento expedido e fornecido:

- a) Somente pelo SUS ;
- b) Somente pela Receita Federal;
- c) Somente pelo INSS;
- d) Somente pelo INSS e Receita Federal;
- e) Somente pelo SUS e INSS;

104. Não será expedido documento comprobatório de inexistência de débito, salvo nos seguintes casos:

- a) todas as contribuições devidas, os valores decorrentes de atualização monetária, de juros moratórios e multas tenham sido recolhidos;
- b) o débito esteja pendente de decisão em contencioso administrativo;
- c) o débito seja pago;
- d) o débito esteja garantido por depósito integral e atualizado em moeda corrente;
- e) o pagamento do débito fique assegurado mediante oferecimento de garantia suficiente, na forma do art. 260, em caso de parcelamento com confissão de dívida fiscal, observado o disposto no art. 244;

105. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o

- a) () Poder Judiciário;
- b) () Poder Legislativo;
- c) () Poder Público;
- d) () Poder Judiciário e Poder Público;
- e) () Poder Legislativo e Poder Judiciário;

106. Sem a apresentação do documento comprobatório de inexistência de débito junto à Seguridade Social, a empresa não poderá:

- a) () obter crédito no mercado;
- b) () participar de concorrência pública,
- c) () obter isenções de tributos
- d) () financiamentos concedidos pelos bancos estatais.
- e) () financiamentos em bancos privados;

107. Para fazer jus à CND, a empresa que tiver filiais deve estar em dia com as:

- a) () Contribuições de todos os seus funcionários;
- b) () Contribuições apenas da matriz;
- c) () Contribuições apenas das obras de construção civil
- d) () Contribuição de GSPIS;
- e) () Contribuições de todos os seus estabelecimentos Previdenciários;

108. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99, em seu art. 260, as espécies de garantia aceitas pelo órgão competente, a saber:

- a) () depósito integral e atualizado do débito em moeda corrente;
- b) () hipoteca de bens móveis, com ou sem seus acessórios
- c) () fiança bancária
- d) () vinculação das parcelas de preço do bem a ser negociado a prazo pela empresa
- e) () penhora.

110. A garantia de que trata a questão anterior deve ter valor mínimo de _____ do total da dívida, observado, em qualquer caso, o valor de mercado dos bens indicados, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.”:

- a) () 100%;
- b) () 110%;
- c) () 95%;
- d) () 90%;
- e) () 120%.

111. O § 8º diz que não será exigida a garantia, em havendo débito parcelado, se a CND for expedida para uma das finalidades do inciso I, letra “a”, do artigo 47, ou seja:

- a) () para contratação com o Poder Público,
- b) () para o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais,
- d) () para obtenção de créditos pelos bancos estatais;
- e) () todas as alternativas estão corretas;
- f) () todas as alternativas estão incorretas.

112. Para obtenção da vantagem ilícita, o criminoso induz ou mantém alguém (geralmente, um servidor da órgão previdenciário) em erro, mediante:

- a) artifício; simulação de uma situação ou de um fato inexistentes;
- b) contrafação; o meio empregado para a falsificação, geralmente de documento;
- c) imitação; produção de algo que, embora falso, se assemelhe ao verdadeiro;
- d) alteração ardilosal; alteração maliciosa tendente a convencer alguém da veracidade do que é falso;
- e) conluio; diz respeito ao resultado (falso) obtido por meio da contrafação.

113. Por infração a qualquer dispositivo das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 1991, para a qual não haja penalidade expressamente cominada neste Regulamento, fica o responsável sujeito a multa variável de R\$ 636,17 a R\$ 63.617,35), conforme a gravidade da infração, aplicando-lhe o disposto nos arts. 290 a 292, e de acordo com os seguintes valores:

I — a partir de R\$ 636,17 nas seguintes infrações:

- a) deixar a empresa de preparar folha de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com este Regulamento e com os demais padrões e normas estabelecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social;
- b) deixar a empresa de se matricular no IAPAS, dentro de trinta dias contados da data do início de suas atividades, quando não sujeita a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- c) deixar a empresa de descontar da remuneração paga aos segurados a seu serviço importância proveniente de dívida ou responsabilidade por eles contraída junto à seguridade social, relativa a benefícios pagos indevidamente;
- d) deixar a empresa de matricular no SUS obra de construção civil de sua propriedade ou executada sob sua responsabilidade no prazo de trinta dias do início das respectivas atividades;
- e) deixar o Titular de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de comunicar ao INSS, até o dia dez de cada mês, a ocorrência ou não ocorrência de óbitos, no mês imediatamente anterior, bem como enviar informações inexatas, conforme disposto no art. 228;

114. II — a partir de R\$ 6.361,73 nas seguintes infrações:

- a) deixar a empresa de lançar mensalmente, em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos;
- b) deixar a empresa de apresentar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à Secretaria da Receita Federal-SRF os documentos que contenham as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, ou os esclarecimentos necessários à fiscalização;
- c) deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou o titular de serventia extrajudicial de exigir documento comprobatório de inexistência de débito, quando da contratação com o Poder Público ou no recebimento de benefício ou de incentivo fiscal ou crédito;
- d) deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou o titular de serventia extrajudicial de exigir a apresentação do documento comprobatório de inexistência de débito, quando da alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo;
- e) deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou titular de serventia extrajudicial de exigir a apresentação do documento comprobatório de inexistência de débito na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel incorporado ao ativo permanente da empresa, de valor superior a R\$ 10.904,18;

115. Os valores mencionados nas questões anteriores são os mínimos para as respectivas infrações, pois eles podem ser aumentados se ocorrida qualquer das circunstâncias agravantes arroladas no art. 290 do citado decreto, a saber, ter o infrator:

- a) tentado subornar servidor dos órgãos competentes;
- b) agido com dolo, fraude ou má-fé;
- c) desacatado, no ato da ação fiscal, o agente da fiscalização;
- d) obstado a ação da fiscalização;
- e) incorrido em reincidência.

116. A prática de nova infração a dispositivo da legislação por uma mesma pessoa ou por seu sucessor, dentro de cinco anos da data em que houver passado em julgamento administrativo a decisão condenatória referente à infração anterior, caracteriza:

- a) dolo;
- b) coação;
- c) omissão;
- d) fraude;
- e) reincidência.

117. O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS poderá arrecadar e fiscalizar, mediante remuneração de _____ do montante arrecadado, contribuição por lei devida a terceiros, desde que provenha de empresa, segurado, aposentado ou pensionista a ele vinculado, aplicando-se a essa contribuição, no que couber, o disposto nesta Lei:

- a) cinco por cento;
- b) três e meio por cento;
- c) dois e meio por cento;
- d) dois por cento;
- e) dez por cento.

118. O Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS compreende os seguintes órgãos:

- a) vinte e oito Juntas de Recursos, com a competência para julgar, em primeira instância, os recursos interpostos contra as decisões prolatadas pelos órgãos regionais do Instituto Nacional do Seguro Social, em matéria de interesse de seus beneficiários;
- b) seis Câmaras de Julgamento, com sede em Brasília, com a competência para julgar, em segunda instância, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelas Juntas de Recursos que infringirem lei, regulamento, enunciado ou ato normativo ministerial e, em única instância, os recursos interpostos contra decisões do Instituto Nacional do Seguro Social em matéria de interesse dos contribuintes, inclusive a que indeferir o pedido de isenção de contribuições, bem como, com efeito suspensivo, a decisão cancelatória da isenção já concedida.
- c) dez Câmaras de Julgamento, com sede em Brasília, com a competência para julgar, em segunda instância, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelas Juntas de Recursos que infringirem lei, regulamento, enunciado ou ato normativo ministerial e, em única instância, os recursos interpostos contra decisões do Instituto Nacional do Seguro Social em matéria de interesse dos contribuintes, inclusive a que indeferir o pedido de isenção de contribuições, bem como, com efeito suspensivo, a decisão cancelatória da isenção já concedida.
- d) vinte e duas Juntas de Recursos, com a competência para julgar, em primeira instância, os recursos interpostos contra as decisões prolatadas pelos órgãos regionais do Instituto Nacional do Seguro Social, em matéria de interesse de seus beneficiários;
- e) todas as alternativas estão corretas.

119. O prazo para a interposição de recurso ao CRPS é de:

- a) 15 dias
- b) 20 dias
- c) 25 dias
- d) 30 dias
- e) 60 dias

120. A não apresentação de recurso, pela empresa ou segurado, dá ao órgão previdenciário o direito de inscrever o débito no seu:

- a) Cadastro de cobrança;
- b) Livro de Ata, para o início da cobrança;
- c) Livro da Dívida Ativa, para o início da cobrança judicial;
- d) Livro de inspeção de cobrança;
- e) Nenhuma das alternativas;

121. A empresa em débito salarial com seus empregados não poderá:

- a) pagar honorário, gratificação, pro labore ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual;
- b) Distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos; ser dissolvida.
- c) Comprar nenhum bem;
- d) Alternativas a e c estão corretas
- e) todas alternativas erradas;

122. Os diretores, sócios, gerentes, membros de órgãos fiscais ou consultivos, titulares de firma individual ou quaisquer outros dirigentes de empresa responsável pela infração do disposto no art. 1º, incisos I e II, estarão sujeitos à pena de detenção de:

- a) de um mês a dois anos;
- b) de um ano;
- c) de dois anos
- d) um mês a um ano.
- e) Nenhuma das alternativas;

123. As infrações descritas no art. 1º, incisos I e II, e seu parágrafo único, sujeitam a empresa infratora à multa variável de:

- a) dois a cinquenta por cento do débito salarial;
- b) dez a cinquenta por cento do débito salarial;
- c) quinze a cinquenta por cento do débito salarial;
- d) vinte a cinquenta por cento do débito salarial;
- e) nenhuma das alternativas;

124. Nas sentenças judiciais ou nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais relativas à contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor de:

- a) vinte por cento do total apurado em liquidação de sentença;
- b) oitenta por cento do total apurado em liquidação de sentença
- c) noventa por cento do total da homologação;
- d) total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado;
- e) nenhuma das alternativas;

125. Lei nº 9.317, de 5 de Dezembro de 1996, juntamente com a lei 9.841 de 5-10-99, institui o “sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte - simples”, em conformidade com o art. 179 da constituição federal, que determina seja dado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a tais pessoas jurídicas. recomenda-se que dirija as atenções às referidas leis para compreensão do sistema de cobrança por ela adotado, considera-se:

- a) MICROEMPRESA, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- b) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);
- c) RECEITA BRUTA, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- d) MICROEMPRESA, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais);
- e) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e igual ou inferior a R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais);

126. A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Contribuições para a Seguridade Social,

127. A base de cálculo do valor devido é a receita bruta mensal, mas a alíquota aplicável deve ser buscada com base na :

- a) Lucro ativo no ano em curso, até o próprio mês;
- b) Lucro passivo no ano em curso, até o mês anterior;
- c) Receita bruta acumulada no ano em curso, até o próprio mês;
- d) Receita bruta acumulada no ano em curso, até mês anterior;
- e) Nenhuma das alternativas;

128. O pagamento unificado de que trata a Lei nº 9.317 será feito de forma centralizada, até o :

- a) primeiro dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- b) quinto dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- c) sétimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- d) décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- e) quinto dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;

129. Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto:

- a) de cancelamento;
- b) de financiamento;
- c) de parcelamento;
- d) todas as alternativas corretas;
- e) todas as alternativas erradas;

130. Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

- a) na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (Redação dada pela MPV 2189-49 de 23.08.2001);
- b) na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); (Redação dada pela MPV 2189-49 de 23.08.2001);
- c) constituída sob a forma de sociedades por ações;
- d) cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e de câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;
- e) que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

131. Da exclusão do simples (arts. 12 a 14 da lei), uma vez inscrita no simples, a microempresa ou a empresa de pequeno porte será excluída do sistema:

- a) Mediante comunicação da empresa;
- b) De ofício;
- c) A exclusão mediante comunicação da empresa poderá ocorrer por sua livre iniciativa, ou obrigatoriamente quando:
- d) Nenhuma das alternativas;
- e) todas alternativas corretas;

132. A exclusão dar-se-á de ofício, quando a pessoa jurídica incorrer em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) quando a empresa não realizar a comunicação obrigatória acima mencionada;
- b) embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 do Código Tributário Nacional;
- c) resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;
- d) constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;
- e) prática reiterada de infração à legislação tributária;

133. Atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação (art. 17), competem à:

- a) secretaria das Finanças;
- b) secretaria da Receita Federal;
- c) secretaria Previdenciária;
- d) secretaria da Fazenda Nacional;
- e) todas alternativas corretas;

134. A Lei do SIMPLES prevê a possibilidade dos Estados e Municípios celebrarem convênio com a União, para efeito de incluir o:

- a) ICMS ou o ISS no sistema;
- b) ICMS no sistema;
- c) ISS no sistema;
- d) CMPF, ICMS e ISS no sistema;
- e) todas as alternativas erradas;

135. Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º de novembro de 1996, não poderão ser objeto de parcelamento; tendo os respectivos fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996, poderá ser autorizado o parcelamento, em até:

- a) 42 parcelas mensais e sucessivas;
- b) 52 parcelas mensais e sucessivas;
- c) 62 parcelas mensais e sucessivas;
- d) 72 parcelas mensais e sucessivas;
- e) 92 parcelas mensais e sucessivas;

136. As microempresas e as empresas de pequeno porte que se inscreverem no SIMPLES estão excluídas das obrigações relativas ao art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91, e à Lei Complementar nº 84/96. Todavia, continuam obrigadas à arrecadação de que trata o art. 30, inciso I, letra "a", da referida lei ordinária :

- a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- b) arrecadar as contribuições dos segurados empregados, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- c) arrecadar as contribuições dos segurados empregados domésticos, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- d) arrecadar as contribuições dos empregados CLT, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- e) arrecadar as contribuições dos terceirizados, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.

137. Art. 2º — Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

- a) microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- b) empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)
- c) No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.
- d) Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- e) Nenhuma das alternativas;

138. A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do Art. 2º, poderá optar pela :

- a) inscrição no programa de desconto de Pagamento das Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- b) inscrição no Sistema Integrado de descontos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES

- c) () inscrição no Sistema de canelamento de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- d) () inscrição no programa de parcelamento de Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- e) () inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

139. A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) () Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) () Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) () Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) () Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) () Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Contribuições para a Seguridade Social

140. As inscrições no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União:

- a) () Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a TÍTULOS ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) () Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) () Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) () Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) () Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

141. Art. 4º — O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio:

- a) () Parágrafo § 1º — Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.
- b) () Parágrafo § 2º — O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.
- c) () Parágrafo § 3º Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.
- d) () Parágrafo § 4º — Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano - calendário, seja superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) () e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais). (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)

142. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais: (Lei 10.034, de 24.10.2000)

- I — para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:
 - a) () até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
 - b) () de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) () a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);

- c) () de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) () a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);
- d) () até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 4% (Quatro por cento);
- e) () de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) () a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 6% (seis por cento);

143. Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do Art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão :

- a) () descontados a TÍTULO de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio
- b) () acrescidos, a TÍTULO de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio;
- c) () divididos a TÍTULO de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio
- d) () parcelados a TÍTULO de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio
- e) () Nenhuma das alternativas;

144. Da declaração anual simplificada, da escrituração e dos documentos, Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão,

- a) () anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de Janeiro do ano-calendário
- b) () anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de março do ano-calendário
- c) () anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário
- d) () anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de julho do ano-calendário
- e) () anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de dezembro do ano-calendário

145. A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

- a) () Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;
- b) () Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- c) () todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.
- d) () Nenhuma das alternativas;
- e) () Todas as alternativas corretas;

146. Art. 8º — A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

- a) () especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);
- b) () ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).
- c) () As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.
- d) () A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.
- e) () Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março, com efeitos a partir de 1º de janeiro daquele ano.

147. Art. 9º — Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

- a) na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- b) na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais);
- c) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- d) cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de TÍTULOS, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de TÍTULOS e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;
- e) que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

148. Participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de :

- a) empresa de grande porte;
- b) empresa de medio porte;
- c) empresa de pequeno porte;
- d) nenhuma das alternativas;
- e) todas as alternativas corretas;

149. Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada onde esteja estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

- a) que possua estabelecimento em mais de uma Unidade Federada;
- b) que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal;
- c) que preste serviços como concessionária;
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

150. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

- a) exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;
- b) embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do Art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);
- c) resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;
- d) constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou o titular, no caso de firma individual;
- e) prática reiterada de infração à legislação tributária;

151. Os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES corresponderão a:

I — no caso de microempresas:

A) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea “a” do inciso I do Art. 5º:

- a) () 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- b) () 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- c) () 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea “f” do § 1º — do Art. 3º;
- d) () 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) relativos à COFINS;
- e) () 2,5% (dois e meio por cento) relativos a IRRF.

152. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado:

- a) () o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
- b) () os pais;
- c) () o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
- d) () os avós paternos que não possuïrem condição de subsistência;
- e) () os tios.

153. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I — quanto ao segurado:

- a) () aposentadoria por invalidez;
- b) () aposentadoria por idade;
- c) () aposentadoria por tempo de serviço;
- d) () aposentadoria especial;
- e) () auxílio-doença;

154. Não são consideradas como doenças do trabalho:

- a) () a doença degenerativa;
- b) () a inerente a grupo etário;
- c) () a que não produza incapacidade laborativa;
- d) () a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho;
- e) () doença infecto-contagiosa.

155. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) () ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- b) () ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
- c) () ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
- d) () ato de pessoa privada do uso da razão;
- e) () desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

156. Equiparam-se, ainda, o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
- e) todas as alternativas estão incorretas.

157. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

- a) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;
- b) aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 (cento e oitenta) contribuições mensais.
- c) salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13, dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39.
- d) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 24 (vinte e quatro) contribuições mensais;
- e) aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 120 (cento e vinte) contribuições mensais.

158. Independe de carência concessão das seguintes prestações:

- a) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;
- b) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;
- c) os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39 (aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, auxílio reclusão e pensão), aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei (v. inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212/91);
- d) serviço social;
- e) reabilitação profissional;

159. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

- a) referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos referidos nos incisos I e VI do art. 11;
- b) realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos II, V e VII, do art. 11 e no art. 13 desta Lei.
- c) referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso dos segurados empregados e trabalhadores avulsos referidos nos incisos II e V do art. 11;
- d) realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos III, IV e VIII, do art. 11 e no art. 13 desta Lei.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

160. Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados:

- a) cinco anos, quando se tratar de mulher;
- b) cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- c) dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- d) dez anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- e) cinco anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

161. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente de trabalho, serão computados:

- a) para o segurado empregado e trabalhador eventual, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;
- b) para o segurado empregado, o trabalhador eventual e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerando como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, no termos do art.31.
- c) para os demais segurados, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas.
- d) para o segurado empregado e trabalhador avulso, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis;
- e) para o segurado empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial, o valor mensal do auxílio-acidente, considerando como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria, no termos do art.31.

162. Concluindo a perícia médica pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida:

- a) ao segurado empregado, a contar do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade ou a partir da data da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de 30 (trinta) dias;
- b) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial ou facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 30 (trinta) dias.
- c) ao segurado empregado, a contar do 10º (décimo) dia do afastamento da atividade ou a partir da data da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de 30 (trinta) dias;
- d) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial ou facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de 60 (sessenta) dias.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

163. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento). O acréscimo de que trata este artigo:

- a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;
- b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;
- c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

164. Quando a recuperação for parcial, ou ocorrer após o período do inciso I, ou ainda quando o segurado for declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade:

- a) no seu valor integral, durante 6 (seis) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;
- b) com redução de 50% (cinquenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;
- c) com redução de 75% (setenta e cinco por cento), também por igual período de 6 (seis) meses, ao término do qual cessará definitivamente.
- d) com redução de 40% (quarenta por cento), no período seguinte de 6 (seis) meses;
- e) no seu valor integral, durante 3 (três) meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade;

165. A aposentadoria por idade, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no art. 33, consistirá:

- a) numa renda mensal de 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício,
- b) mais 1% (um por cento) deste, por grupo de 12 (doze) contribuições,
- c) não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- d) Todas as alternativas estão corretas;
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

166. A aposentadoria por tempo de serviço, observado o disposto na Seção III deste Capítulo, especialmente no art. 33, consistirá numa renda mensal de:

- a) para a mulher: 65% (sessenta e cinco por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço;
- b) para o homem: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço.
- c) para a mulher: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço;
- d) para o homem: 70% (setenta por cento) do salário-de-benefício aos 30 (trinta) anos de serviço, mais 6% (seis por cento) deste, para cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% (cem por cento) do salário-de-benefício aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço.
- e) todas as alternativas estão corretas.

167. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo anterior à perda da qualidade de segurado:

- a) o tempo de serviço militar, inclusive o voluntário, e o previsto no § 1º do art. 143 da Constituição Federal, ainda que anterior à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;
- b) o tempo intercalado em que esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez;
- c) o tempo de contribuição efetuada como segurado facultativo;
- d) o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para inatividade remunerada nas Forças Armadas ou aposentadoria no serviço público;
- e) o tempo de contribuição efetuado por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava no art. 11 desta Lei;

168. Dados os seus conhecimentos acerca da aposentadoria especial, é correto afirmar:

- a) A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.
- b) A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- c) A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.
- d) A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
- e) O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

169. Assegurado o valor de um salário mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas consistirá:

- a) em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;
- b) em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;
- c) em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas.
- d) em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última primeira anual, para a segurada especial;
- e) em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a doze meses, para as demais seguradas.

170. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

- a) do óbito, quando requerida até 30 dias depois deste;
- b) do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
- c) da decisão judicial, no caso de morte presumida.
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

171. A parte individual da pensão extingue-se:

- a) pela morte do pensionista;
- b) para o filho, a pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido;
- c) para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

172. A reabilitação profissional compreende:

- a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
- b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo seu uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

- c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário;
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

173. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- a) até 100 empregados.... 2%
- b) até 200 empregados.... 2%
- c) de 201 a 500..... 3%
- d) de 501 a 1.000..... 4%
- e) de 1.001 em diante..... 5%.

174. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

- a) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
- b) da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada;
- c) da data em que ocorrer o pagamento;
- d) da data em que ocorrer o inadimplemento;
- e) da data em que foi firmado o acordo.

175. O direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo 45, prescreve em:

- a) dez anos;
- b) cinco anos;
- c) dois anos;
- d) vinte anos;
- e) quinze anos.

176. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

- a) cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- b) erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- c) reforma, anulação de decisão condenatória;
- d) rescisão de decisão condenatória;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

177. Em obediência ao CTN, o art. 89 da Lei 8.212/91 traz regras sobre a devolução dos valores recolhidos indevidamente pelas empresas e segurados. Da análise do caput, constata-se que tais valores:

- a) podem ser restituídos ou compensados;
- b) devem referir-se a contribuições para a Seguridade Social arrecadadas pelo INSS (excluídas, por conseguinte, as mencionadas no art. 23 desta Lei);
- c) precisam ter sido recolhidos indevidamente (era quase desnecessário dizer que os valores recolhidos devidamente não são passíveis de devolução);
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

178. Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficente de assistência social que atenta aos seguintes requisitos cumulativamente:

- a) seja reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou Municipal;
- b) seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada cinco anos;
- c) promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência;
- d) não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;
- e) aplique integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, apresentando anualmente ao órgão do INSS competente, relatório circunstanciado de suas atividades.

179. O INSS cancelará a isenção da pessoa jurídica de direito privado beneficente que não atender aos requisitos previstos neste artigo, a partir da data em que deixar de atendê-los, obedecido o seguinte procedimento:

- a) se a fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS verificar que a pessoa jurídica a que se refere este artigo deixou de cumprir os requisitos nele previstos, emitirá Informação Fiscal na qual relatará os fatos que determinam a perda da isenção;
- b) a pessoa jurídica de direito privado beneficente será cientificada do inteiro teor da Informação Fiscal, sugestões e conclusões emitidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e terá o prazo de quinze dias para apresentação de defesa e produção de provas;
- c) apresentada a defesa ou decorrido o prazo sem manifestação da parte interessada, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS decidirá acerca do cancelamento da isenção, emitindo Ato Cancelatório, se for o caso;
- d) cancelada a isenção, a entidade terá o prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão, para interpor recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS.
- e) todas as alternativas estão incorretas.

180. A pessoa jurídica de direito privado deve requerer o reconhecimento da isenção ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, em formulário próprio, juntando os seguintes documentos:

- a) decretos declaratórios de entidade de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;
- b) Registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos; (*Redação dada pelo Decreto nº 4.032, de 26.11.2001*)

- c) () estatuto da entidade com a respectiva certidão de registro em cartório ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d) () ata de eleição ou nomeação da diretoria em exercício, registrada em cartório ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- e) () comprovante de entrega da declaração de isenção do imposto de renda de pessoa jurídica, fornecido pelo setor competente do Ministério da Fazenda-MF;

181. Em 1926 uma Emenda Constitucional atribuiu a competência para legislar sobre licença, aposentadorias o órgão:

- a) () do Instituto Nacional de Seguro;
- b) () das Assembléias Legislativas;
- c) () do Congresso Nacional;
- d) () do Poder Jurídico;
- e) () Nenhuma das alternativas;

182. (Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923), considerada um marco na história da legislação previdenciária brasileira. Cria, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadorias e Pensões para os respectivos empregados a Lei foi:

- a) () IPASE
- b) () LOPS
- c) () SINPAS
- d) () Aposentadoria Especial;
- e) () Eloys Chaves;

183. Em 1933 o Decreto nº 22.872, criou :

- a) () o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos
- b) () o Instituto de Aposentadoria para funcionários públicos;
- c) () o Instituto de Aposentadoria para funcionários da estrada de ferro;
- d) () o instituto de aposentadoria e Pensões dos Comerciantes;
- e) () apenas uma alternativa correta;

184. O Decreto nº 24.273 criou o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos comerciantes no ano de :

- a) () 1932
- b) () 1933
- c) () 1934
- d) () 1935
- e) () 1936

185. A Constituição de 1934, o art. 5º, inciso XIX, reservou a competência para legislar sobre normas gerais de assistência social, ficando para os Estados-membros (art. 10) a competência específica, com base no interesse regional, para cuidar da saúde e assistência públicas, bem como da fiscalização da aplicação das leis sociais.

- a) () à União
- b) () à Assembléia Legislativa;
- c) () o Congresso Nacional;
- d) () o Poder Jurídico;
- e) () apenas uma alternativa certa;

186. Surgiram alguns benefícios até hoje garantidos aos trabalhadores tais como:

- a) a proteção à gestante
- b) as aposentadorias por invalidez e por velhice
- c) a proteção contra acidentes do trabalho
- d) a proteção a morte.
- e) todas as alternativas corretas;

187. Quais os benefícios que a Lei Orgânica da Previdência Social instituiu:

- a) auxílio natalidade;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio-reclusão;
- d) auxílio maternidade;
- e) nenhuma das alternativas;

188. A Constituição de 1967 trouxe alguma alteração em relação a anterior:

- a) não trouxe nenhuma alteração;
- b) não trouxe nenhuma alteração, a única novidade e o aperfeiçoamento do modelo de seguro de acidente de trabalho;
- c) houve várias alterações;
- d) houve várias alterações quanto ao período de tempo de serviço;
- e) nenhuma das alternativas;

189. Os atos infraconstitucionais que lhe seguiram trouxeram muitos e importantes avanços, quais:

- a) Determinou a consolidação da LOPS – Lei Orgânica da previdência Social;
- b) Instituiu a CLPS – Consolidação das Leis da previdência Social;
- c) Instituiu SINPAS- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;
- d) Regulamentando os Benefícios e a forma de Custeio da Previdência Social;
- e) nenhuma das alternativas;

190. Em 1977, a Lei nº6.439 instituiu o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, cujo objetivo principal era o de reorganizar as atividades de Previdência e Assistência Social no país. Qual era sua composição:

- a) INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social;
- b) SINPAS- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;
- c) IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social;
- d) INPS - Instituto Nacional de Previdência Social;
- e) Nenhuma das alternativas;

191. INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, encarregado de prestar serviços de:

- a) assistência médica e acidente de trabalho;
- b) assistência médica e auxílio doença;
- c) aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral;
- d) prestações previdenciárias em forma de pecúnia;
- e) assistência médica;

192. INPS - Instituto Nacional de Previdência Social encarregado das prestações de serviços de:

- a) Previdenciárias em forma de pecúnia, como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral,
- b) fiscalização das contribuições das empresas e dos segurados;
- c) Previdenciária em forma de aposentadoria;
- d) Previdenciária na comunidade social;
- e) Nenhuma das alternativas;

193. De qualquer forma, autônomo ou não o Direito Previdenciário se relaciona com os demais ramos do Direito, dentre os quais de destacam:

- a) Direito Constitucional, Direito do Trabalho;
- b) Direito Tributário, Direito Penal;
- c) Direito Comercial, Direito Civil e Administrativo;
- d) Constituição Federal;
- e) Nenhuma das alternativas;

194. O Direito Constitucional sobrepõem aos:

- a) Trabalho;
- b) Débitos de dívidas ativas;
- c) apropriação indébita;
- d) estelionato;
- e) quaisquer outros ramos do Direito;

195. Os Direitos Tributários, de onde são trazidas diversas regras concernentes à constituição do:

- a) Créditos de empregadores aos empregados;
- b) falência;
- c) crédito tributário, inscrição de débitos na Dívida Ativa, repetição de indébitos;
- d) estelionato;
- e) sociedade comercial, comerciante individual;

196. Entendida como o “nascledouro” do Direito, sem dúvida alguma a principal fonte é a lei (denominada fonte formal). A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso II, dá a medida da importância dessa que é chamada a:

- a) fonte por excelência do Direito
- b) fonte por excelência da Justiça
- c) fonte por excelência da vida
- d) fonte por excelência do individualismo
- e) nenhuma das alternativas

197. As fontes principais estão submetidas a uma escala hierárquica, ao:

- a) Sistema Previdenciário ramo autônomo;
- b) Sistema Social;
- c) Sistema de Saúde;
- d) Sistema de Previdência Social;
- e) Ministério das Finanças;

198. A jurisprudência é uma interpretação da lei, feita pelos:

- a) juizes;
- b) Tribuna;
- c) juizes e Tribunais
- d) congresso nacional;
- e) nenhuma das alternativas;

199. Seletividade na prestação de benefícios e serviços previdenciários, significa que :

- a) o plano básico deve considerar a força econômica-financeira;
- b) as necessidades mínimas dos protegidos pelo benefício;
- c) apenas os de renda menor tem direito;
- d) apenas os sem renda;
- e) nenhuma das alternativas;

200. É assegurado o reajustamento dos benefícios, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos:

- a) em Lei;
- b) em poder de renda;
- c) em poder Municipal;
- d) em poder Estadual;
- e) em poder do Sindicato;

201. A seguridade social será financiada por toda:

- a) a comunidade urbana;
- b) a sociedade;
- c) classe sindical;
- d) classe de operário;
- e) classe do comercio;

202. Os representantes da sociedade civil, no caso, são:

- a) empresários;
- b) trabalhadores;
- c) aposentados;
- d) membros de conselhos setoriais;
- e) Todas as alternativas corretas;

203. Princípio da trílice forma de custeio esta ligado ao da:

- a) Diversidade da base de Financiamento;
- b) Diversidade da base de Empréstimos;
- c) Diversidade da base de Custos;
- d) Diversidade da base de Impostos;
- e) Diverdidade da base de juros;

204. A Seguridade Social é mantida pelo tripé:

- a) Município, Estado, Trabalhador;
- b) Estado, Empresário, Sindicalista;
- c) Empresário, Trabalhadores, Nacionalidade;
- d) Trabalhador, Empresário, Municipio;
- e) Estado, Empresário, trabalhador;

205. Objetivo da contribuição (benefício) (art. 203):

- a) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
- b) amparo às crianças e adolescentes carentes
- c) promoção da integração ao mercado de trabalho
- d) habilitação e reabilitação de deficientes, integrando-os à comunidade
- e) garantia de um salário-mínimo aos deficientes e idosos que não se possam manter, ou que não o sejam por sua família

206. Coordenação e edição de normas gerais (art. 204):

- a) Governo Federal;
- b) Governo Estadual;
- c) Governo Municipal;
- d) Câmara Deputados;
- e) Governo Previdenciário;

207. Execução dos programas (art.204).

- a) Governo Municipal;
- b) Governo Estadual, do DF e dos Municípios;
- c) da comunidade;
- d) Governo Estadual;
- e) Governo providenciário;

208. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde e participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

209. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios;
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

210. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) descentralização político-administrativa;
- b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.
- c) participação da comunidade;
- d) participação dos políticos;
- e) participação do governo;

211. Durante a vigência da Constituição de 1824, outros atos legais relativos às entidades de socorros públicos vieram ao mundo jurídico, a saber:

- a) () 1834: ato adicional à mesma Constituição atribuiu às Assembléias Legislativas competência para legislar sobre as mencionadas entidades.
- b) () 1835: foi criado o Montepio Geral dos Servidores do Estado, considerado o precursor dos institutos jurídicos securitários brasileiros. Esse Montepio assegurava aos seus beneficiários a cobertura financeira em decorrência de determinados eventos, mediante repartição do custeio do sistema entre os integrantes do grupo.
- c) () 1837: a Lei nº 16/37 instituiu conventos que tinham, por extensão, as mesmas atribuições conferidas às Assembléias Legislativas relativamente às entidades de socorros públicos, acima referidas.
- d) () 1850: uma espécie de proteção de natureza previdenciária, semelhante à atual proteção contra acidentes do trabalho, foi incluída no Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), mais especificamente em seu art. 79.
- e) () 1888: o Decreto nº 2.711 veio regulamentar o financiamento dos montepios e das sociedades de socorro mútuos.

212. Em 1926, uma Emenda Constitucional atribuiu ao Congresso Nacional competência para legislar sobre:

- a) () licença,
- b) () aposentadorias;
- c) () reformas afins;
- d) () legislação tributária;
- e) () direito de greve.

213. Foi instituída, pela Constituição Federal de 1934, a tríplice forma de custeio dos sistemas previdenciários, composta por:

- a) () Estado;
- b) () Município;
- c) () empregador;
- d) () empregado;
- e) () aposentados.

214. A Constituição de 1934 trouxe outras inovações, dentre as quais se enquadram:

- a) () proteção à gestante - em forma de descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego;
- b) () as aposentadorias por invalidez e por velhice;
- c) () a proteção contra acidentes do trabalho ou morte;
- d) () o FGTS;
- e) () o PIS.

215. A Constituição de 1937 nada acrescentou ao ordenamento jurídico em relação ao assunto em pauta, descartando-se a existência de grave lacuna no tocante ao custeio e à contribuição da União, salvo:

- a) () instituição de seguro de velhice;
- b) () PIS;
- c) () FGTS;
- d) () instituição de seguro de invalidez;
- e) () instituição de seguro de vida para casos de acidentes de trabalho.

216. Em 1960 foi editada a LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807), a qual:

- a) padronizou o sistema assistencial,
- b) instituiu o auxílio-natalidade,
- c) instituiu o auxílio-funeral;
- d) instituiu o auxílio-reclusão;
- e) instituiu o FGTS.

217. “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei”. Eis o princípio:

- a) da Segurança Jurídica;
- b) da Legalidade;
- c) da Isonomia;
- d) da Publicidade;
- e) da universalidade da cobertura e do atendimento.

218. “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I — do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:
 - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, com ou sem vínculo empregatício;
 - b) a receita
 - c) o faturamento;
 - d) o lucro;
 - e) o ativo.

219. Os representantes da sociedade civil, no caso, são:

- a) empresários,
- b) trabalhadores,
- c) aposentados;
- d) membros de conselhos setoriais das três áreas da Seguridade Social;
- e) estudantes

220. Competência do SUS (art. 200 CF/88):

- a) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde
- b) participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos
- c) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica
- d) executar as ações de vigilância da saúde do trabalhador
- e) formar profissionais na sua respectiva área

221. São Objetivos da Previdência Social:

- a) participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- b) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte (ainda que resultantes de acidentes de trabalho), idade avançada
- c) encargos familiares (salário-família e auxílio-reclusão) () do trabalhador de baixa renda
- d) proteção à maternidade, especialmente à gestante
- e) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

222. Aposentadoria especial frente ao exercício de atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física do segurado pertencente ao:

- a) Sistema Único de Saúde;
- b) Sistema de Assistência Social;
- c) Sistema de Previdência Social;
- d) PIS/PASEP;
- e) todas as alternativas estão corretas.

223. Dados seus conhecimentos acerca da Lei 8212/91, bem como acerca da Legislação Previdenciária, é correto afirmar:

- a) Os membros do Conselho Nacional da Seguridade Social serão nomeados pelo Presidente da República.
- b) O Conselho Nacional de Seguridade Social será presidido por um dos seus integrantes, eleito entre seus membros, que terá mandato de 1 (um) ano, vedada a reeleição, e disporá de uma Secretaria-Executiva, que se articulará com os conselhos setoriais de cada área.
- c) Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais e terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.
- d) As áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social organizar-se-ão em conselhos setoriais, com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.
- e) O Conselho Nacional da Seguridade Social reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou de um terço de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo de até 5 (cinco) dias para realização da reunião.

224. As reuniões do Conselho nacional da Seguridade Social possuem as seguintes regras:

- a) ordinariamente, uma a cada bimestre, por convocação de seu presidente
- b) extraordinariamente, a qualquer momento, por convocação do seu presidente ou de um terço de seus membros, devendo a reunião dar-se em, no máximo, 7 dias após a convocação
- c) serão iniciadas apenas com a presença da maioria absoluta (metade, mais um) de seus membros
- d) as deliberações exigem maioria simples dos votos dos presentes;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

225. As perdas de lugar no Conselho ocorrerão:

- a) após duas ausências consecutivas;
- b) após três ausências consecutivas;
- c) após quatro ausências consecutivas;
- d) após quatro ausências intercaladas;
- e) após cinco ausências intercaladas.

226. Compete ao Conselho Nacional da Seguridade Social:

- a) estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas, observado o disposto no inciso VII do art. 194 da Constituição Federal;
- b) acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados, exigindo prestação de contas;
- c) apreciar e aprovar os termos dos convênios firmados entre a seguridade social e a rede bancária para a prestação dos serviços;
- d) aprovar e submeter ao Presidente da República os programas anuais e plurianuais da Seguridade Social;
- e) aprovar e submeter ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos a proposta orçamentária anual da Seguridade Social;

227. As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por 3 (três) representantes, sendo:

- a) 1 (um) da área da saúde,
- b) 1 (um) da área da previdência social;
- c) 1 (um) da área da assistência social;
- d) 1 (um) da área de benefícios;
- e) 1 (um) da área de patrimônio.

228. Constituem contribuições sociais:

- a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;
- b) as dos empregadores domésticos;
- c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição;
- d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;
- e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

229. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 relaciona as principais atividades que são normalmente exercidas pelo avulso. Dentre elas, cumpre destacar as seguintes:

- a) estiva: carga e descarga dos navios (estiva = carregamento de navio)
- b) trabalho em alvarenga: trabalho de carga e descarga de navios, realizado num lanchão que recebe esse nome
- c) capatazia: movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, manipulação, arrumação, entrega e carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário
- d) conserto de carga: reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carga e descarga de embarcações
- e) bloco: limpeza e conservação de veículos mercantes e de seus tanques

230. O mesmo decreto regulamentar mencionado na questão anterior, em seus arts. 217 e 218, estabelece algumas regras a respeito das relações trabalhistas em apreço. Antes de transcrevê-las, parece-nos oportuno apresentar os conceitos de algumas figuras que nelas aparecerão:

- a) OPERADOR PORTUÁRIO: é a pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do porto organizado.

- b) () **ÁREA DO PORTO ORGANIZADO:** é a compreendida pelas instalações portuárias, como ancoradouros, docas, cais, pontes, terrenos, armazéns, etc.
- c) () **INSTALAÇÃO PORTUÁRIA DE USO PRIVATIVO:** é aquela explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.
- d) () **TRABALHADOR PORTUÁRIO:** é o trabalhador que presta serviços na área do porto organizado.
- e) () nenhuma das alternativas está correta.

231. Pescador Artesanal é o que trabalha com recursos precários e próprios da economia de subsistência. Objetivamente, sua embarcação não pode ultrapassar a 2 toneladas brutas, impondo-se, ainda, sua matrícula na Capitania dos Portos ou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA. Assemelham-se a ele, desde que trabalhem nas condições aqui vistas:

- a) () o mariscador
- b) () o caranguejeiro
- c) () o eviscerador (limpador de pescado)
- d) () o baleeiro
- e) () o pescador de tartarugas

232. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 apresenta os seguintes exemplos de pessoas que podem ser segurados facultativos:

- a) () a dona-de-casa;
- b) () o síndico de condomínio, quando não remunerado;
- c) () o empresário;
- d) () o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior;
- e) () aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social

233. Diferentemente do que sucede com o empregador doméstico, o contribuinte individual é considerado empresa em relação a segurado que lhes presta serviços. Vale dizer que quando contratam empregado, por exemplo, equiparam-se às empresas em geral relativamente às obrigações de contribuir sobre as remunerações pagas ou creditadas ao mesmo. Assim, são consideradas:

- a) () **Cooperativa:** sociedade de pessoas, não de capital; a entrega de produto, pelo cooperado, à cooperativa, não constitui ato de comércio.
- b) () **Associação:** empreendimento coletivo, geralmente de natureza civil, com finalidade não lucrativa, voltado para o desenvolvimento cultural, político, esportivo, ecológico, classista, lazer, etc. Suas atividades são econômicas, mas em regra não objetivam o lucro. É pessoa jurídica de direito privado e quase sempre empregadora.
- c) () **Entidade:** a expressão é genérica, e pode alcançar, por exemplo, os estabelecimentos voltados para finalidades altruísticas, como as de filantropia e assistência social.
- d) () **Missão diplomática:** órgão de representação estrangeira no Brasil, sediada em Brasília. São organismos de países com os quais o Brasil mantém relações diplomática. São órgãos oficiais, isto é, parte dos governos estrangeiros e não se confundem com as repartições consulares ou escritórios de representação.
- e) () **Repartição consular:** instrumento de intermediação do estrangeiro no território nacional, situado nas principais cidades do país, com o objetivo de cooperar com os súditos ou brasileiros naturalizados.

234. Para pagamento dos encargos previdenciários da União, poderão contribuir os recursos da Seguridade Social referidos na alínea “d” do parágrafo único do art. 11 desta Lei, na forma da Lei Orçamentária anual, assegurada a destinação de recursos para as ações desta Lei de Saúde e Assistência Social:

- a) até 60% (sessenta por cento), em 1991.
- b) até 55% (cinquenta e cinco por cento), em 1992;
- c) até 45% (quarenta e cinco por cento), em 1993;
- d) até 30% (trinta por cento), em 1994;
- e) até 10% (dez por cento), a partir de 1995.

235. Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º de novembro de 1996, não poderão ser objeto de parcelamento; tendo os respectivos fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996, poderá ser autorizado o parcelamento, em até:

- a) 42 parcelas mensais e sucessivas;
- b) 52 parcelas mensais e sucessivas;
- c) 62 parcelas mensais e sucessivas;
- d) 72 parcelas mensais e sucessivas;
- e) 92 parcelas mensais e sucessivas;

236. As microempresas e as empresas de pequeno porte que se inscreverem no SIMPLES estão excluídas das obrigações relativas ao art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91, e à Lei Complementar nº 84/96. Todavia, continuam obrigadas à arrecadação de que trata o art. 30, inciso I, letra “a”, da referida lei ordinária :

- a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- b) arrecadar as contribuições dos segurados empregados, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- c) arrecadar as contribuições dos segurados empregados domésticos, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- d) arrecadar as contribuições dos empregados CLT, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- e) arrecadar as contribuições dos terceirizados, recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.

237. Art. 2º — Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

- a) microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- b) empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)
- c) No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.
- d) Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- e) Nenhuma das alternativas;

238. A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do Art. 2º, poderá optar pela :

- a) inscrição no programa de desconto de Pagamento das Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- b) inscrição no Sistema Integrado de descontos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- c) inscrição no Sistema de cancelamento de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- d) inscrição no programa de parcelamento de Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES
- e) inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

139. A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e Contribuições para a Seguridade Social

240. As inscrições no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a TÍTULOS ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

241. Durante a vigência da Constituição de 1824, outros atos legais relativos às entidades de socorros públicos vieram ao mundo jurídico, a saber:

- a) 1834: ato adicional à mesma Constituição atribuiu às Assembléias Legislativas competência para legislar sobre as mencionadas entidades.
- b) 1835: foi criado o Montepio Geral dos Servidores do Estado, considerado o precursor dos institutos jurídicos securitários brasileiros. Esse Montepio assegurava aos seus beneficiários a cobertura financeira em decorrência de determinados eventos, mediante repartição do custeio do sistema entre os integrantes do grupo.
- c) 1837: a Lei nº 16/37 instituiu conventos que tinham, por extensão, as mesmas atribuições conferidas às Assembléias Legislativas relativamente às entidades de socorros públicos, acima referidas.
- d) 1850: uma espécie de proteção de natureza previdenciária, semelhante à atual proteção contra acidentes do trabalho, foi incluída no Código Comercial (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850), mais especificamente em seu art. 79.
- e) 1888: o Decreto nº 2.711 veio regulamentar o financiamento dos montepios e das sociedades de socorro mútuos.

242. Em 1926, uma Emenda Constitucional atribuiu ao Congresso Nacional competência para legislar sobre:

- a) licença,
- b) aposentadorias;
- c) reformas afins;
- d) legislação tributária;
- e) direito de greve.

243. Foi instituída, pela Constituição Federal de 1934, a trílice forma de custeio dos sistemas previdenciários, composta por:

- a) Estado;
- b) Município;
- c) empregador;
- d) empregado;
- e) aposentados.

244. A Constituição de 1934 trouxe outras inovações, dentre as quais se enquadram:

- a) proteção à gestante - em forma de descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego;
- b) as aposentadorias por invalidez e por velhice;
- c) a proteção contra acidentes do trabalho ou morte;
- d) o FGTS;
- e) o PIS.

245. A Constituição de 1937 nada acrescentou ao ordenamento jurídico em relação ao assunto em pauta, descartando-se a existência de grave lacuna no tocante ao custeio e à contribuição da União, salvo:

- a) instituição de seguro de velhice;
- b) PIS;
- c) FGTS;
- d) instituição de seguro de invalidez;
- e) instituição de seguro de vida para casos de acidentes de trabalho.

246. Em 1960 foi editada a LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807), a qual:

- a) padronizou o sistema assistencial,
- b) instituiu o auxílio-natalidade,
- c) instituiu o auxílio-funeral;
- d) instituiu o auxílio-reclusão;
- e) instituiu o FGTS.

247. Em 1977 a Lei nº 6.439 instituiu o SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, cujo objetivo principal era o de reorganizar as atividades de Previdência e Assistência Social no país. Esse sistema era composto principalmente das seguintes autarquias:

- a) INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (encarregado de prestar serviços de assistência médica),
- b) INPS - Instituto Nacional de Previdência Social (encarregado das prestações previdenciárias em forma de pecúnia, tais como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral, etc.),

- c) () IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (que ficou com as atividades de arrecadação e fiscalização das contribuições das empresas e dos segurados, destinadas ao financiamento do sistema);
- d) () INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social);
- e) () SUS (Sistema Único de Saúde)

248. O art. 194 da Constituição Federal de 1988 começa por chamar de “Seguridade Social” o conjunto de atividades voltadas a assegurar os direitos relativos à:

- a) () Saúde;
- b) () Habitação;
- c) () Previdência Social;
- d) () Desemprego;
- e) () Assistência Social.

249. Poucos autores se atrevem a considerar o Direito Previdenciário um ramo autônomo do Direito, não obstante ele atenda as três condições normalmente estabelecidas para que se reconheça tal independência, a saber:

- a) () possuir objeto próprio,
- b) () possuir princípios e conceitos próprios e
- c) () possuir institutos próprios;
- d) () possuir doutrinadores próprios;
- e) () ser ramo de direito público.

250. O Direito Previdenciário possui também princípios próprios, elencados no art. 194 da Constituição Federal e no art. 1º da Lei nº 8.212/91, quais sejam:

- a) () princípio da universalidade da cobertura e do atendimento,
- b) () princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios,
- c) () princípio da diversidade da base de financiamento;
- d) () princípio da legalidade;
- e) () princípio do devido processo legal.

251. Alguns institutos próprios são encontráveis na legislação previdenciária, como, por exemplo:

- a) () crédito previdenciário,
- b) () salário-de-contribuição,
- c) () salário-de-benefício;
- d) () auxílio doença;
- e) () auxílio moradia;

252. De qualquer forma, autônomo ou não, o Direito Previdenciário, como qualquer outro, se relaciona com os demais ramos do Direito, dentre os quais se destacam:

- a) () o Direito Constitucional, cujos preceitos se sobrepõem aos de quaisquer outros ramos do Direito;
- b) () o Direito do Trabalho, do qual se aproveitam os conceitos de empregado, empregador, salário, etc.;
- c) () o Direito Tributário, de onde são trazidas diversas regras concernentes à constituição do crédito tributário, inscrição de débitos na Dívida Ativa, repetição de indébitos, etc.;
- d) () o Direito Penal, do qual se emprestam diversos tipos como apropriação indébita, estelionato, e outros.
- e) () o Direito Comercial, de onde provêm conceitos importantes como o de empresa, sociedade comercial, comerciante individual, falência, concordata, e por aí.

253. Dentre as fontes do direito, encontram-se:

- a) lei;
- b) costume;
- c) jurisprudência;
- d) doutrina;
- e) fatos;

254. Diz o Princípio da Segurança Jurídica: “A lei não prejudicará.....”:

- a) o ato jurídico perfeito;
- b) os processos em andamento;
- c) a coisa julgada;
- d) o direito à herança;
- e) o direito adquirido.

255. “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei”. Eis o princípio:

- a) da Segurança Jurídica;
- b) da Legalidade;
- c) da Isonomia;
- d) da Publicidade;
- e) da universalidade da cobertura e do atendimento.

256. “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

- I — do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:
 - a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, com ou sem vínculo empregatício;
 - b) a receita
 - c) o faturamento;
 - d) o lucro;
 - e) o ativo.

257. Os representantes da sociedade civil, no caso, são:

- a) empresários,
- b) trabalhadores,
- c) aposentados;
- d) membros de conselhos setoriais das três áreas da Seguridade Social;
- e) estudantes

258. Competência do SUS (art. 200 CF/88):

- a) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde
- b) participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos
- c) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica
- d) executar as ações de vigilância da saúde do trabalhador
- e) formar profissionais na sua respectiva área

259. São Objetivos da Previdência Social:

- a) participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- b) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte (ainda que resultantes de acidentes do trabalho), idade avançada
- c) encargos familiares (salário-família e auxílio-reclusão) do trabalhador de baixa renda
- d) proteção à maternidade, especialmente à gestante
- e) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

260. Aposentadoria especial frente ao exercício de atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física do segurado pertencente ao:

- a) Sistema Único de Saúde;
- b) Sistema de Assistência Social;
- c) Sistema de Previdência Social;
- d) PIS/PASEP;
- e) todas as alternativas estão corretas.

261. Quanto ao Regime de Previdência Privada, previsto no art. 202 da CF/88, é correto afirmar:

- a) de caráter complementar
- b) facultativo
- c) organizado de forma autônoma em relação ao regime geral
- d) instituído por lei complementar e constituído por reservas que garantam o benefício contratado
- e) com pleno acesso às informações sobre a sua gestão aos participantes

262. São objetivos da Assistência Social:

- a) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
- b) amparo às crianças e adolescentes carentes
- c) promoção da integração ao mercado de trabalho
- d) habilitação e reabilitação de deficientes, integrando-os à comunidade;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

263. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) diversidade dos benefícios às populações urbanas e rurais;
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade na forma de participação do custeio

264. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e igualitário;
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde;

265. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente;
- d) preservação do valor real dos benefícios;
- e) previdência complementar obrigatória, custeada por contribuição adicional.

266. Independentemente de contribuição à Seguridade Social, a Assistência Social é política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à:

- a) família;
- b) preso;
- c) deportado;
- d) maternidade;
- e) infância.

267. O Conselho Nacional da Seguridade Social, órgão superior de deliberação colegiada, possui a participação:

- a) da União;
- b) dos órgãos estudantis;
- c) das entidades de classe;
- d) dos Estados;
- e) dos Municípios.

268. O Conselho Nacional da Seguridade Social terá dezessete membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 3 (três) representantes do Governo Federal, dentre os quais 1 (um) da área de saúde, 1 (um) da área de previdência social e 1 (um) da área de assistência social;
- b) 2 (dois) representantes dos governos estaduais e 1 (um) das prefeituras municipais;
- c) 8 (oito) representantes da sociedade civil, sendo quatro trabalhadores, dos quais pelo menos dois aposentados, e quatro empresários.
- d) 3 (três) representantes dos conselhos setoriais, sendo um de cada área da Seguridade Social, conforme disposto no Regimento do Conselho Nacional da Seguridade Social.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

269. Dados seus conhecimentos acerca da Lei 8212/91, bem como acerca da Legislação Previdenciária, é correto afirmar:

- a) Os membros do Conselho Nacional da Seguridade Social serão nomeados pelo Presidente da República.
- b) O Conselho Nacional de Seguridade Social será presidido por um dos seus integrantes, eleito entre seus membros, que terá mandato de 1 (um) ano, vedada a reeleição, e disporá de uma Secretaria-Executiva, que se articulará com os conselhos setoriais de cada área.
- c) Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais e terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

- d) () As áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social organizar-se-ão em conselhos setoriais, com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.
- e) () O Conselho Nacional da Seguridade Social reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou de um terço de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo de até 5 (cinco) dias para realização da reunião.

270. As reuniões do Conselho nacional da Seguridade Social possuem as seguintes regras:

- a) () ordinariamente, uma a cada bimestre, por convocação de seu presidente
- b) () extraordinariamente, a qualquer momento, por convocação do seu presidente ou de um terço de seus membros, devendo a reunião dar-se em, no máximo, 7 dias após a convocação
- c) () serão iniciadas apenas com a presença da maioria absoluta (metade, mais um) de seus membros
- d) () as deliberações exigem maioria simples dos votos dos presentes;
- e) () nenhuma das alternativas está correta.

271. As perdas de lugar no Conselho ocorrerão:

- a) () após duas ausências consecutivas;
- b) () após três ausências consecutivas;
- c) () após quatro ausências consecutivas;
- d) () após quatro ausências intercaladas;
- e) () após cinco ausências intercaladas.

272. Compete ao Conselho Nacional da Seguridade Social:

- a) () estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas, observado o disposto no inciso VII do art. 194 da Constituição Federal;
- b) () acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados, exigindo prestação de contas;
- c) () apreciar e aprovar os termos dos convênios firmados entre a seguridade social e a rede bancária para a prestação dos serviços;
- d) () aprovar e submeter ao Presidente da República os programas anuais e plurianuais da Seguridade Social;
- e) () aprovar e submeter ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos a proposta orçamentária anual da Seguridade Social;

273. As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por 3 (três) representantes, sendo:

- a) () 1 (um) da área da saúde,
- b) () 1 (um) da área da previdência social;
- c) () 1 (um) da área da assistência social;
- d) () 1 (um) da área de benefícios;
- e) () 1 (um) da área de patrimônio.

274. Constituem contribuições sociais:

- a) () as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;
- b) () as dos empregadores domésticos;
- c) () as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição;
- d) () as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;
- e) () as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

275. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I — como empregado:

- a) () aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;
- b) () aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
- c) () o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional do exterior;
- d) () aquele que presta serviço no Brasil à missão diplomática ou à repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a ela subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) () o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país de domicílio;

276. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 (art. 9º, inciso I) acrescenta as seguintes pessoas à relação determinada na questão anterior:

- a) () o bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa, em desacordo com a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977;
- b) () o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como o das respectivas autarquias e fundações, ocupante de cargo efetivo, desde que, nessa qualidade, não esteja amparado por regime próprio de previdência social;
- c) () o servidor contratado pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como pelas respectivas autarquias e fundações, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;
- d) () o servidor contratado pelo Estado, Distrito Federal ou Município, bem como pelas respectivas autarquias e fundações, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, desde que, nessa qualidade, não esteja sujeito a regime próprio de previdência social;
- e) () o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante de emprego público;

277. Como contribuinte individual conforme Lei 9.876/99:

- a) () a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;
- b) () a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo -, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;
- c) () o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;
- d) () o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;
- e) () o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio-gerente e o sociotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico o administrado eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;

278. Sócio solidário é aquele que nas sociedades comerciais responde pela totalidade das obrigações da empresa, e não apenas na medida de sua participação no capital social. São solidários:

- a) um dos sócios, na Sociedade em Nome Coletivo;
- b) o sócio capitalista, na Sociedade de Capital e Indústria;
- c) o sócio ostensivo, na Sociedade em Conta de Participação
- d) o sócio comanditado, na Sociedade em Comandita Simples
- e) os acionistas diretores, na Sociedade em Comandita por Ações

279. São, portanto, características do autônomo:

- a) a personalidade na prestação dos serviços,
- b) a profissionalidade,
- c) a assunção de riscos
- d) a independência;
- e) a remuneração.

280. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 apresenta os seguintes exemplos de contribuintes individuais:

- a) o condutor autônomo de veículo rodoviário, assim considerado aquele que exerce atividade profissional sem vínculo empregatício, quando proprietário, co-proprietário ou promitente-comprador de mais de um veículo;
- b) aquele que exerce atividade de auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, em automóvel cedido em regime de colaboração, nos termos da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;
- c) aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seu risco, exerce pequena atividade comercial em via pública ou de porta em porta, como comerciante ambulante, nos termos da Lei nº 6.586, de 6 de novembro de 1978;
- d) o trabalhador associado a cooperativa que, nessa qualidade, presta serviço a terceiros;
- e) o membro de conselho consultivo em sociedade por ações;

281. Trabalhador avulso - aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, assim considerados:

- a) o trabalhador que exerce atividade portuária de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco;
- b) o trabalhador de estiva de mercadorias de qualquer natureza, inclusive carvão e minério;
- c) o trabalhador em alvarenga (embarcação para carga e descarga de navios);
- d) o amarrador de embarcação;
- e) o ensacador de café, cacau, sal e similares;

282. O órgão gestor de mão-de-obra é responsável, de acordo com o Decreto n.º 4.032/01:

- a) pelo pagamento da remuneração ao trabalhador portuário avulso;(Inciso incluído pelo Decreto nº 4.032, de 26.11.2001)
- b) pela elaboração da folha de pagamento;(Inciso incluído pelo Decreto nº 4.032, de 26.11.2001)
- c) pelo preenchimento e entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social; e(Inciso incluído pelo Decreto nº 4.032, de 26.11.2001)
- d) pelo recolhimento das contribuições de que tratam o art. 198, o inciso I do caput do art. 201 e os arts. 202 e 274, incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos trabalhadores portuários avulsos, inclusive sobre férias e gratificação natalina, no prazo previsto na alínea “b” do inciso I do art. 216.(Inciso incluído pelo Decreto nº 4.032, de 26.11.2001)
- e) nenhuma das alternativas está correta.

283. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 relaciona as principais atividades que são normalmente exercidas pelo avulso. Dentre elas, cumpre destacar as seguintes:

- a) estiva: carga e descarga dos navios (estiva = carregamento de navio)
- b) trabalho em alvarenga: trabalho de carga e descarga de navios, realizado num lanchão que recebe esse nome
- c) capatazia: movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, manipulação, arrumação, entrega e carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário
- d) conserto de carga: reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carga e descarga de embarcações
- e) bloco: limpeza e conservação de veículos mercantes e de seus tanques

284. O mesmo decreto regulamentar mencionado na questão anterior, em seus arts. 217 e 218, estabelece algumas regras a respeito das relações trabalhistas em apreço. Antes de transcrevê-las, parece-nos oportuno apresentar os conceitos de algumas figuras que nelas aparecerão:

- a) OPERADOR PORTUÁRIO: é a pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área do porto organizado.
- b) ÁREA DO PORTO ORGANIZADO: é a compreendida pelas instalações portuárias, como ancoradouros, docas, cais, pontes, terrenos, armazéns, etc.
- c) INSTALAÇÃO PORTUÁRIA DE USO PRIVATIVO: é aquela explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.
- d) TRABALHADOR PORTUÁRIO: é o trabalhador que presta serviços na área do porto organizado.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

285. Pescador Artesanal é o que trabalha com recursos precários e próprios da economia de subsistência. Objetivamente, sua embarcação não pode ultrapassar a 2 toneladas brutas, impondo-se, ainda, sua matrícula na Capitania dos Portos ou no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA. Assemelham-se a ele, desde que trabalhem nas condições aqui vistas:

- a) o mariscador
- b) o caranguejeiro
- c) o eviscerador (limpador de pescado)
- d) o baleeiro
- e) o pescador de tartarugas

286. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 apresenta os seguintes exemplos de pessoas que podem ser segurados facultativos:

- a) a dona-de-casa;
- b) o síndico de condomínio, quando não remunerado;
- c) o empresário;
- d) o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior;
- e) aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social

287. Diferentemente do que sucede com o empregador doméstico, o contribuinte individual é considerado empresa em relação a segurado que lhes presta serviços. Vale dizer que quando contratam empregado, por exemplo, equiparam-se às empresas em geral relativamente às obrigações de contribuir sobre as remunerações pagas ou creditadas ao mesmo. Assim, são consideradas:

- a) Cooperativa: sociedade de pessoas, não de capital; a entrega de produto, pelo cooperado, à cooperativa, não constitui ato de comércio.

- b) Associação: empreendimento coletivo, geralmente de natureza civil, com finalidade não lucrativa, voltado para o desenvolvimento cultural, político, esportivo, ecológico, classista, lazer, etc. Suas atividades são econômicas, mas em regra não objetivam o lucro. É pessoa jurídica de direito privado e quase sempre empregadora.
- c) Entidade: a expressão é genérica, e pode alcançar, por exemplo, os estabelecimentos voltados para finalidades altruísticas, como as de filantropia e assistência social.
- d) Missão diplomática: órgão de representação estrangeira no Brasil, sediada em Brasília. São organismos de países com os quais o Brasil mantém relações diplomática. São órgãos oficiais, isto é, parte dos governos estrangeiros e não se confundem com as repartições consulares ou escritórios de representação.
- e) Repartição consular: instrumento de intermediação do estrangeiro no território nacional, situado nas principais cidades do país, com o objetivo de cooperar com os súditos ou brasileiros naturalizados.

288. Para pagamento dos encargos previdenciários da União, poderão contribuir os recursos da Seguridade Social referidos na alínea "d" do parágrafo único do art. 11 desta Lei, na forma da Lei Orçamentária anual, assegurada a destinação de recursos para as ações desta Lei de Saúde e Assistência Social:

- a) até 60% (sessenta por cento), em 1991.
- b) até 55% (cinquenta e cinco por cento), em 1992;
- c) até 45% (quarenta e cinco por cento), em 1993;
- d) até 30% (trinta por cento), em 1994;
- e) até 10% (dez por cento), a partir de 1995.

289. Para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão de grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

- a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;
- b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;
- c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.
- d) 4% (quatro por cento) para as empresas para as quais não haja risco algum;
- e) todas as alternativas estão corretas.

290. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- a) até 200 empregados..... 2%
- b) de 201 a 500..... 3%
- c) de 501 a 1.000..... 4%
- d) de 1.001 em diante..... 5%;
- e) todas as alternativas estão corretas.

291. A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, destinada à seguridade social, em substituição às previstas no inciso I do caput do art. 201 e no art. 202, corresponde a cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos de que participe em todo território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos. Assim, é correto afirmar:

- a) Cabe à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de dez por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.
- b) Cabe à associação desportiva que mantém a equipe de futebol profissional informar à entidade promotora do espetáculo desportivo todas as receitas auferidas no evento, discriminando-as detalhadamente.
- c) Cabe a empresa ou entidade que repassar recursos a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, a responsabilidade de reter e recolher, no prazo estabelecido na alínea b do inciso I do art. 216, o percentual de cinco por cento da receita bruta, inadmitida qualquer dedução.
- d) O Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto- INDESP informará ao Instituto Nacional do Seguro Social- INSS , com a antecedência necessária, a realização de todo espetáculo desportivo de que o clube de futebol profissional participe no território nacional.
- e) O não recolhimento das contribuições a que se referem os parágrafos 1º e 3º nos prazos estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo e na alínea b do artigo 216, respectivamente, sujeitará os responsáveis ao pagamento de atualização monetária, quando couber, juros moratórios e multas, na forma do artigo 239.

292. As contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à Seguridade Social, além do disposto no art. 22, são calculadas mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- a) 2% (dois por cento) sobre sua receita bruta, estabelecida segundo o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, com a redação dada pelo art. 22, do Decreto-lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, e alterações posteriores; *(*)Nota: Esta alíquota, a partir de 01 de abril de 1992, por força da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, passou a incidir sobre o faturamento mensal.
- b) 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido do período-base, antes da provisão para o Imposto de Renda, ajustado na forma do art. 2º da Lei nº 8.034, de 12 de abril de 1990. * (*)Nota: A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, alterou a contribuição sobre o lucro líquido, passando a alíquota a ser de 8%.
- c) 15% (quinze por cento) sobre o lucro bruto do período base, antes da provisão do Imposto de Renda, reajustáveis anualmente;
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

293. A contribuição do empregador doméstico é de _____ do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço:

- a) dez por cento;
- b) cinco por cento;
- c) quinze por cento;
- d) doze por cento;
- e) vinte por cento.

294. Constituem outras receitas da Seguridade Social:

- a) as multas, a atualização monetária e os juros moratórios;
- b) a remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros;
- c) as receitas provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens;
- d) as demais receitas patrimoniais, industriais e financeiras;
- e) as doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais;

295. Entende-se por salário-de-contribuição:

- a) para o empregado e trabalhador avulso a remuneração auferida em uma ou mais empresa, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades, os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador dos serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;
- b) para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;
- c) para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o parágrafo 5º;
- d) para o segurado facultativo: o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere o parágrafo 5º;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

296. Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

- a) os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade;
- b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973;
- c) a parcela 'in natura' recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;
- d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;
- e) todas as alternativas estão corretas.

297. Utilizando-se de seus conhecimentos de salário-contribuição, é correto afirmar:

- a) Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados a partir da data de entrada em vigor desta Lei, na mesma data e com os mesmos índices que os de reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
- b) O segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como facultativo, ou em decorrência de filiação obrigatória cuja atividade seja sujeita a salário-base, será enquadrado na classe inicial da tabela.
- c) Os segurados empregado, inclusive o doméstico, e o trabalhador avulso, que passarem a exercer, exclusivamente, atividade sujeita a salário-base, poderão enquadrar-se em qualquer classe até a equivalente ou a mais próxima da média aritmética simples dos seus seis últimos salários-de-contribuição, atualizados monetariamente, devendo observar, para acesso às classes seguintes, os interstícios respectivos.

- d) O segurado que exercer atividades simultâneas sujeitas a salário-base contribuirá com relação a apenas uma delas.
- e) Os segurados empregado, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso que passarem a exercer, simultaneamente, atividade sujeita a salário-base serão enquadrados na classe inicial, podendo ser fracionado o valor do respectivo salário-base, de forma que a soma de seus salários-de-contribuição obedeça ao limite fixado no § 5º do art. 28.

298. Inspirado no art. 195 do CTN, o legislador ordinário tratou de incluir, no rol de obrigados às prestações de exhibir documentos e livros relacionados com as contribuições à Seguridade Social, também as seguintes pessoas:

- a) o servidor de órgãos públicos da administração direta e indireta
- b) o segurado da Previdência Social
- c) o serventuário da Justiça
- d) o síndico, ou seu representante (presente nos processos de falência)
- e) o comissário (presente nos processos de concordata)

299. Sobre as contribuições sociais em atraso, arrecadadas pelo INSS, incidirá multa de mora, que não poderá ser relevada, para pagamento de créditos incluídos em notificação fiscal de lançamento:

- a) vinte e quatro por cento, em até quinze dias do recebimento da notificação;
- b) trinta por cento, após o 15º dia do recebimento da notificação;
- c) quarenta por cento, após apresentação de recurso desde que antecedido de defesa, sendo ambos tempestivos, até quinze dias da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS;
- d) cinquenta por cento, após 15 dia da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS, enquanto não inscrito em Dívida Ativa
- e) todas as alternativas estão corretas.

300. Da mesma forma em que na questão anterior, para pagamento do crédito inscrito em Dívida Ativa, incidirá multa de:

- a) sessenta por cento, quando não tenha sido objeto de parcelamento;
- b) setenta por cento, se houve parcelamento;
- c) oitenta por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito não foi objeto de parcelamento;
- d) cem por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito foi objeto de parcelamento;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

301. Julgue:

- a) O Poder Executivo poderá estabelecer critérios diferenciados de periodicidade, de formalização ou dispensa de apresentação de documentos, para segmentos de empresas ou situações específicas.
- b) A apresentação do documento com dados não correspondentes aos fatos geradores sujeitará o infrator a pena administrativa correspondente à multa de 1000% do valor devido relativo à contribuição não declarada.
- c) A apresentação de documento com erro de preenchimento nos dados não relacionados aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena administrativa de 5% do valor mínimo previsto em lei, por campo com informações inexatas, incompletas ou omissas.
- d) Preparar folhas-de-pagamento é obrigação unicamente previdenciária.
- e) As folhas de pagamento devem ser elaboradas “de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social

302. Analise e dê a sua opinião:

- a) A obrigação de lançar mensalmente em títulos próprios da contabilidade é obrigação acessória apenas previdenciária.
- b) A legislação comercial, bem como a tributária relativa ao Imposto de Renda, requerem que todo fato econômico seja registrado através de lançamentos contábeis.
- c) Ao determinar que os lançamentos dos fatos geradores das contribuições sejam feitos de forma discriminada, a legislação previdenciária exige que a contabilidade demonstre a base de cálculo da contribuição patronal (total da remuneração destinada aos empregados, sem limite) em separado da base de cálculo da exação imposta aos empregados (remuneração até o limite do salário-de-contribuição).
- d) A expressão em títulos próprios de sua contabilidade significa que a empresa não deve obediência às regras contábeis em geral.
- e) Os desembolsos com salários devem ser registrados em contas que figurem com esse título.

303. São dispensados da escrituração contábil:

- a) o pequeno comerciante, nas condições estabelecidas pelo Decreto-lei nº 486, de 3 de março de 1969, e seu Regulamento
- b) a pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, de acordo com a legislação tributária federal, desde que mantenha a escrituração do livro Caixa
- c) as microempresas que optarem pelo sistema próprio de inscrição
- d) as empresas de pequeno porte que optarem pelo sistema próprio de inscrição
- e) as empresas de grande porte que possuam mais de 500 funcionários

304. As informações que tenham relação direta ou indireta com as obrigações das empresas com os órgãos tributantes são de natureza:

- a) cadastral
- b) financeira
- c) contábil
- d) funcional
- e) patronal

305. Verifique se as afirmativas dadas estão certas ou erradas:

- a) A empresa tem a obrigação de informar ao INSS os fatos geradores de contribuição bem como demais questões de interesse da autarquia sob pena de sanção administrativa.
- b) Deve a empresa prestar aos mencionados órgãos tributantes informações que tenham relação, direta ou indireta, com suas obrigações para com os mesmos.
- c) Folhas-de-pagamento, termos de rescisão de contrato de trabalho, recibos de pagamentos de férias, comprovantes de recolhimentos etc. devem permanecer arquivados na empresa, à disposição do Fisco, durante 05 anos.
- d) É prerrogativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Departamento da Receita Federal - DRF o exame da contabilidade da empresa.
- e) Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Departamento da Receita Federal - DRF podem, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício importância que reputarem devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

306. Com relação às competências do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, julgue:

- a) arrecadar as contribuições sociais previstas em lei
- b) fiscalizar o recolhimento das contribuições sociais previstas em lei
- c) lançar o recolhimento das contribuições sociais previstas em lei
- d) normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas em lei
- e) distribuir as contribuições sociais recolhidas

307. São obrigados a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas:

- a) o servidor de órgãos públicos da administração direta e indireta
- b) o segurado da Previdência Social
- c) o síndico ou seu representante
- d) o serventuário da Justiça
- e) liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial

308. Analise e dê a sua opinião:

- a) Na falta de prova regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil pode ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída e ao padrão de execução da obra, cabendo ao proprietário, dono da obra, condômino da unidade imobiliária ou empresa co-responsável o ônus da prova em contrário.
- b) O desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecadou em desacordo com a Lei.
- c) Se, no exame da escrituração contábil e de qualquer outro documento da empresa, a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, serão apuradas, por aferição direta, as contribuições efetivamente devidas, cabendo à empresa o ônus da prova em contrário.
- d) A fiscalização das entidades fechadas de previdência privada, estabelecida na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e regulamentada pelo Decreto nº 1.317, de 29 de novembro de 1994, será exercida pelos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - FCP do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, devidamente credenciados pelo órgão próprio, sem prejuízo das atribuições e vantagens a que fazem jus, conforme disposto no Decreto n.1.317, de 29 de novembro de 1994.
- e) A empresa pode deixar de exibir sua contabilidade ao INSS ou à Receita Federal, sob alegação de que a Lei lhe dá sustentação legal

309. O crédito da seguridade social é constituído por meio de:

- a) notificação de débito
- b) auto-de-infração
- c) comissão
- d) documento declaratório de valores devidos e não recolhidos apresentado ao contribuinte
- e) livros tombo e atas

310. Julgue o que se afirma sobre a fiscalização contábil:

- a) Os livros e os documentos exigíveis pela fiscalização da previdência devem estar, direta ou indiretamente, relacionados com as contribuições previstas na Lei 8.212/91.
- b) Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades.
- c) Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao início do benefício

- d) Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salários-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário-mínimo.
- e) No caso de segurado especial, o salário-de-benefício será inferior ao salário mínimo

311. Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados:

- a) dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio
- b) quinze anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação universitária
- c) cinco anos, quando se tratar de mulher
- d) cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio
- e) dez anos, quando se tratar de homem

312. CNIS significa:

- a) Cadastro Nacional de Informações Sociais
- b) Cadastro Nacional de Inquiridos Sociais
- c) Controle de Notas e Informações Sociais
- d) Corregedoria Nacional de Industriários Segurados
- e) Confederação Nacional de Indústrias Sociais

313. Analise e dê a sua opinião:

- a) O fato previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar.
- b) A expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir de tabela completa de mortalidade constituída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos.
- c) O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes CNIS sobre as remunerações dos segurados
- d) O INSS terá até 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações solicitadas pelo segurado
- e) O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente.

314. Julgue:

- a) O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria
- b) O salário-de-benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo
- c) Quando o segurado não satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-benefício será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição.
- d) O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria
- e) Quando o segurado satisfizer, em relação a cada atividade, as condições do benefício requerido, o salário-de-benefício será calculado com base na soma dos respectivos salários-de-contribuição.

315. No cálculo do valor da renda mensal do benefício, inclusive o decorrente de acidente de trabalho, serão computados:

- a) para o trabalhador avulso os salários-de-contribuição referentes aos anos de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis
- b) para o segurado empregado, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pela empresa, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis
- c) para o segurado empregado e o trabalhador avulso, o valor mensal do auxílio-acidente, considerando como salário-de-contribuição para fins de concessão de qualquer aposentadoria
- d) para os demais segurados, os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas
- e) para o segurado especial os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições efetivamente recolhidas

316. Julgue:

- a) Ao segurado empregado e ao trabalhador avulso que tenham cumprido todas as condições para a concessão do benefício pleiteado mas não possam comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição no período básico de cálculo, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo esta renda ser recalculada quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição.
- b) A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição
- c) Para o segurado empregado doméstico que, tendo satisfeito todas as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.
- d) A renda mensal inicial, deve ser reajustada como a dos benefícios correspondentes com igual data de início e substituirá, a partir da data do requerimento de revisão do valor do benefício, a renda mensal que prevalecia até então.
- e) Cabe à Previdência Social manter cadastro dos segurados com todos os informes necessários para o cálculo da renda mensal dos benefícios.

317. Para os segurados especiais fica garantida a concessão:

- a) de aposentadoria por idade
- b) de aposentadoria por invalidez
- c) de auxílio-doença
- d) de auxílio-reclusão
- e) pensão por morte

318. Julgue:

- a) Para a segurada avulsa fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário-mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.
- b) É devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.
- c) O abono anual será calculado, no que couber, da mesma forma que a Gratificação de Natal dos trabalhadores, tendo por base o valor da renda anual do contribuinte.
- d) Salário-base é a base de cálculo do valor dos benefícios previdenciários de prestação continuada pagos em dinheiro.
- e) Salário-de-contribuição é a base de cálculo das contribuições a serem recolhidas ao INSS pelas empresas e segurados

319. O fator previdenciário consiste na seguinte fórmula matemática:

$$f = Tc \times a [1 \times (Id + Tc \times a)]$$

Es 1000

Sendo:

- a) () f = fator previdenciário
- b) () Es = expectativa de sobrevida no momento do início da contribuição
- c) () Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria
- d) () Id = idade no momento da aposentadoria
- e) () a = aposentadoria contada como benefício (tempo)

320. Deixar a empresa de preparar folha de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com este Regulamento e com os demais padrões e normas estabelecidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social é aplicada multa de:

- a) () a partir de R\$ 636,17
- b) () no valor de R\$ 663,17
- c) () até o valor de R\$ 635,37
- d) () no valor de R\$ 636,17 a R\$ 58.752,23
- e) () a partir de R\$ 663,17

321. Deixar a empresa de se matricular no Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, dentro de trinta dias contados da data do início de suas atividades, quando não sujeita a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas resulta em multa de:

- a) () R\$ 26.367,24
- b) () R\$ 29.159,35
- c) () R\$ 23.584,57
- d) () R\$ 23.594,57
- e) () R\$ 20.258,15

322. Deixar a empresa de descontar da remuneração paga aos segurados a seu serviço importância proveniente de dívida ou responsabilidade por eles contraída junto à seguridade social, relativa a benefícios pagos indevidamente resulta em multa de:

- a) () R\$ 694,25
- b) () R\$ 636,17
- c) () R\$ 836,90
- d) () R\$ 472,58
- e) () R\$ 369,14

323. Deixar a empresa de matricular no Instituto Nacional do Seguro Social-INSS obra de construção civil de sua propriedade ou executada sob sua responsabilidade no prazo de trinta dias do início das respectivas atividades a multa será de:

- a) () R\$ 654,63
- b) () R\$ 639,58
- c) () R\$ 687,25
- d) () R\$ 636,17
- e) () R\$ 689,56

324. Deixar o Titular de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de comunicar ao INSS, até o dia dez de cada mês, a ocorrência ou não ocorrência de óbitos, no mês imediatamente anterior, bem como enviar informações inexatas, conforme disposto no art. 228 recebe a multa de:

- a) () R\$ 676,17
- b) () R\$ 686,17
- c) () R\$ 696,17
- d) () R\$ 636,27
- e) () R\$ 626,17

325. Deixar o dirigente dos órgãos municipais competentes de prestar ao INSS as informações concernentes aos alvarás, "habite-se" ou documento equivalente, relativos à construção civil, na forma do art.226, deverá pagar uma multa no valor de:

- a) () R\$ 548,36
- b) () R\$ 257,17
- c) () R\$ 696,17
- d) () R\$ 366,17
- e) () R\$ 636,17

326. Deixar a empresa de efetuar os descontos das contribuições devidas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço terá multa de:

- a) () R\$ 636,17 b) () R\$ 686,27
c) () R\$ 636,37 d) () R\$ 636,47
e) () R\$ 696,17

327. Deixar a empresa de lançar mensalmente, em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos a multa será a partir de :

- a) () R\$ 6.361,73 b) () R\$ 3.631,73
c) () R\$ 6.586,73 d) () R\$ 6.369,73
e) () R\$ 3.631,37

328. Deixar a empresa de apresentar ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à Secretaria da Receita Federal-SRF os documentos que contenham as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, ou os esclarecimentos necessários à fiscalização receberá a multa a partir de:

- a) () R\$ 6.596,36 b) () R\$ 6.597,35
c) () R\$ 6.361,73 d) () R\$ 6.576,37
e) () R\$ 6.429,17

329. Deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou o titular de serventia extrajudicial de exigir documento comprobatório de inexistência de débito, quando da contratação com o Poder Público ou no recebimento de benefício ou de incentivo fiscal ou creditício, resulta em multa a partir de:

- a) () R\$ 6.219,36 b) () R\$ 6.316,37
c) () R\$ 6.136,38 d) () R\$ 6.361,78
e) () R\$ 6.316,73

330. Deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou o titular de serventia extrajudicial de exigir a apresentação do documento comprobatório de inexistência de débito, quando da alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo, é aplicada a multa a partir de:

- a) () R\$ 3.631,37 b) () R\$ 6.398,37
c) () R\$ 3.658,73 d) () R\$ 6.953,37
e) () R\$ 6.316,73

331. Deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou titular de serventia extrajudicial de exigir a apresentação do documento comprobatório de inexistência de débito na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel incorporado ao ativo permanente da empresa, de valor superior a R\$ 15.904,18, terá uma multa no valor a partir de:

- a) () R\$ 6.361,73 b) () R\$ 6.316,37
c) () R\$ 6.361,37 d) () R\$ 6.136,73
e) () R\$ 6.163,37

332. Deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou titular de serventia extrajudicial de exigir documento comprobatório de inexistência de débito no registro ou arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo a baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil e transferência de cotas de sociedade de responsabilidade limitada resultará uma multa no valor a partir de:

- a) () R\$ 3.96,32 b) () R\$ 3.685,23
c) () R\$ 6.361,37 d) () R\$ 6.361,73
e) () R\$ 6.367,31

333. Deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou titular de serventia extrajudicial de exigir documento comprobatório de inexistência de débito do proprietário, pessoa física ou jurídica, de obra de construção civil, quando da averbação de obra no Registro de Imóveis, é aplicada a multa de:

- a) () R\$ 6.369,73 b) () R\$ 6.367,37
c) () R\$ 6.361,37 d) () R\$ 6.365,73
e) () R\$ 6.963,73

334. Deixar o servidor ou serventuário da Justiça ou titular de serventia extrajudicial de exigir documento comprobatório de inexistência de débito do incorporador, quando da averbação de obra no Registro de Imóveis, independentemente do documento apresentado por ocasião da inscrição do memorial de incorporação resultará numa multa a partir de:

- a) () R\$ 6.691,73 b) () R\$ 6.931,73
c) () R\$ 6.361,73 d) () R\$ 6.231,73
e) () R\$ 6.359,73

335. Deixar o dirigente da entidade da administração pública direta ou indireta de consignar as dotações necessárias ao pagamento das contribuições devidas à seguridade social, de modo a assegurar a sua regular liquidação dentro do exercício terá multa a partir de:

- a) () R\$ 6.934,23 b) () R\$ 6.361,73
c) () R\$ 3.631,37 d) () R\$ 3.596,73
e) () R\$ 3.568,73

336. Deixar a empresa, o servidor de órgão público da administração direta e indireta, o segurado da previdência social, o serventuário da Justiça ou titular de serventia extrajudicial, o síndico ou seu representante, o comissário ou o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial, de exibir os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas neste Regulamento ou apresentá-los sem atender às formalidades legais exigidas ou contendo informações diversas da realidade ou, ainda, com omissão de informação verdadeira será aplicada uma multa a partir de:

- a) () R\$ 3.698,23 b) () R\$ 6.586,31
c) () R\$ 6.593,73 d) () R\$ 5.698,73
e) () R\$ 6.361,73

337. Deixar a entidade promotora de espetáculos desportivo de efetuar o desconto da contribuição prevista no parág. 1º do art. 205 terá que pagar multa a partir de:

- a) () R\$ 6.361,37 b) () R\$ 6.362,73
c) () R\$ 6.391,73 d) () R\$ 6.321,73
e) () R\$ 6.361,73

338. Deixar a empresa ou entidade de reter e recolher a contribuição prevista no parág. 3º do art. 205, implicará numa multa a partir de:

- a) () R\$ 6.361,73 b) () R\$ 6.361,23
c) () R\$ 6.361,59 d) () R\$ 6.321,53
e) () R\$ 6.931,73

339. Deixar a empresa de manter laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou de emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo, resultará em uma multa a partir de:

- a) () R\$ 3.631,73 b) () R\$ 3.613,73
c) () R\$ 6.361,37 d) () R\$ 6.136,73
e) () R\$ 6.136,37

340. Deixar a empresa de elaborar e manter atualizado o perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e de fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica deste documento deverá pagar multa a partir de:

- a) () R\$ 3.561,73 b) () R\$ 6.361,37
c) () R\$ 6.136,73 d) () R\$ 6.361,73
e) () R\$ 6.326,73

341. Aquele que tem a competência funcional para decidir a prática ou não do ato que constitua infração à legislação da seguridade social, é chamado:

- a) () dirigente b) () diretor
c) () superintendente d) () segurado especial
e) () segurado avulso

342. No inciso I do art. 283 da Lei 8.212/91, são relacionadas as infrações sujeitas à multa mínima de:

- a) () R\$ 635,37 b) () R\$ 636,17
c) () R\$ 636,73 d) () R\$ 636,93
e) () R\$ 636,32

343. Enquanto no inciso II do mesmo artigo, é apresentado o rol das infrações cuja multa mínima já corresponde a:

- a) () 5 vezes o valor de R\$ 636,17
b) () 7 vezes o valor de R\$ 636,17
c) () 4 vezes o valor de R\$ 636,17
d) () 10 vezes o valor de R\$ 636,17
e) () 2 vezes o valor de R\$ 636,17

344. Ressaltamos que esses valores são os mínimos para as respectivas infrações, pois eles podem ser aumentados se ocorrida qualquer das circunstâncias agravantes arroladas no art. 290 do citado decreto, a saber, ter o infrator:

- a) () tentado subornar servidor dos órgãos competentes
b) () agido com dolo, fraude ou má-fé
c) () desacatado, no ato da ação fiscal, o agente da fiscalização
d) () obstado a ação da fiscalização
e) () incorrido em reincidência

345. Julgue:

- a) () Assim é que a empresa ou segurado, a contar do primeiro dia subsequente ao do recebimento da notificação de débito, dispõe do prazo de 15 dias para defender-se da imputação que lhe é feita pelo lançamento
b) () Recebida a notificação do débito, a empresa, o empregador doméstico ou o segurado terão o prazo de 15 dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa.
c) () Decorrido esse prazo, será automaticamente declarada a revelia, considerando, de plano, procedente o lançamento, permanecendo o processo no órgão jurisdicionante, pelo prazo de 25 dias, para a cobrança amigável.
d) () Apresentada a defesa, o processo formado a partir da notificação do débito será submetido à autoridade competente, que decidirá sobre a procedência ou não do débito, não cabendo recurso.
e) () A decisão proferida pela autoridade do INSS, em decorrência da defesa apresentada, for contrária aos interesses da empresa ou segurado, estes poderão recorrer.

346. Analise:

- a) () Vinte e oito Juntas de Recursos, com a competência para julgar, em primeira instância, os recursos interpostos contra as decisões prolatadas pelos órgãos regionais do Instituto Nacional do Seguro Social, em matéria de interesse de seus beneficiários
- b) () Seis Câmaras de Julgamento, com sede em Brasília, com a competência para julgar, em segunda instância, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelas Juntas de Recursos que infringirem lei, regulamento, enunciado ou ato normativo ministerial e, em única instância, os recursos interpostos contra decisões do Instituto Nacional do Seguro Social em matéria de interesse dos contribuintes, inclusive a que indeferir o pedido de isenção de contribuições, bem como, com efeito suspensivo, a decisão cancelatória da isenção não concedida.
- c) () O prazo para a interposição de recurso ao CRPS é de 20 dias, contados da data da ciência da decisão proferida pela autoridade competente do INSS.
- d) () A apresentação de recurso, pela empresa ou segurado, dá ao órgão previdenciário o direito de inscrever o débito no seu Livro da Dívida Ativa, para o início da cobrança judicial, eis que o silêncio da parte contrária implica aceitação da decisão há pouco mencionada.
- e) () A interposição de recursos, nos processos de interesse dos beneficiários ou que tenham por objeto a discussão de crédito previdenciário, sendo o recorrente pessoa física, independe de garantia de instância, facultada a realização de depósito, à disposição do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do valor do débito corrigido monetariamente, quando for o caso, e acrescido de juros e multa de mora cabíveis, não se sujeitando a novos acréscimos a contar da data do depósito.

347. Veja se estão certas ou erradas:

- a) () O INSS deverá contabilizar o depósito referente a recursos em conta própria até a decisão final do recurso administrativo
- b) () A certidão textual do livro de que trata este artigo serve de título para o Instituto Nacional do Seguro Social
- c) () Os órgãos competentes não podem, antes de ajuizar a cobrança da Dívida Ativa, promover o protesto de título dado em garantia de sua liquidação, ficando, entretanto, ressalvado que o título será sempre recebido 'pro-solvendo'.
- d) () Débito original atualizado monetariamente, multa variável e os juros de mora incidentes sobre o mesmo, bem como outras multas previstas em lei, não devem ser lançados em livro
- e) () O não recolhimento ou não parcelamento dos valores contidos no documento a que se refere o inciso IV do art. 32 importará na inscrição da Dívida Ativa do INSS.

348. Julgue:

- a) () O débito com a previdência é regularmente incluído em notificação fiscal de débito, ou seja, aquele que foi objeto de lançamento, pela fiscalização.
- b) () É o débito, decorrente da lavratura de auto de infração, por descumprimento de obrigação acessória, bem como o incluído em parcelamento, na forma do artigo anterior.
- c) () Como se tratam de contribuições já vencidas e recolhidas pelo sujeito passivo da obrigação, os respectivos valores originários (ou sejam, os valores que o devedor teria desembolsado se tivesse efetuado os recolhimentos dentro dos prazos legais) são acrescidos de correção monetária, bem como de multa e juros de mora.
- d) () Débito originário + correção monetária + multa de mora + juros de mora devem ser registrados, pelo INSS ou pela Receita Federal, no chamado Livro de Inscrição na Dívida Ativa.
- e) () O Livro de Inscrição na Dívida Ativa é um livro obrigatório, oficial, sujeito a formalidades intrínsecas e extrínsecas; suas folhas devem ser numeradas e preenchidas com o máximo cuidado, sem rasuras ou qualquer outra espécie de vício; nelas são informados, além dos valores acima citados, os principais dados cadastrais do devedor, tais como o seu nome, endereço e número de inscrição no CGC (se houver).

349. Analise:

- a) Não é obrigado registrar no livro de inscrição da dívida ativa outras multas prevista nesta Lei.
- b) As contribuições recolhidas fora dos prazos legais ficam sujeitas aos seguintes acréscimos: correção monetária, juros e multa de mora.
- c) A multa de mora incide automaticamente pelo simples atraso no recolhimento de qualquer das contribuições devidas à Seguridade Social; em outras palavras, ela não está diretamente ligada à mora (sinônimo de demora) do contribuinte.
- d) Quando se diz que a multa de mora é automática, significa que ela deve ser paga mesmo quando o devedor recolhe espontaneamente suas contribuições já vencidas; vale dizer que ela não é “aplicada” pela fiscalização, ou qualquer outra autoridade administrativa, mas decorre automaticamente de uma imposição legal.
- e) A Lei 8.212/91, em seu art. 92, prevê um outro tipo de multa, que nada tem a ver a falta de recolhimento de contribuições no prazo legal.

350. Veja se estão certas ou erradas

- a) A multa prevista pela Lei 8.212/91 em seu art. 92 decorre do cometimento, pelo contribuinte, de infração a qualquer dispositivo desta Lei para a qual não haja outra penalidade específica prevista.
- b) Essa multa é automática, o que significa que depende de ação fiscal do INSS ou da Receita Federal na empresa, que apure a ocorrência da infração, bem como sua natureza e gravidade, pois de tudo isso dependerá o valor da pena (variável, segundo a Lei, de Cr\$ 100.000,00 a Cr\$ 10.000.000,00, ou, atualmente, de R\$ 563,27 a R\$ 56.326,83) a ser, posteriormente, aplicada pela autoridade administrativa competente.
- c) Esta multa corresponde a uma penalidade imposta ao contribuinte em consequência da prática de uma infração.
- d) Tal multa, assim como a moratória, também deve ser registrada no Livro de Inscrição em Dívida Ativa.
- e) Após o trânsito em julgado do débito - ou seja, depois de esgotados todos os prazos legais concedidos ao contribuinte para o exercício do seu direito ao contraditório e ampla defesa; em outras palavras, quando não couber mais nenhum recurso na esfera administrativa -, e sendo vencedor o INSS, extrair-se-á uma certidão textual da inscrição, a qual equivale a um título de crédito, com presunção (relativa) de certeza e liquidez.

351. Julgue:

- a) A certidão textual de inscrição é o documento por meio do qual o sujeito ativo promoverá a cobrança judicial da dívida, segundo o mesmo processo e com as mesmas prerrogativas e privilégios da Fazenda Nacional.
- b) Esta regra pressupõe que o INSS não aceite títulos de crédito (duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, etc.), oferecidos pelos contribuintes, como garantia ao pagamento de débitos inscritos na Dívida Ativa.
- c) O órgão do Fisco pode, antes de ajuizar a cobrança da Dívida Ativa, protestar o título de crédito oferecido, sem que todo esse procedimento (aceitação + protesto) implique em renúncia do direito de ajuizar o débito inscrito: ao contrário, não logrando êxito na tarefa de converter o título de crédito em dinheiro, o INSS pode prosseguir normalmente na cobrança judicial do seu crédito.
- d) O último parágrafo do art 92 da Lei 8.212 refere-se ao documento de informações dos fatos geradores de contribuição social.
- e) O dirigente de órgão ou entidade da administração federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, responde pessoalmente pela multa aplicada por infração de dispositivos da Lei e do seu regulamento, sendo obrigatório o respectivo desconto em folha de pagamento, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do segundo pagamento que se seguir à requisição

352. Analise:

- a) Os órgãos e entidades da administração pública também se consideram empresa, para os efeitos de lei. Conseqüentemente, estão sujeitos às mesmas obrigações impostas às empresas em geral
- b) Ao infringirem qualquer um dos dispositivos da Lei 8.212/91, será aplicada a multa de que trata o art. 92 (multa punitiva, variável conforme a gravidade da infração).
- c) O sujeito passivo não é o órgão ou entidade da administração pública, nem o seu dirigente.
- d) A responsabilidade é pessoal: não é solidária.
- e) O valor da referida multa será obrigatoriamente descontado de sua remuneração na empresa, mediante requisição dos órgãos competentes e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição.

353. Veja se está certo ou errado:

- a) Considera-se dirigente aquele que tem a competência funcionar para decidir a prática ou não do ato que constitua infração à legislação da seguridade social.
- b) Os administradores de autarquias e fundações públicas, criadas e mantidas pelo Poder Público, de empresas públicas e de sociedades de economia mista sujeitas ao controle da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que se encontrarem em mora, por mais de 20 (vinte) dias, no recolhimento das contribuições previstas nesta Lei, tornam-se solidariamente responsáveis pelo respectivo pagamento
- c) Em regra semelhante - mas não idêntica - à do art. 41, o legislador estabeleceu a responsabilidade solidária dos administradores de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitas ao controle estatal, pelas contribuições vencidas há mais de 25 dias.
- d) O dirigente não responde juntamente com a empresa; apenas ele suportará o ônus da multa.
- e) Uma vez que a empresa não tenha promovido os recolhimentos devidos dentro dos 15 dias seguintes ao do respectivo vencimento, pode o órgão da Seguridade Social voltar-se contra o administrador daquela

354. Julgue:

- a) Diretor-Presidente ou qualquer outro cargo que lhes equivalha é considerado solidário.
- b) Como a responsabilidade é solidária, não existe benefício de ordem
- c) Sendo esse dirigente uma única pessoa - aliás, um trabalhador -, facilmente ele terá possibilidade econômica de suportar o ônus de tal responsabilização, principalmente se a empresa possuir grande número de empregados, do que resultaria ser muito elevado o montante das contribuições não recolhidas.
- d) Existe ainda outra penalidade para esses dirigentes, caso as empresas de que estejam à frente fiquem em mora: a de se sujeitarem às proibições do art. 1º e às sanções dos arts. 4º e 7º do Decreto-lei nº 368/68.
- e) Considera-se em débito salarial a empresa que não paga, no prazo, e nas condições da lei ou do contrato, o salário devido a seus empregados.

355. Analise:

- a) Os diretores, sócios, gerentes, membros de órgãos fiscais ou consultivos, titulares de firma individual ou quaisquer outros dirigentes de empresa responsável pela infração estarão sujeitos à pena de detenção de um mês a dois anos.
- b) As infrações descritas em lei, sujeitam a empresa infratora à multa variável de dez a cinquenta por cento do débito salarial, a ser aplicada pelo Delegado Regional do Trabalho, mediante o processo previsto nos artigos 626 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo da responsabilidade criminal das pessoas implicadas.
- c) Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o juiz, sob pena de responsabilidade, determinará o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social.

- d) () Nas sentenças judiciais ou nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais relativas à contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado.
- e) () Qualquer empregado pode ingressar com ação, perante a Justiça do Trabalho, para reivindicar direitos trabalhistas que entende possuir e que teriam sido violados pelo empregador.

356. Veja se está certo ou errado:

- a) () A ação perante a Justiça do Trabalho terminará ou por acordo entre as partes (o empregado, na qualidade de reclamante, e o empregador, na condição de reclamado), ou, em havendo acordo, por decisão judicial transitada em julgado (proferida pelo juiz de primeira instância, ou pelos tribunais do trabalho).
- b) () Se dessa ação resultar pagamentos, ao reclamante, que estejam sujeitos à incidência da contribuição previdenciária (salários, horas-extras, gratificação natalina, etc.), a autoridade judiciária determinará à parte vencida (empregador) que faça imediatamente os recolhimentos devidos ao INSS
- c) () A obrigação imposta ao magistrado sujeita-o, em caso de descumprimento, a pena de responsabilidade, que, aliás, é identificada na Lei 8.212/91.
- d) () Tendo em vista que as contribuições devem ser calculadas apenas sobre os valores que compõem o salário-de-contribuição, é desejável que o termo de acordo ou a sentença judicial não discrimine a natureza de cada uma das parcelas destinadas ao reclamante.
- e) () Na ausência dessa discriminação, ou seja, se o valor destinado ao empregado for demonstrado apenas por um total, é sobre este que serão calculadas as contribuições devidas pelo empregador, ainda que tal base de cálculo seja composta também por parcelas legalmente excluídas da hipótese de incidência.

357. Julgue:

- a) () A regra - injusta em sua essência -, decorre da óbvia impossibilidade de o INSS conhecer a composição do valor pago ao reclamante e poder, em consequência, exigir apenas o que lhe é devido.
- b) () A autoridade judiciária velará pelo fiel cumprimento do disposto no artigo anterior, inclusive fazendo expedir notificação ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, não dando-lhe ciência dos termos da sentença ou do acordo celebrado.
- c) () A Lei 9.841 de 5-10-99, institui o “Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES”, em conformidade com o art. 179 da Constituição Federal, que determina seja dado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a tais pessoas jurídicas.
- d) () Microempresa é a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)
- e) () Empresa de pequeno porte é a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

358. Analise:

- a) () Receita bruta é o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- b) () A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresas de pequeno porte, não poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.
- c) () Uma vez inscrita no SIMPLES, a microempresa ou a empresa de pequeno porte deixará de fazer os recolhimentos dos tributos acima relacionados na forma tradicional, ou seja, individualizadamente, mediante o preenchimento de uma guia específica para cada uma dessas espécies tributárias, etc.

- d) A empresa inscrita como SIMPLES fará um único recolhimento mensal, que implicará a quitação de todos aqueles.
- e) As empresas citadas no § 5º do art. 22 da Lei nº 8.212/91, estão excluídas da obrigação de pagar os 20% + o SAT sobre as remunerações destinadas aos seus empregados, bem como os 15% sobre as remunerações pagas ou creditadas às pessoas físicas que lhes prestem serviços sem vínculo empregatício, na forma da Lei Complementar nº 84/96.

359. A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

360. Julgue:

- a) A base de cálculo do valor devido é a receita bruta mensal, mas a alíquota aplicável deve ser buscada com base na receita bruta acumulada no ano em curso, até o próprio mês.
- b) Sobre a receita bruta de janeiro (R\$ 25.000,00), a empresa pagará 4%, porque a receita bruta acumulada no ano é, naturalmente, esses mesmos R\$ 25.000,00;
- c) Sobre a receita bruta de fevereiro (R\$ 30.000,00), pagará 3%, porque a receita bruta acumulada no ano é R\$ 55.000,00 (R\$ 25.000,00 + R\$ 30.000,00), estando ainda na primeira faixa da tabela acima;
- d) Sobre a receita bruta de março (R\$ 30.000,00), pagará 3%, porque a receita bruta acumulada no ano é de R\$ 85.000,00 (R\$ 25.000,00 + R\$ 30.000,00 + R\$ 30.000,00), tendo passado para a segunda faixa da tabela acima;
- e) Sobre a receita bruta de abril (R\$ 20.000,00), pagará 6%, porque a receita bruta acumulada no ano é de R\$ 105.000,00 (R\$ 25.000,00 + R\$ 30.000,00 + R\$ 30.000,00 + R\$ 20.000,00), tendo passado para a terceira faixa da tabela acima).

361. Analise:

- a) O pagamento unificado será feito de forma centralizada, até o décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta, através de Documento de Arrecadação de Receitas Federais específico (DARF/SIMPLES).
- b) Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento
- c) A opção pelo SIMPLES dar-se-á perante o órgão da Receita Federal, mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, quando o contribuinte prestará quase todas as informações necessárias.
- d) A opção produzirá efeitos a partir do segundo dia do ano-calendário subsequente.
- e) No ano de 1997 a opção pode ser efetuada até 31 de março (prorrogável, a critério da Secretaria da Receita Federal), com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro do mesmo ano.

362. A exclusão dar-se-á de ofício, quando a pessoa jurídica incorrer em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) quando a empresa não realizar a comunicação obrigatória
- b) embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 do Código Tributário Nacional

- c) () resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade
- d) () constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual
- e) () prática reiterada de infração à legislação tributária

363. Julgue:

- a) () Uma vez excluída do SIMPLES, a microempresa ou a empresa de pequeno porte não ficará sujeita às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- b) () Competem à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.
- c) () O montante arrecadado pela Receita Federal não será partilhado entre os sujeitos ativos das espécies tributárias
- d) () As microempresas e empresas de pequeno porte que fizerem sua opção pelo SIMPLES, estarão desobrigadas aos recolhimentos previstos no art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91, e na Lei Complementar nº 84/96, visto que eles estarão “embutidos” nos pagamentos feitos em conformidade com o novo sistema.
- e) () Uma parte desses pagamentos não pertence à Seguridade Social

364. Analise:

- a) () A Lei do SIMPLES prevê a possibilidade dos Estados e Municípios celebrarem convênio com a União, para efeito de incluir o ICMS (no caso dos Estados) ou o ISS (no caso dos Municípios) no sistema, hipótese em que as alíquotas de contribuição para as empresas sediadas no território do ente público conveniado não seriam majoradas;
- b) () Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º de novembro de 1996, poderão ser objeto de parcelamento; tendo os respectivos fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996, poderá ser autorizado o parcelamento, em até 72 parcelas mensais e sucessivas;
- c) () As microempresas e as empresas de pequeno porte que se inscreverem no SIMPLES estão excluídas das obrigações relativas ao art. 22, incisos I e II, da Lei nº 8.212/91, e à Lei Complementar nº 84/96. Todavia, continuam obrigadas à arrecadação de que trata o art. 30, inciso I, letra “a”, da referida lei ordinária (arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço), recolhendo-as no prazo legal aos cofres do INSS.
- d) () A lei 9.317/96 dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.
- e) () No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites não serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

365. Veja se está certa ou errada:

- a) () Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- b) () A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, não poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

- c) () A inscrição no SIMPLES não dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.
- d) () O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.
- e) () Os convênios serão bilaterais e não terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

366. A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) () Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) () Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) () Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) () Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) () Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

367. O pagamento mensal e unificado de impostos e contribuições do SIMPLES não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) () Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, desde que não sejam Relativas a TÍTULOS ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) () Imposto sobre Importação de Produtos Nacionais - II;
- c) () Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) () Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) () Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - ITR;

368. Veja se está certa ou errada:

- a) () O convênio entrará em vigor a partir do primeiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.
- b) () Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.
- c) () Os convênios de adesão ao SIMPLES não poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano - calendário, seja superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).
- d) () O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.
- e) () No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de um ponto percentual.

369. O valor devido mensalmente pela empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) () até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) () de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 3,8% (três inteiros e oito décimos por cento);
- c) () de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);

- d) () de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
- e) () de R\$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).

370. Veja se está certo ou errado:

- a) () A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a TÍTULO de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.
- b) () O disposto na afirmativa anterior se aplica relativamente ao ICMS, caso a Unidade Federada em que esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido ao SIMPLES, nos termos do Art. 4º .
- c) () No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais)
- d) () O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma centralizada, até o nono dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.
- e) () A Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

371. Julgue:

- a) () Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES poderão ser objeto de parcelamento.
- b) () A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições
- c) () O disposto na afirmativa anterior não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, dos direitos acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.
- d) () As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.
- e) () A opção exercida de conformidade com a lei submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

372. Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

- a) () na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais);
- b) () na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais);
- c) () constituída sob a forma de sociedade por ações;
- d) () cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de TÍTULOS, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de TÍTULOS e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;
- e) () que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

373. Analise os itens abaixo e julgue:

- a) De acordo com a Lei 8.213/91, o salário-de-benefício “consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo”, multiplicado pelo fator previdenciário para as hipóteses de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição (antiga aposentadoria por tempo de serviço).
- b) O salário-de-benefício não pode ser inferior ao salário-mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição.
- c) No caso do segurado exercer, concomitantemente, mais de uma atividade que determine sua filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social, o salário-de-benefício será calculado com base no salário-de-contribuição de maior valor.
- d) Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção pode ser efetuada até 28 de março, com efeitos a partir de 1º de janeiro daquele ano.
- e) Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

374. Sobre a alíquota de contribuição da empresa para o financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho, em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado grave, julgue:

- a) 1,5%
- b) 2,5%
- c) 3,5%
- d) 4,5%
- e) 0,8%

375. Julgue esta situação hipotética: um trabalhador, desempenhando funções em atividade de risco leve, e recebendo a seguinte remuneração:

Salário normal	R\$	700,00
Horas-Extras	R\$	100,00
Adicional Noturno	R\$	100,00
Vale-Transporte	R\$	50,00
Salário-Família	R\$	50,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	R\$	1.000,00

As contribuições do segurado e da empresa, no caso, são as seguintes:

- a) 11% do segurado, sobre R\$ 1.000,00, e 22% da empresa, sobre R\$ 1.000,00
- b) 11% do segurado, sobre R\$ 1.000,00, e 21% da empresa, sobre R\$ 1.000,00
- c) 9% do segurado, sobre R\$ 957,56, e 21% da empresa, sobre R\$ 1.000,00
- d) 11% do segurado, sobre R\$ 957,56, e 21% da empresa, sobre R\$ 1.000,00
- e) 8% do segurado, sobre R\$ 1.000,00, e 12% da empresa, sobre R\$ 1.000,00

376. Sobre a contribuição do segurado especial, julgue:

- a) obrigatoriamente sobre a receita bruta da comercialização da sua produção, e facultativamente sobre o lucro líquido anual
- b) obrigatoriamente sobre a receita bruta da comercialização da sua produção,
- c) facultativamente sobre a receita bruta da comercialização da sua produção, e obrigatoriamente sobre a escala de salários-base
- d) obrigatoriamente tanto sobre a receita bruta da comercialização da sua produção, como sobre a escala de salários-base
- e) facultativamente sobre a escala de salários-base

377. O Regime Geral de Previdência Social compreende algumas prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços para o segurado e para o dependente. Listamos algumas dessas prestações e seu beneficiário. Diga se estão certas ou erradas:

- a) () Segurado: aposentadoria por idade.
- b) () Dependente: auxílio-doença.
- c) () Dependente: pensão por morte.
- d) () Segurado: auxílio-reclusão.
- e) () Segurado e dependente: reabilitação profissional.

378. Avalie:

- a) () O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ela retornar, não fará jús a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade.
- b) () O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ela retornar, não fará jús ao salário-família.
- c) () O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ela retornar, não fará jús à reabilitação profissional e ao auxílio-acidente, quando empregado.
- d) () Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- e) () Considera-se acidente do trabalho doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

379. Julgue as afirmativas:

- a) () Não considera-se acidente do trabalho doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.
- b) () Considera-se acidente do trabalho a doença degenerativa.
- c) () Não considera-se acidente do trabalho doença inerente a grupo etário.
- d) () Considera-se acidente do trabalho a doença que não produza incapacidade laborativa.
- e) () Considera-se acidente do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

380. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos de Lei:

- a) () O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- b) () ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- c) () ato de imprudência, de negligência ou de imperícia somente de terceiro.
- d) () ato de pessoa privada do uso da razão.
- e) () desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

381. Em alguns casos, o produtor rural não é responsável direto pelo recolhimento da contribuição incidente sobre a receita bruta da comercialização da sua produção. Julgue os casos mencionados:

- a) () Quando transaciona com adquirente domiciliado no exterior
- b) () Quando transaciona com cooperativa
- c) () Quando transaciona com adquirente domiciliado no exterior, consumidor ou cooperativa
- d) () Quando transaciona com adquirente, consignatário
- e) () Quando transaciona com membros de sociedade corporativas

382. A escala de salários-base é objeto de contribuição de:

- a) empregado doméstico, equiparado a autônomo e facultativo
- b) empregado doméstico, autônomo e empresário
- c) empregado doméstico, empresário e facultativo
- d) empregado doméstico, equiparado a autônomo e empresário
- e) empregado doméstico, equiparado a trabalhador avulso

383. O salário-de-contribuição do empregado é composto por algumas contribuições e deduções. Julgue as que não integram o salário-de-contribuição:

- a) as cotas do salário-família recebidas nos termos da lei
- b) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação específica
- c) as diárias para viagem não excedentes a 50% da remuneração mensal
- d) os salários recebidos em acordo celebrado na Junta de Conciliação e Julgamento
- e) as horas-extras pagas em rescisão de contrato

384. Julgue as alternativas que definem o salário-de-contribuição do empregado doméstico:

- a) remuneração efetivamente recebida ou creditada no mês
- b) a remuneração registrada na Carteira de Trabalho
- c) qualquer valor da escala de salários-base
- d) qualquer valor da escala de salários-base, até o correspondente à classe 3
- e) o valor constante no carnê de pagamentos da previdência

385. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos de Lei o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa.
- b) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado.
- c) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
- e) em viagens particulares com a família.

386. Analise as afirmativas:

- a) Nos períodos dedicados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.
- b) É considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.
- c) A empresa deve comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicadas e cobradas pela Previdência Social.
- d) Da comunicação referente a afirmativa 3 receberão cópia fiel o acidentado e seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.
- e) Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.

387. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho:

- a) o dia da segregação compulsória.
- b) a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual.
- c) o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.
- d) O dia em que o acidentado foi avaliado.
- e) O dia seguinte do acidente.

388. Julgue:

- a) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
- b) Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/4 (um quarto) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício ser requerido.
- c) A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais.
- d) A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social para aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 160 (cento e sessenta) contribuições mensais.
- e) A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social para salário-maternidade para as seguradas: oito contribuições mensais.

389. Analise:

- a) Para que o segurado tenha direito a benefícios previdenciários é necessário que tenha pago um determinado número de contribuições mensais.
- b) Benefícios há que são devidos independentemente do número de contribuições pagas, isto é, estão isentos de carência.
- c) Para os segurados empregado e trabalhador avulso, o período de carência é contado da data da filiação ao regime da Previdência Social.
- d) Para os contribuintes individuais (segurados empregado doméstico, empresário, autônomo, equiparado a autônomo), segurado especial e segurado facultativo, o período de carência é contado da data do efetivo recolhimento da 1ª contribuição sem atraso.
- e) Não são consideradas as contribuições recolhidas com atraso relativas a competências anteriores.

390. Sobre o prazo que a empresa tem para recolher as contribuições arrecadadas dos empregados que lhe prestam serviços, julgue:

- a) dia 15 do mês subsequente ao da competência.
- b) dia 02 do mês subsequente ao da competência, antecipado para o primeiro dia útil imediatamente anterior, se o vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário
- c) dia 02 do mês subsequente ao da competência, prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente posterior, se o vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário
- d) mesmo dia fixado na legislação trabalhista, para o pagamento dos salários dos empregados
- e) quinto dia útil de cada mês subsequente ao da competência

391. Julgue:

- a) As contribuições sociais e outras importâncias arrecadas pelo INSS, incluídas ou não em notificação fiscal de lançamento, pagas com atraso, objeto ou não de parcelamento, ficam sujeitas nos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

- b) O percentual dos juros moratórios relativos aos meses de vencimento ou pagamentos das contribuições corresponderá a 1%.
- c) Sobre as contribuições sociais em atraso, arrecadadas pelo INSS, incidirá multa de mora, que poderá ser relevada dependendo do caso em questão
- d) Nas hipóteses de parcelamento ou de reparcelamento, incidirá um acréscimo de quinze por cento sobre a multa de mora
- e) Se houver pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor, o acréscimo previsto em lei também incidirá sobre a multa correspondente à parte do pagamento que se efetuar.

392. Analise e dê a sua opinião:

- a) O valor do pagamento parcial, antecipado, do saldo devedor de parcelamento ou do reparcelamento somente poderá ser utilizado para quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso e sobre a qual incidirá sempre o acréscimo de 5%
- b) Quando se tratar de empregador doméstico ou de empresa ou segurado dispensados de apresentar o citado documento, a multa de mora será reduzida em 0,5%.
- c) Os percentuais da multa variável incidente sobre os recolhimentos efetuados fora do prazo são os constantes do art. 35 da Lei 8.212/91, agora restabelecido, em substituição aos antigos percentuais de 10%, 20%, 30% ou 60%, previstos no art. 58, inciso III, do Decreto Regulamentar nº 2.173/97.
- d) A criação de taxas menores para aqueles recolhimentos feitos com menor tempo de atraso demonstra o claro interesse em incentivar os contribuintes a efetuarem o pagamento de suas contribuições atrasadas o quanto antes.
- e) As contribuições previdenciárias não recolhidas até a data de seu vencimento ficam sujeitas a correção monetária, juros de mora e multa variável.

393. Com base nos seus conhecimentos, avalie o que se afirma:

- a) A correção monetária, como o próprio nome sugere, representa apenas a atualização monetária do valor do débito, necessária em face da desvalorização da moeda, provocada pela inflação.
- b) Atualizar o valor da contribuição significa reajustá-lo de forma a preservar o valor real que tinha à data em que deveria ter sido recolhido. Não se trata, pois, de acréscimo nominal do débito, mas real.
- c) A correção monetária das contribuições previdenciárias tem sido feita sob os mesmos critérios utilizados para a correção dos demais tributos federais, ou seja, utilizando-se um indexador oficial, que não variou nos últimos tempos.
- d) Com o advento do REAL, a correção monetária deixou de existir a partir de 1º de janeiro de 1995.
- e) A partir de 1º de janeiro de 1995 as contribuições recolhidas em atraso estão sujeitas apenas aos juros de mora.

394. Os últimos indexadores de correção monetária utilizados foram:

- a) a ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional)
- b) a OTN (Obrigações do Tesouro Nacional)
- c) o BTN (Bônus do Tesouro Nacional)
- d) a TRD (Taxa Referencial Diária)
- e) a UFIR (Unidade Fiscal de Referência)

395. Sobre a incidência de juros e multa, julgue:

- a) Quaisquer contribuições anteriores a janeiro de 1995 estão sujeitas à correção monetária até 31 de dezembro de 1994.
- b) Os juros de mora incidem sobre o valor da contribuição em atraso já atualizada monetariamente. Até 31 de dezembro de 1994, a taxa de juros era de 1% (um por cento) ao mês ou fração.
- c) A partir de 1º de janeiro de 1995, os juros de mora passaram a ser calculados através dos juros de mercado, correspondentes à taxa média mensal de captação do Tesouro Nacional relativa à Dívida Mobiliária Federal Interna. Trata-se da taxa denominada SELIC, a qual pode ultrapassar de 1% ao mês.
- d) A taxa relativa ao mês em venceu o débito, bem como ao mês em que o mesmo for recolhido, continua sendo de 1%.
- e) A multa variável é automática, ou seja, independe de qualquer procedimento administrativo do Fisco Previdenciário, seja no sentido de lavratura de Auto de Infração, seja de qualquer outra natureza.

396. Com relação à multa automática, julgue:

- a) Qualquer contribuição não recolhida no prazo legal está automaticamente sujeita a juros de mora.
- b) A multa automática é chamada variável porque o respectivo percentual oscila de acordo com as circunstâncias em que se dá o recolhimento em atraso.
- c) A multa automática, a exemplo do que ocorre com os juros de mora, incide sobre o valor corrigido da contribuição paga em atraso.
- d) A multa automática é irrelevável, ou seja, não pode a autoridade administrativa do INSS deixar de cobrá-la quando exigível.
- e) A multa será de 60, 70, 80 ou 100% quando o recolhimento em atraso for feito espontaneamente pelo contribuinte, e não em decorrência de lançamento do crédito previdenciário, considerando-se, respectivamente, o mês de vencimento, o mês seguinte e o segundo mês seguinte.

397. Sobre a Notificação fiscal de lançamento de débito, julgue:

- a) Constatado o atraso total ou parcial no recolhimento de contribuições ou em caso de falta de pagamento de benefício reembolsado, a fiscalização lavrará notificação de débitos com discriminação clara e precisa dos fatos geradores, das contribuições devidas e dos períodos a que se referem, conforme dispuser o regulamento.
- b) Recebida a notificação do débito a empresa ou segurado terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa, observado o disposto em regulamento.
- c) Por ocasião da notificação de débito ou, quando for o caso, da inscrição na Dívida Ativa do INSS, a fiscalização poderá proceder ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo, conforme dispuser aquela autarquia previdenciária.
- d) O lançamento se apresenta sob a forma de notificação fiscal de débito, documento no qual a fiscalização - que pode ser a do INSS ou a da Receita Federal.
- e) Os detalhes relativos ao lançamento do débito são encontrados nas instruções internas do INSS e da Receita Federal (ordens de serviço, circulares, etc.)

398. Sobre a dívida com a Seguridade Social, julgue o que se afirma:

- a) As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento.
- b) Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos e as decorrentes da sub-rogação

- c) () A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através da prática de crime previsto em lei, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.
- d) () Será admitido o parcelamento, tantas vezes quantas necessárias.
- e) () Sobre o valor de cada prestação mensal decorrente de parcelamento serão acrescidos, por ocasião do pagamento, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do dia da concessão do parcelamento até o dia do pagamento.

399. Ainda sobre o parcelamento de débito junto à Seguridade Social:

- a) () O deferimento do parcelamento pelo INSS não ficará condicionado ao pagamento da primeira parcela.
- b) () Não sendo paga a primeira parcela ou descumprida qualquer cláusula do acordo de parcelamento, proceder-se-á à inscrição da dívida confessada, mesmo se já tiver sido inscrita na Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e à sua cobrança judicial.
- c) () O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterà cláusula em que estes autorizem a retenção do Fundo de Participação dos Estados-FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios-FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS do valor correspondente a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta.
- d) () O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterà, ainda, cláusula em que estes autorizem, quando houver a falta de pagamento de débitos vencidos ou de prestações de acordos de parcelamento, a retenção do Fundo de Participação dos Estados - FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda.
- e) () Será permitido o parcelamento de dívidas de empresa com falência decretada.

400. Imagine as duas situações hipotéticas dadas abaixo, que costumam ocorrer com bastante frequência na prática:

1. a empresa “X” obteve parcelamento de suas contribuições, para pagamento em 40 meses; depois de quitar 20 parcelas, ficou sem possibilidade econômica de honrar as parcelas restantes na forma contratada; ou
2. a empresa “Y” obteve parcelamento de suas contribuições, para pagamento em 40 meses; já quitou 20 parcelas, tem possibilidade econômica de honrar as 20 restantes, mas está em atraso com as contribuições normais vencidas após a obtenção da moratória em comento.

Julgue:

- a) () Em qualquer desses dois casos, pode o contribuinte solicitar renegociação de sua dívida.
- b) () No primeiro caso, poderá pleitear o parcelamento das 20 parcelas restantes, para pagamento em até 60 meses, o que naturalmente lhe garantirá valores mensais bem mais baixos do que os que vinha pagando.
- c) () No segundo exemplo, poderá igualmente pleitear o parcelamento, com inclusão, no novo contrato, das contribuições que não tinham sido incluídas no primeiro.
- d) () Em ambos os casos, as empresas devem recolher 20% do saldo devedor do primeiro parcelamento, atualizado monetariamente, pagamento esse que deverá ser comprovado quando do novo pedido.
- e) () Somente o primeiro caso é que o contribuinte poderá solicitar renegociação de sua dívida.

401. Analise as afirmativas:

- a) A criação de entidades de socorros públicos foi prevista a partir da Constituição de 1891.
- b) Em 1834 um ato adicional à Constituição atribuiu às Assembleias Legislativas competência para legislar sobre as entidades de socorro públicas.
- c) Em 1835 foi criado o Montepio Geral dos Servidores do Estado, considerado o precursor dos institutos jurídicos securitários brasileiros. Esse Montepio assegurava aos seus beneficiários a cobertura financeira em decorrência de determinados eventos, mediante repartição do custeio do sistema entre os integrantes do grupo.
- d) Em 1850 foi excluído do Código Comercial o artigo 89 que previa que os acidentes imprevistos e inculcados, que impedissem aos prepostos o exercício de suas funções, não interromperiam o vencimento do seu salário, contanto que a inabilitação não excedesse a 3 (três) meses contínuos.
- e) Em 1888 o Decreto nº 3.397 instituiu uma caixa de socorro para os funcionários das estradas de ferro do Estado.

402. Julgue o que se afirma:

- a) A Constituição de 1891 previa que a aposentadoria só poderia ser dada aos funcionários públicos a serviço da Nação, em caso de invalidez.
- b) A Lei 3.724, de 15 de janeiro de 1919 é conhecida como a Lei de acidentes no trabalho.
- c) A Lei de criação de montepios para os funcionários das estradas de ferro estabelecia a responsabilidade objetiva do empregador para com os danos de qualquer origem sofridos pelos trabalhadores durante o serviço.
- d) Em 1932 foi publicada a chamada “Lei Eloy Chaves”, ou seja, o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1932.
- e) A Lei Eloy Chaves foi considerada um marco na história da legislação previdenciária brasileira.

403. Sobre as primeiras leis da previdência, julgue:

- a) A Lei Eloy Chaves cria, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadorias e Pensões para os respectivos empregados.
- b) Em 1936 uma Emenda Constitucional atribuiu ao Congresso Nacional competência para legislar sobre licença, aposentadorias e reformas afins.
- c) Em 1933 o Decreto nº 22.872, que criou o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos deu início a uma nova era do sistema previdenciário brasileiro, que passou então a abranger categorias profissionais, em vez de ser estruturado por empresa.
- d) Em 1954 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes, enquanto o Decreto nº 24.615, criou idêntico instituto para os ferroviários.
- e) A tríplex forma de custeio dos sistemas previdenciários – Estado, empregador e empregado, foi instituída na Constituição de 1988.

404. Avalie se estão certas ou erradas as afirmações:

- a) No art. 5º, inciso XIX, da Constituição de 1934 foi reservada à União a competência para legislar sobre normas gerais de assistência social, ficando para os Estados-membros (art. 10) a competência específica, com base no interesse regional, para cuidar da saúde e assistência públicas, bem como da fiscalização da aplicação das leis sociais.
- b) As aposentadorias por invalidez e por velhice e a proteção contra acidentes do trabalho ou morte surgiram na Constituição de 1934.
- c) O art. 170 da Constituição de 1988 garantiu proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez após trinta anos de serviço.
- d) Em 1936 foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, de filiação facultativa para os empregados, e obrigatória para os empregadores.
- e) IPASE significa Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

405. Com relação à Constituição de 1946, avalie as afirmativas dadas:

- a) Nenhuma alteração ela trouxe em relação à Constituição anterior.
- b) Limitou-se a repetir os direitos já anteriormente assegurados - alguns de natureza previdenciária - aos trabalhadores em geral.
- c) Inaugurou a locução “previdência social”, além de sistematizar a matéria em seu texto.
- d) Eliminou a tríplice forma de custeio criada pela Constituição de 1934.
- e) Seu art. 157 estabeleceu a obrigatoriedade do seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador e em benefício do empregado.

406. Ainda sobre as primeiras leis da previdência, julgue:

- a) A Constituição de 1937 nada acrescentou ao ordenamento jurídico em relação à previdência, descartando-se a existência de grave lacuna no tocante ao custeio e à contribuição da União.
- b) A LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807), foi editada em 1957.
- c) A Lei Orgânica da Previdência Social instituiu alguns novos benefícios, tais como o auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-reclusão.
- d) A Emenda Constitucional nº 11 de 1965, estabeleceu o hoje conhecido “princípio da precedência da fonte de custeio”, segundo o qual nenhuma benefício será criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- e) A Lei nº 5.316/67 aperfeiçoou o modelo de seguro de acidente de trabalho pré-existente desintegrando-o do sistema previdenciário.

407. Julgue o que se afirma sobre algumas leis da previdência:

- a) A Lei nº 5.890/73 determinou a consolidação da LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social), de modo a atualizar o seu texto.
- b) Em 1980, o Decreto nº 77.077 instituiu a CLPS - Consolidação das Leis da Previdência Social.
- c) A Lei nº 6.439/77 instituiu o SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.
- d) O objetivo do SINPAS era reorganizar as atividades de Previdência e Assistência Social no país.
- e) INAMPS significa Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e era o encarregado de prestar serviços de assistência médica.

408. Alguns itens sobre a previdência devem ser avaliados como certos ou errados:

- a) O INPS - Instituto Nacional de Previdência Social era o que ficou com as atividades de arrecadação e fiscalização das contribuições das empresas e dos segurados, destinadas ao financiamento do sistema.
- b) O IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social era o encarregado das prestações previdenciárias em forma de pecúnia, tais como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-funeral, etc.
- c) Em 1979 foram aprovados os Decretos nº 83.080 e 83.081 - Regulamentando os Benefícios e a forma de Custeio da Previdência Social, respectivamente.
- d) Em 1980 o Decreto nº 90.817 reformulou o de 1979 referente ao custeio, limitando-se, contudo, ao mesmo tema.
- e) O decreto 90.817 vigorou até a edição da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quando foi por ela quase inteiramente revogado.

409. Sobre a Constituição atual, julgue o que se afirma:

- a) Com um capítulo inteiramente dedicado ao tema (Capítulo II do Título VIII), a atual Constituição foi a que maior preocupação demonstrou em sistematizar o assunto.
- b) Serviço Social é o conjunto de atividades voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.

- c) () Em 1990, o Decreto nº 99.060 retirou o INAMPS da alçada do Ministério da Previdência Social, transferindo-o para o Ministério da Saúde.
- d) () A Lei nº 8.029, extinguiu o INPS e o IAPAS e criou o atual INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
- e) () Em 1991, a Lei nº 8.213 (regulamentada pelo Decreto nº356/91) veio dispor sobre a organização da Seguridade Social (na verdade, sobre este tema ela apenas repete os arts. 194 a 204 da Constituição Federal) e instituir o Plano de Custeio do sistema.

410. Julgue as leis da previdência:

- a) () A Lei nº 8.212/91 (regulamentada pelo Decreto nº 357/91) veio dispor sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social.
- b) () As leis 8.212 e 8.213 encontram-se em vigor até hoje, embora alteradas por leis posteriormente editadas.
- c) () O INAMPS foi extinto pela Lei 8.689/93.
- d) () A Lei nº 8.742/93 dispõe sobre a Organização da Assistência Social.
- e) () A Emenda Constitucional Nº 20 de 15 de dezembro 1998 modificou o Sistema de Previdência Social, e estabeleceu normas de transição.

411. O Direito Previdenciário é um ramo autônomo do Direito, pois atende às condições normalmente estabelecidas para que se reconheça tal independência. Julgue as condições citadas:

- a) () possuir institutos próprios
- b) () possuir dependentes e segurados
- c) () possuir objeto próprio
- d) () possuir princípios e conceitos próprios
- e) () possuir aplicações transacionais com outros ramos do direito

412. Analise o que se afirma:

- a) () O Direito Previdenciário tem como objeto o disciplinamento das relações jurídicas entre os órgãos da Seguridade Social (dentre os quais se destaca o INSS) e os segurados ou beneficiários do sistema.
- b) () O Direito Previdenciário não possui, porém, princípios próprios.
- c) () O Direito Previdenciário tem como princípios, o princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, princípio da diversidade da base de financiamento, etc.
- d) () Alguns institutos próprios do Direito Previdenciário não são encontráveis na legislação previdenciária.
- e) () O crédito previdenciário, salário-de-contribuição, salário-de-benefício e outros tantos são alguns dos institutos próprios do Direito Previdenciário.

413. O Direito Previdenciário, como qualquer outro, se relaciona com os demais ramos do Direito. Julgue essas relações:

- a) () Com o Direito Constitucional, cujos preceitos se sobrepõem aos de quaisquer outros ramos do Direito.
- b) () Com o Direito do Trabalho, de onde são trazidas diversas regras concernentes à constituição do crédito tributário, inscrição de débitos na Dívida Ativa, repetição de indébitos, etc
- c) () Com o Direito Tributário, de onde provêm conceitos importantes como o de empresa, sociedade comercial, comerciante individual, falência, concordata, e por aí.
- d) () Com o Direito Penal, do qual se emprestam diversos tipos como apropriação indébita, estelionato, e outros.
- e) () Com o Direito Comercial, do qual se aproveitam os conceitos de empregado, empregador, salário, etc.

414. Sobre o direito previdenciário, julgue:

- a) A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso II, dá a medida da importância dessa que é chamada a “fonte por excelência do Direito”, ao estabelecer que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.
- b) Através da lei em sentido estrito - a norma editada pelo Poder Legislativo, seja no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal – é que se encontra estatuída a grande maioria das regras jurídicas atualmente em vigor.
- c) Na Constituição Federal não encontramos muitas regras pertencentes ao Direito Previdenciário.
- d) As fontes principais de direito estão submetidas a uma escala hierárquica.
- e) A Constituição Federal e suas emendas, por estarem no topo, submetem a todos os demais textos que lhe seguem, de forma que não podem ser contrariadas por qualquer um deles.

415. Sobre as fontes de direito, julgue as que são mencionadas abaixo:

- a) o costume é a interpretação da lei, feita pelos estudiosos da matéria, em comentários, aulas, tratados, pareceres, monografias, etc.
- b) a opinião pública, pois vivemos em um país democrático que acata sugestões e opiniões.
- c) a doutrina é a interpretação da lei, feita pelos juizes e Tribunais, nas suas decisões. Diz-se que a jurisprudência está firmada, quando uma questão é julgada e decidida reiteradamente do mesmo modo.
- d) a Constituição que é a lei maior da Previdência.
- e) a jurisprudência é a reiteração constante de uma conduta, na convicção de ser a mesma obrigatoria, ou, em outras palavras, uma prática geral aceita como sendo o direito.

416. Sobre as fontes secundárias e os princípios do direito previdenciário:

- a) As fontes secundárias não estão hierarquizadas entre si, valendo dizer que só não podem contrariar qualquer das fontes principais.
- b) O princípio da Segurança Jurídica é o mais genérico dos princípios existentes em nosso mundo jurídico, sendo aplicável a todos os ramos e sub-ramos do Direito.
- c) Direito adquirido é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou (LICC, art. 6º, § 1º).
- d) Ato jurídico perfeito é aquele que já pode ser exercido, pelo seu titular, ou por alguém, por ele (LICC, art. 6º, § 2º).
- e) Coisa julgada é a decisão judicial de que já não caiba recurso.

417. Sobre os princípios do direito, julgue:

- a) “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” É o princípio da legalidade.
- b) “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição....” Este é o princípio da igualdade. A proteção social e a assistência à saúde devem alcançar a todas as pessoas residentes no País, sem nenhuma distinção, sejam ou não exercentes de atividade remunerada e independentemente de contribuição.
- c) No que diz respeito especificamente à Previdência Social, que possui caráter contributivo, ficam também incluídos os não-contribuintes.
- d) O princípio da Isonomia busca albergar os sujeitos protegidos e os objetos de proteção no âmbito de direcionar todas as ações e atuações legiferantes para o escopo maior do Sistema de Seguridade Social: bem-estar e justiça sociais.
- e) Desde a Constituição Federal de 1988 não mais se distingue entre trabalhador urbano e trabalhador rural.

418. Avalie o que se afirma:

- a) O trabalhador urbano e o trabalhador rural têm idêntica proteção da Seguridade Social
 - b) O princípio da legalidade refere-se à identidade de prestações oferecidas às populações urbanas e rurais que também devem ser de igual valor.
 - c) Seletividade na prestação de benefícios e serviços: significa que o plano básico não poderá considerar a força econômico-financeira do sistema e as necessidades mínimas dos protegidos.
 - d) A distributividade na prestação de benefícios e serviços significa que alguns protegidos recebem todos os benefícios, outros, não.
 - e) O princípio da distributividade aplica-se também ao benefício da assistência médica, que deve ser igual para todos.
- O princípio da isonomia aplica-se à assistência social, que leva em conta, entre outras coisas, a pouca ou nenhuma capacidade econômica do beneficiário.

419. Ainda sobre os princípios do direito:

- a) “É assegurado o reajustamento dos benefícios, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.”
- b) O reajustamento dos benefícios tem sido feito através da correção monetária dos valores, na mesma época e pelos mesmos índices aplicáveis ao valor do salário mínimo, para os benefícios de valor mínimo.
- c) Para os benefícios que ultrapassam o valor do salário mínimo, os índices de correção ficam a cargo e opção do Governo Federal.
- d) O princípio da equidade na forma de participação no custeio diz respeito ao custeio da Previdência Social, já que os direitos à Saúde e à Assistência Social dependem de contribuição.
- e) A equidade é atributo do que é reto, justo.

420. Analise:

- a) A aplicação da equidade consiste na serra previdenciária na observância da capacidade econômica dos financiadores do sistema de Seguridade Social, considerando a capacidade contributiva de cada partícipe
- b) A isonomia é um critério a ser observado pelo legislador quando da elaboração das normas que estabelecem contribuição.
- c) O princípio da distributividade é de difícil aplicação em sede previdenciária, ao menos na esfera administrativa, face à natureza vinculada da atividade do servidor público.
- d) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) A seguridade social só não será financiada pelas contribuições do empregados, da empresa e da entidade a ela equiparada.

421. Alguns itens da previdência para ser analisados:

- a) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- b) Exemplo de financiamento direto está no desconto da contribuição previdenciária do salário do empregado.

- c) Exemplo de financiamento indireto está na destinação de parcela do orçamento dos entes políticos à seguridade social.
- d) O Conselho Nacional da Seguridade Social é o órgão superior de deliberação colegiada, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de representantes da sociedade civil.
- e) Compete ao Conselho Nacional de Seguridade Social avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados, exigindo prestação de contas.

422. Julgue:

- a) Os representantes da sociedade civil são: empresários, trabalhadores, aposentados e membros de conselhos setoriais das três áreas da Seguridade Social.
- b) A Seguridade Social é mantida pelo tripé Estado, empresário e trabalhador.
- c) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- d) Cada um dos entes citados (Estados, DF e Municípios) prestará por si mesmo e às suas próprias expensas serviços ligados à Seguridade Social.
- e) A Previdência Social é da competência exclusiva da União, inclusive a relativa aos servidores públicos.

423. A execução dos serviços da Previdência pode ser:

- a) apenas pelo Poder Público
- b) pelo Poder Público e Privado, somente
- c) por terceiros
- d) por pessoa jurídica de direito privado
- e) apenas pelo setor Privado

424. A operacionalização da previdência se dará:

- a) por terceiros
- b) apenas pelo Poder Público
- c) sistema único, regionalizado e descentralizado, com direção única em cada esfera de governo
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas
- e) participação da comunidade

425. O financiamento da previdência se dará por:

- a) recursos da Seguridade Social
- b) recursos particulares
- c) recursos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios
- d) recursos advindos de donativos
- e) recursos provenientes de outras fontes

426. Sobre a participação da iniciativa privada, julgue as formas como se dá:

- a) de forma complementar, segundo diretrizes do SUS
- b) mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as filantrópicas e as entidades sem fins lucrativos
- c) mediante doações anônimas
- d) de forma espontânea, dependendo do número de empregados registrados
- e) salvo os casos previstos em lei, é vedada às empresas ou capitais estrangeiros

427. Sobre as competências do SUS, julgue o que se afirma:

- a) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde
- b) participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos
- c) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica
- d) executar as ações de vigilância da saúde do trabalhador
- e) formar profissionais na sua respectiva área

428. Ainda sobre as competências do SUS, analise as afirmações:

- a) opinar sobre a formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
- b) incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico
- c) fiscalizar e inspecionar alimentos, inclusive água para consumo humano
- d) participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- e) colaborar na proteção do meio ambiente, salvo no ambiente do trabalho que ficará a cargo das autoridades competentes.

429. Sobre os objetivos da Previdência Social, avalie:

- a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte (ainda que resultantes de acidentes de trabalho), idade avançada
- b) encargos familiares (salário-família e auxílio-reclusão) do trabalhador de baixa renda
- c) proteção à maternidade, especialmente à gestante
- d) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário
- e) pensão por morte de segurado ao cônjuge ou companheiro e dependentes

430. Analise:

- a) O valor mínimo dos benefícios será sempre o mesmo valor do salário mínimo.
- b) Os salários de contribuição não serão corrigidos para efeito de cálculo do valor do benefício
- c) O reajustamento do valor dos benefícios se dá de forma a preservar-lhes o seu valor real.
- d) A filiação facultativa daqueles legalmente considerados segurados obrigatórios é garantida pela Constituição Federal.
- e) O salário dos aposentados e pensionistas deverá ser idêntico ao valor da aposentadoria ou pensão no mês de dezembro.

431. Julgue:

- a) Os acidentes de trabalho são disciplinados pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
- b) Ganhos esporádicos de qualquer título servirão de base para o cálculo da contribuição previdenciária
- c) As contribuições do empregador, os benefícios nela previstos e as condições contratuais estatutárias das entidades privadas não integram o contrato de trabalho, mas integram a remuneração dos participantes.
- d) A coordenação e edição de normas gerais da Assistência Social fica por conta do Governo Federal.
- e) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

432. Sobre o regime da previdência privada, julgue:

- a) de caráter complementar
- b) facultativo
- c) organizado de forma autônoma em relação ao regime geral
- d) instituído por lei complementar e constituído por reservas que garantam o benefício contratado
- e) com pleno acesso às informações sobre a sua gestão aos participantes

433. Sobre os objetivos da Assistência Social, julgue:

- a) amparo às crianças e adolescentes carentes
- b) garantia de dois salários-mínimos aos deficientes e idosos que não se possam manter, ou que não o sejam por sua família
- c) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice
- d) habilitação e reabilitação de deficientes, integrando-os à comunidade
- e) promoção da integração ao mercado de trabalho

434. O financiamento da Assistência Social correrá por conta de:

- a) recursos da Seguridade Social
- b) recursos provenientes de outras fontes
- c) doações anônimas
- d) recursos do FGTS
- e) recursos do PIS e do PASEP

435. Sobre a execução dos programas da Assistência Social, analise os responsáveis:

- a) Governos Estadual, do DF e dos Municípios
- b) entidades beneficentes de assistência social
- c) empresas privadas
- d) terceiros, desde que pessoas físicas
- e) somente a União

436. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios somente às populações urbanas
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços
- d) redutibilidade do valor dos benefícios
- e) equidade na forma de participação do custeio

437. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) acesso universal e proporcional
- b) provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema generalizado
- c) descentralização, com direção única em cada esfera de governo
- d) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas
- e) participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde

438. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante inscrição
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não superior ao do salário mínimo
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente
- d) preservação do valor real dos benefícios
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional

439. Julgue as afirmativas dadas:

- a) A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação
- b) A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente
- c) A assistência Social é política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social
- d) As ações nas áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, conforme o disposto no Capítulo II do Título VII da Constituição Federal, serão organizadas em Sistema Nacional de Seguridade Social
- e) A Lei 8.212/91 atende ao que preceitua o art. 5º da Constituição Federal, pois trata do custeio da Previdência Social, organizando todas as ações desta e praticamente nada nas áreas de Saúde e Assistência Social.

440. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não superior ao do salário mínimo
- b) valoração das normas regimentais básicas
- c) descentralização político-administrativa
- d) operacionalização imediata dos programas de assistência
- e) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis

441. Analise e dê a sua opinião:

- a) Fica instituído o Conselho Nacional da Seguridade Social, órgão superior de deliberação colegiada, com a participação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de representantes da sociedade civil.
- b) O Conselho Nacional da Seguridade Social terá dezesseis membros e respectivos suplentes.
- c) Os membros do Conselho Nacional da Seguridade Social serão nomeados pelo Ministro da Previdência
- d) O Conselho Nacional de Seguridade Social será presidido por um dos seus integrantes, eleito entre seus membros, que terá mandato de 1 (um) ano, vedada a reeleição, e disporá de uma Secretaria-Executiva, que se articulará com os conselhos setoriais de cada área.
- e) Os representantes dos trabalhadores, dos empresários e respectivos suplentes serão indicados pelo presidente do Conselho e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

442. Com relação ao Conselho Nacional de Seguridade Social, julgue o que se afirma:

- a) As áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social organizar-se-ão em conselhos setoriais, com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil.
- b) O Conselho Nacional da Seguridade Social reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação de seu presidente ou de um terço de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo de até 7 (sete) dias para realização da reunião.
- c) As reuniões do Conselho Nacional da Seguridade Social serão iniciadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo exigida para deliberação a maioria simples dos votos.
- d) As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores em atividade, decorrentes de sua participação no Conselho, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.
- e) Cada membro do Conselho deverá contribuir para a Previdência, assim como seus dependentes.

443. Sobre as competências do Conselho Nacional da Seguridade Social, julgue o que se afirma:

- a) aprovar e submeter ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos a proposta orçamentária anual da Seguridade Social
- b) estabelecer as diretrizes gerais e as políticas de integração entre as áreas, observado o disposto no inciso VII do art. 194 da Constituição Federal
- c) divulgar através da imprensa local, todas as suas deliberações
- d) encaminhar ao Presidente da República, para aprovação, os programas anuais e plurianuais da Seguridade Social
- e) acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados, exigindo prestação de contas

444. Ainda sobre as competências do CNSS:

- a) elaborar o seu regimento interno
- b) estudar, debater e aprovar proposta de recomposição periódica dos valores dos benefícios e dos salários-de-contribuição, a fim de garantir, de forma permanente, a preservação de seus valores reais
- c) encaminhar ao Ministério da Previdência os termos dos convênios firmados entre a seguridade social e a rede bancária para a prestação dos serviços, para aprovação
- d) zelar pelo fiel cumprimento do disposto na legislação que rege a Seguridade Social, assim como pelo cumprimento de suas deliberações
- e) computar valores percebidos dos benefícios e das contribuições previdenciárias

445. Analise e julgue:

- a) As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas pelo Ministério da Previdência.
- b) As áreas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social são objeto de leis específicas, que regulamentarão sua organização e funcionamento.
- c) A Seguridade Social será financiada por empresas públicas e privadas de forma direta.
- d) As contribuições sociais previdenciárias são as contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, a receita ou faturamento e o lucro
- e) As contribuições dos trabalhadores, e as contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos não incidem sobre o recolhimento previdenciário

446. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

- a) receitas de rendas obtidas através de shows beneficentes
- b) receitas da União
- c) receitas das contribuições sociais
- d) receitas provenientes do recolhimento do FGTS
- e) receitas de outras fontes

447. Constituem contribuições sociais:

- a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço
- b) as dos empregadores avulsos
- c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição
- d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro
- e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

448. A Constituição da Republica dispõe que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos, entre outros, provenientes de contribuições sociais das empresas. Acerca das regras jurídicas relativas aos direitos e obrigações das empresas em face do custeio da seguridade social, julgue os itens a seguir.

- a) A União instituiu contribuição social nova, não-prevista na Constituição da Republica) Observando os ditames da respectiva lei, uma empresa recolheu o tributo, regularmente, a partir de fevereiro de 1990 - data definida pela lei para o início da incidência da exação. Em março de 2000, contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, por meio da qual aquela Corte definiu ser inconstitucional tão-somente o artigo da lei que impunha a incidência da contribuição já no mês de fevereiro de 1990. Assim, no mês seguinte ao transito em julgado da decisão do STF, a citada empresa ajuizou ação ordinária objetivando a repetição do indébito recolhido naquele primeiro mês de incidência.

Nessa situação, o pedido de repetição de indébito não poderá ser acolhido, haja vista a consumação do respectivo prazo prescricional.

- b) Diante dos revezes financeiros decorrentes da recente desvalorização cambial, a empresa importadora Beta deixou de repassar ao INSS as contribuições sociais descontadas dos salários dos seus empregados. Consumados os procedimentos administrativos pertinentes, o debito apurado foi inscrito na divida ativa da autarquia previdenciária e, subseqüentemente, foi ajuizada respectiva execução fiscal. Nesse ínterim, foi decretada falência da empresa Beta.

Nessa situação, o crédito do INSS terá preferência em ralação aos créditos de credores quirografários, mas devera ser habilitado na falência da empresa Beta.

- c) Caso o representante legal de uma sociedade comercial se recusasse a apresentar aos fiscais do INSS os documentos relativos à contabilidade da empresa, então a autarquia previdenciária poderia inscrever de oficio a importância que reputasse devida, cabendo à empresa o ônus da prova em contrario.

- d) Para o calculo do valor da contribuição devida, o montante dos salários pagos pela execução de uma obra de construção civil poderá ser obtido por aferição indireta, de acordo com a área construída, caso a fiscalização do INSS constatare, na documentação apresentada pelo construtor, não haver comprovação regular do efetivo custo da mão-de-obra utilizada.

- e) Em 20/3/2000, o presidente da Republica editou medida provisória reduzindo a alíquota da contribuição social a cargo das empresas, destinada à seguridade social. Como a referida norma não foi convertida em lei pelo Congresso Nacional no prazo devido, o presidente da Republica a reeditou em 19/4/2000 e, sucessivamente, em 19/5/2000. Em 30/5/2000, afinal, a medida provisória foi convertida em lei.

Nessa situação, a contribuição somente será devida em seu novo patamar a partir de 19/6/2000.

449. A Previdência Social é um direito do cidadão. Mais de 100 milhões de brasileiros são dela beneficiários, entre segurados e seus dependentes. A cobertura previdenciária abrange praticamente todos os riscos que esta sujeito o trabalhador em atividade: e garante ao inativo acesso a um amplo conjunto de benefícios para possibilitar, a ele e a sua família, condições mínimas de sobrevivência nos momentos de infortúnio, ou quando perde, definitivamente, a capacidade laborativa.

À luz do texto acima, julgue os itens que se seguem, acerca dos direitos dos segurados, garantidos na legislação previdenciária vigente.

- a) () Vítima da recessão por que passou o país, Jose foi demitido da empresa onde trabalhava há quinze anos, período no qual esteve regularmente filiado ao regime geral de previdência social. Jose passou três anos desempregado - situação esta devidamente comprovada -, razão pela qual também não efetuou nenhuma contribuição para a previdência social.

Nessa situação, José não perdera sua condição de segurado do regime geral da previdência social no período referido, podendo, inclusive, fruir o benefício do auxílio-doença.

- b) () Regularmente empregada, há cinco anos, em uma empresa do ramo de confecção. Maria trabalhou até o final do expediente. Todavia, como já se completava o nono mês de gestação, naquela mesma noite Maria entrou em trabalho de parto e deu a luz a seu filho, vindo, então, a entrar em gozo de licença maternidade.

Nessa situação, a empresa deveria assumir o encargo da remuneração de Maria por vinte e oito dias, após o que ela receberá, por noventa e dois dias, o benefício do salário-maternidade.

- c) () No curso do quinto ano de vigência do contrato de trabalho. João sofreu acidente enquanto realizava sua atividade laboral, ficando, em consequência, incapacitado, temporariamente para qualquer trabalho. Após dois anos de tratamento e reabilitação profissional, João pode finalmente voltar ao trabalho, mas as seqüelas decorrentes do acidente não mais permitiram que ele realizasse as atividades anteriormente desempenhadas na empresa.

Nessa situação João receberá o auxílio-doença a partir do décimo sexto dia de afastamento do trabalho, até a data em que voltar a trabalhar. Além disso, somente após a interrupção do pagamento do auxílio-doença é que João passará a receber o benefício do auxílio-acidente, que será pago concomitantemente com a remuneração devida pela empregadora.

- d) () Considerando que um segurado se aposentasse por invalidez com benefício equivalente a R\$ 480,00, sendo de R\$ 80,00, à época, o valor do salário mínimo, então, sendo elevado para R\$ 180,00 o valor desse salário mínimo, o benefício previdenciário no poderá ser inferior a R\$ 1.080,00.

- e) () O valor da pensão por morte devida aos dependentes do segurado, não estando este em gozo de nenhum benefício previdenciário quando do óbito, é de cem por cento do valor da aposentadoria por invalidez a que o segurado teria direito se estivesse aposentado na data do seu falecimento.

450. No que se refere às obrigações dos segurados e das empresas e às infrações a legislação previdenciária, julgue os itens a seguir.

- a) () Manoel, representante legal da empresa Celta, deixou de recolher as contribuições descontadas dos empregados no mês de novembro de 2000. Em sua ação fiscal, à qual não foi oposta nenhuma resistência, os agentes da autarquia previdenciária constataram a irregularidade, procedendo a notificação da empresa Celta. Ato contínuo - antes, portanto, do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público Federal -, Manoel encaminhou expediente ao INSS por meio do qual reconhecia o acerto da ação fiscal, confessava a dívida e comprovava o efetivo pagamento do débito, acrescido de multa, juros e demais consectários previstos na legislação.

Nessa situação, estará extinta a punibilidade do crime cometido por Manoel.

- b) () No exercício de sua atividade funcional, Caio inseriu alteração não-autorizada no sistema de informações do INSS, elevando substancialmente o valor dos benefícios pagos a segurados previamente contactados por ele, para efeito de divisão do produto do crime. Todavia, o procedimento de Caio acionou os mecanismos de segurança do sistema, de modo que as alterações foram bloqueadas e o servidor que as introduzia foi identificado.

Nessa situação não haverá crime, haja vista a impossibilidade de consumação do dano ao patrimônio público.

- c) () Graco e Mévio eram detentores, em partes iguais, das quotas sociais da empresa Delta, numa sociedade de responsabilidade limitada, criada em novembro de 2000. Mévio, servidor público federal, não participava da gestão da empresa, tendo-se definido, no respectivo contrato social, que a gerência da sociedade seria desempenhada por Graco ou por procurador por ele designado. Ocorreu, então, que, em uma ação fiscal, os agentes do INSS constataram que as anotações nas carteiras de trabalho e previdência social (CTPSs) dos empregados daquela empresa não eram verdadeiras. Os fiscais obtiveram provas de que eram anotados salários menores que os efetivamente pagos, o que acarretava recolhimentos menores, a título de contribuições sociais, por parte dos segurados e da empresa.

Nessa situação, Mévio não responderá pelos crimes praticados no âmbito da empresa. Ademais, entre outras sanções, a empresa Delta poderá ficar sujeita a suspensão de empréstimos e financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais e a inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública federal.

- d) () O empregador doméstico não está obrigado a efetuar desconto e subsequente recolhimento da contribuição devida pelo empregado doméstico, que deverá ser recolhida pelo próprio trabalhador. Está obrigado, contudo, a recolher a contribuição social a seu cargo, equivalente a 12% do salário de contribuição do empregado, até o dia 15 do mês seguinte da competência.
- e) () O INSS ajuizou execução fiscal contra uma empresa, em face da inscrição, na dívida ativa, de débito oriundo do não-recolhimento de contribuições sociais a cargo da empresa. Citada, a empresa nomeou bens a penhora, desembaraçados e de valor suficiente à garantia do débito, o pondo, em seqüência, embargos a execução, vindo esta a ser suspensa. Enquanto tramitavam os embargos, a empresa teve a oportunidade de participar de licitação, para o que se exigiu a apresentação de certidões que demonstrassem a inexistência de débitos fiscais. A empresa apresentou à comissão de licitação as certidões exigidas, constatando, contudo, na certidão expedida pelo INSS, a existência do débito executando e que a respectiva execução estava garantida por penhora.

Nessa situação, certificada a existência de débito, a empresa não poderá participar do ato para o qual é requerida a apresentação de certidão negativa.

451. Na previdência social, a solidariedade é essencial, e, exatamente por sua posição nuclear, esse preceito sustentáculo distingui-se dos básicos e técnicos, sobrepairando como diretriz elevada. Ausente, será impossível organizar a proteção social.

Solidariedade quer dizer cooperação da maioria em favor da minoria, em certos casos, da totalidade em direção à individualidade.

Significa a cotização de certas pessoas, com capacidade contributiva, em favor dos despossuídos. Socialmente considerada, é a ajuda marcadamente anônima, traduzindo mutuo auxílio, mesmo obrigatório, dos indivíduos.

Conforme explica o texto acima, a solidariedade compulsória é interpretada por meio de contribuições sociais exigidas de toda a sociedade e destinadas a seguridade social. A respeito das contribuições sociais, julgue os itens seguintes.

- a) () Considerando que um segurado auferisse, em dois empregos, remunerações de R\$ 3.500,00 e de R\$ 2.800,00, então o respectivo salário-de-contribuição corresponderia a R\$ 6.300,00, e a contribuição mensal devida por esse segurado seria de R\$ 693,00.
- b) () A renda líquida dos concursos de prognósticos constitui receita da seguridade social, executando-se os valores destinados ao programa de crédito educativo.
- c) () A contribuição incidente sobre o lucro das empresas deve ser disciplinada em lei complementar, haja vista a identidade entre as bases de cálculo dessa contribuição e a do imposto incidente sobre a renda.
- d) () Afonso foi demitido pelo seu empregador em 31/8/2000, após exatos doze meses de vigência do contrato de trabalho. As verbas rescisórias que foram pagas a Afonso foram discriminadas nos seguintes termos: 1) R\$ 300,00 de salário do mês vencido; 2) R\$ 300,00 de aviso-prévio indenizado; 3) R\$ 200,00 de 13º salário proporcional; 4) R\$ 300,00 de férias indenizadas; e 5) R\$ 100,00 de adicional constitucional incidente sobre as férias indenizadas.

Nessa situação, a contribuição social de Afonso será calculada tendo por base o salário-de-contribuição de R\$ 800,00.

- e) () Além das contribuições pagas pelo s segurados e pelas empresas, o regime geral de previdência social é custeado também por meio do aporte de recursos públicos, consubstanciados em dotações orçamentárias específicas e anuais da União, dos estados e municípios.

452. Julgue os itens abaixo referente a situação de contribuintes em debito para com a previdência social.

- a) () Considerando que uma empresa deixasse de recolher os valores descontados dos salários de seus empregados, então o débito apurado, ainda que confessado, não poderia ser objeto de parcelamento.
- b) () O débito parcelado pode ser reparcelado uma única vez.
- c) () A empresa proprietária de determinado terreno urbano contratou uma construtora para edificar, no local, um prédio de salas e lojas. Concluída a obra, a proprietária vendeu, ela própria, todas as unidades imobiliárias. Posteriormente, a fiscalização do INSS apurou não terem sido recolhidas as contribuições sociais devidas em face dos salários pagos para execução da obra. Nessa situação, responderão solidariamente pelas contribuições sociais a empresa contratante, a construtora contratada e os adquirentes das unidades,
- d) () Caso se apurasse, em outubro de 2000, a existência de débitos relativos a contribuições de um estado da Federação para com o INSS, então não poderia ser transferida ao referido ente federativo a sua parcela de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (DF).
- e) () Caso viesse ser aplicada multa, no âmbito do INSS, por infração a preceito da legislação previdenciária, a autoridade que eventualmente reduzisse ou relevasse a sanção estaria obrigada a recorrer do ofício para a autoridade hierarquicamente superior.

453. Julgue os itens seguintes, relativos ao vínculo do segurado com a previdência social.

- a) () Considerando que um indivíduo se vinculasse ao regime geral de previdência social no momento de sua contratação como empregado por uma empresa, então não haveria nova filiação de indivíduo ao mesmo ao mesmo regime, caso viesse a exercer, concomitantemente, outra atividade econômica, na condição de trabalhador autônomo.
- b) () Os servidores do INSS e os do Ministério da Previdência e Assistência Social são excluídos do regime geral da previdência social.
- c) () Para os efeitos previdenciários, inscrição de segurado é o ato pelo qual o segurado é cadastrado no regime geral de previdência social. No caso de segurado empregado, sua inscrição é efetuada diretamente na empresa.
- d) () Considerando que, ao promover a inscrição dos seus dependentes junto a previdência social, o segurado pretendesse inscrever sua esposa, seus filhos menores e sua companheira, também casada com outrem, então não poderia haver recusa por parte do INSS em efetivar as inscrições requeridas.
- e) () Caso um servidor público civil da União passasse a exercer, concomitantemente, atividade laboral abrangida pelo regime geral de previdência social, então tornar-se-ia segurado obrigatório desse regime. Todavia, não poderia haver contagem recíproca de tempo de contribuição entre os dois regimes.

454. Julgue os itens a seguir, quanto a aplicação das normas previdenciárias.

- a) () A constituição da Republica dispõe que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente, entre outros temas, acerca de prescrição e decadência tributárias. Sendo indiscutível a natureza tributária das contribuições sociais e sendo quinquenal o prazo decadencial definido no Código Tributário Nacional (CNT) para efeito da constituição do crédito tributário, deve, então, ser afastada, por vício de inconstitucionalidade, a aplicação de prazo decenal fixado em lei ordinária para a constituição de crédito tributário relativo às contribuições sociais. Da mesma forma, há de prevalecer o prazo, também quinquenal, de prescrição definido no CNT, contando do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

- b) () A constituição da República chancelou a incidência de duas contribuições sociais sobre idêntica base de cálculo, haja vista autorizar, no âmbito das disposições gerais da seguridade social, a instituição de contribuição social incidente sobre o faturamento das empresas e, a par disso, recepcionar expressamente, no bojo das disposições constitucionais gerais, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).
- c) () Dispõe a Lei nº 7.689, de 15/12/1988:
... Art. 6º A administração e Fiscalização da contribuição social de que trata esta lei compete à Secretaria da Receita Federal.
... Art. 8º A contribuição social será devida a partir do resultado apurado no período-base a ser encerrado em 31 de dezembro de 1988.
- d) () Nessa situação apenas o artigo 8º é inconstitucional.
- e) () A legislação tributária relativa a receita para a seguridade social não é alcançada pela limitação, decorrente de princípio constitucional, que veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

455. Julgue os itens que se seguem, acerca das disposições da legislação previdenciária relativas a incidência das contribuições sociais.

- a) () A remuneração de Lucio, paga em pecúnia, foi composta, no mês de agosto de 2000, das seguintes parcelas: R\$ 400,00 de salário e R\$ 130,00 de gorjetas, arrecadadas dos clientes e distribuídas no final do mês pelo próprio empregador. Ademais, nos termos da legislação pertinente, o empregador entregou a Lucio o equivalente a R\$ 80,00 em tíquetes de vale-transporte. Conforme ajustado expressamente no contrato de trabalho, integrava a remuneração mensal de Lucio, ainda, o equivalente a R\$ 250,00, valor estimado do aluguel do imóvel cedido pelo empregador para ocupação de Lucio e sua família no curso da relação de emprego.
Nessa situação, a contribuição social da empresa, naquele mês, incidente sobre a remuneração de Lucio foi de R\$ 172,00.
- b) () Considerando que o proprietário, pessoa física, de um terreno urbano pretendesse averbar na matrícula do referido imóvel a construção de uma casa, então, diversamente do que ocorreria se o proprietário fosse pessoa jurídica, não lhe seria exigida certidão negativa de débitos previdenciários.
- c) () Mesmo sendo uma autarquia, o INSS pode inscrever na sua dívida ativa débitos relativo a contribuições sociais devidas pelos estados, pelo DF e pelos municípios.
- d) () Uma empresa vendeu um imóvel incorporado ao seu ativo permanente, que servia de sede a filial de Brasília - DF. Levada a escritura pública ao respectivo registro imobiliário, exigiu-se a apresentação de certidões negativas de débitos previdenciários da empresa, quando se constatou a existência de débitos relativo à contribuição social incidente sobre a folha de salários, devida pela filial da empresa sediada em Belo Horizonte - MG.
Nessa situação, a existência de débito no âmbito da filial de Belo Horizonte - MG impedirá a consumação de registro da alienação do imóvel vinculado à filial de Brasília - DF.
- e) () É vedado a União instituir contribuição social em que se imponha a sujeição passiva dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

456. Com relação ao plano de benefícios da previdência social, julgue os itens a seguir.

- a) () Jonas inscreveu sua companheira, Marta, como sua dependente, em 1990, após cinco anos de vida em comum, Jonas era casado com Vilma, de quem se separou de fato em 1983, não tendo providenciado, contudo, nem a separação judicial nem o divórcio. Vilma nunca recebeu pensão alimentícia de Jonas, mas sobrevivendo o óbito deste, em 2000, ela se habilitou no processo administrativo iniciado por Marta junto ao INSS, pretendendo que a respectiva pensão por morte fosse dividida entre ambas.
Nessa situação, não havendo dependência econômica de Vilma em relação a Jonas previamente ao óbito, ela não terá direito a pensão.

- b) () Considerando que, após vinte anos consecutivos de contribuição para o regime geral de previdência social, uma segurada tivesse completado sessenta anos de idade, àquela altura com salário-de-benefício equivalente a R\$ 800,00, então, se pretendesse aposentar-se por idade, o valor do respectivo benefício corresponderia a R\$ 720,00.
- c) () Caso um indivíduo aposentado por idade, pelo regime geral de previdência social, voltasse a trabalhar e a contribuir regularmente para a previdência social, então, quando interrompesse essa nova atividade, teria direito ao recebimento de um pecúlio, que consistiria em pagamento único do valor correspondente à soma das importâncias relativas às contribuições que pagou desde que retornou à atividade, atualizadas monetariamente.
- d) () Logo que conseguiu o seu primeiro emprego, em março de 2000, Julio foi regularmente inscrito na previdência social, não condição de segurado, ocasião em que sua esposa e sua filha foram inscritos como suas dependentes. Em maio do mesmo ano, contudo, Julio veio a ser preso em flagrante pela prática de crime, tendo permanecido preso no curso da respectiva ação penal, ao cabo da qual veio a ser condenado a cinco anos de reclusão.
- Nessa situação, suas dependentes não terão direito ao auxílio-reclusão, em razão de não se ter completado o prazo de carência para o recebimento desse benefício.
- e) () O abono anual é devido ao segurado da previdência social - ou, quando for o caso, ao dependente - que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio reclusão. Considerando que o valor de um desses benefícios correspondesse, no mês de dezembro de 2000, a R\$ 460,00, então o beneficiário teria direito ao pagamento do abono nesse mesmo montante, independentemente do mês em que o pagamento do benefício houvesse iniciado.

457. A Lei nº 9.137/96 regula, em conformidade com o comando contido no artigo 179 da Constituição da República, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, dispondo acerca do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). Acerca desse assunto, e considerando as demais normas pertinentes, julgue os itens seguintes.

- a) () A pessoa jurídica cujo objeto social seja a locação e/ou a venda de imóveis não é admitida como optante pelo SIMPLES, ainda que o respectivo faturamento não ultrapasse os limites definidos para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- b) () Considerando que uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada optasse pelo SIMPLES, então ela pagaria, mensal e unificadamente, um percentual fixo de 3% a 7% da receita bruta auferida, conforme a faixa desta, afastando-se, dessa forma, a incidência individualizada de diversos impostos e contribuições sociais, entre as quais a contribuição para o PIS, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- c) () Tanto a microempresa quanto a empresa de pequeno porte optantes pelo SIMPLES ficam eximidas de pagar, de forma individualizada, a contribuição social a cargo da pessoa jurídica, prevista no plano de custeio da seguridade social, incidente sobre a folha de salários da empresa.
- d) () Das decisões administrativas do INSS que envolvam a constituição de créditos fiscais, não-recolhidos após a opção pelo SIMPLES, caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, não se exigindo dos recorrentes, contudo, o depósito recursal equivalente a 30% da exigência fiscal definida na decisão.
- e) () Será excluído do SIMPLES o contribuinte que não recolher o tributo unificado até trinta dias após o vencimento, operando-se os efeitos da exclusão a partir do mês subsequente ao inadimplemento.

458. A previdência social insere-se em um contexto de solidariedade social, constitucionalmente agasalhada) Equilibra-se, contudo, na constatação da existência de necessidades imensuráveis e recursos limitados, não sendo possível mais que aquilo que a própria sociedade consente em dar aos que, por uma ou outra razão, ausentam-se do mercado de trabalho - concessão essa muitas vezes não só distante do propósito de se sustentar um estilo de vida de quem contribui anos a fio, mas distante também do propósito mínimo de sustentar a própria vida. Nesse contexto, impõem-se limitações aos direitos dos segurados e dos dependentes. Considerando a legislação previdenciária e os princípios constitucionais pertinentes, julgue os itens a seguir relativos a essas limitações.

- a) () caso um indivíduo completasse, em 1998, todos os requisitos definidos na legislação vigente para fruir o benefício da aposentadoria por tempo de serviço, então poderia obter a concessão do benefício em 2001, ainda que tivesse perdido a qualidade de segurado em 1999.
- b) () Mantidas as regras atuais, um segurado que tenha se aposentado em 2000, tendo recebido o primeiro benefício no mês de março, já terá decaído do direito de postular a revisão do benefício no dia 1º/04/2010.
- c) () Caso fosse concedida a pensão a um menor de dez anos de idade, dependente de segurado falecido, então, sendo pago o benefício em valor inferior ao efetivamente devido, prescreveria em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, a pretensão de receber as diferenças havidas mês a mês, devidas pela previdência social.
- d) () Caso um aposentado por invalidez retornasse voluntariamente à atividade, teria sua aposentadoria automaticamente cancelada a partir da data do retorno.
- e) () A renda inicial do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição de um empregado doméstico é calculada com base no salário-de-contribuição, o qual consiste na média aritmética simples de um certo número de salários-de-benefício, todos devidamente atualizados monetariamente.

459. Com relação à seguridade social, julgue os itens abaixo.

- a) () A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n.º 4.682/23) foi o grande marco da Previdência Social no Brasil. No entanto, alguns institutos jurídicos secundários existentes hoje, nas modernas legislações, já haviam sido concebidos no Brasil, por instrumentos legais, muito antes.
- b) () Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) resultou da fusão do INPS e do INAMPS, competindo-lhe, entre outras atribuições, promover a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais receitas a elas vinculadas, na forma da legislação em vigor.
- c) () A preexistência do custeio total em relação ao benefício ou serviço da seguridade social é fator indispensável; sem o custeio, não há benefício ou serviço de seguridade). Porém, esse princípio não impede que a assistência social seja prestada independentemente de contribuição do beneficiário à seguridade social.
- d) () Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços são princípios constitucionais da seguridade social.
- e) () Ao Conselho Nacional de Previdência Social, órgão superior de deliberação colegiada, composto de cinco representantes do governo federal e oito representantes da sociedade civil, compete homologar os planos e programas da Previdência Social.

460. O universo de segurados obrigatórios da Previdência Social inclui

- a) () membro do conselho de administração, na sociedade anônima, bem como todos os sócios, na sociedade em nome coletivo.
- b) () brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, mesmo que segurado na forma da legislação vigente no país de domicílio.

- c) () A pessoa física, exclusivamente proprietária, que explora a atividade de extração mineral – garimpo – em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados.
- d) () ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo.
- e) () brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil, para trabalhar como empregado em sucursal ou agência nacional ou estrangeira no exterior.

461. No regime geral da Previdência Social,

- a) () A inscrição do empregado doméstico ocorre pela apresentação de documento que comprove pela apresentação de documento que comprove a existência de contrato de trabalho, podendo ser efetuada no INSS ou diretamente no sindicato.
- b) () A filiação, para o segurado obrigatório, decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada e, para o segurado facultativo, da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição.
- c) () A inscrição de dependente incumbe ao segurado, que deve fazê-la, sempre que possível, no ato de sua própria inscrição.
- d) () segurado em gozo de benefício mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição e sem limite de prazo.
- e) () A companheira perde a qualidade de dependente, pela cessação da união estável com o segurado, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos.

462. Preceitua o art. 10 da Lei 8.212/91: “A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do art. 195 da Constituição Federal e desta lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais”. Considerando essa forma de custeio da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

- a) () A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do orçamento fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- b) () A contribuição social dos empregados incide sobre a folha de salário, o faturamento e o lucro, ou sobre outra fonte, desde que seja instituída por lei ordinária e tenha por fim garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social.
- c) () A contribuição social dos segurados empregados, excetuando-se os domésticos e o trabalhador avulso, é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota, de forma não-cumulativa, sobre o seu salário-de-contribuição.
- d) () A forma triplíce de custeio adotada pelo legislador não prescinde da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.
- e) () A entidade beneficente de assistência social que cumprir as exigências legais, quais sejam, de ser reconhecida como de utilidade pública federal e de promover a assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores e idosos, fica isenta da contribuição social dos empregadores.

463. Com relação ao salário-de-contribuição, julgue os itens a seguir

- a) () do empregado é a soma da remuneração efetivamente recebida ou creditada, a qualquer título, durante o mês, em uma ou mais empresas, inclusive os ganhos habituais sob a forma de utilidades.
- b) () do trabalhador autônomo é o salário-base; e, no caso de filiação ao regime geral de Previdência Social, de segurado facultativo, este será obrigatoriamente enquadrado na classe inicial da escala.
- c) () segurado empregado que exercer, simultaneamente, atividade sujeita a salário-base fica dispensado de contribuição sobre o salário-base, se a remuneração atingir o limite máximo do salário-de-contribuição.

- d) salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição; todavia, exclui-se do cálculo da contribuição do décimo-terceiro salário.
- e) salário-base é escalonado em classes, com exigência de interstício mínimo em cada classe, sendo admissível o pagamento antecipado de contribuição para suprir interstício entre as classes.

464. Considerando a arrecadação e o recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue os itens abaixo.

- a) A empresa tomadora ou requisitante dos serviços de trabalhador avulso é responsável pela arrecadação e pelo recolhimento da contribuição desse segurado, incidente na respectiva remuneração, inclusive sobre parcelas integrantes desta, tais como férias e gratificação natalina, observadas as normas fixadas pelo INSS.
- b) Os segurados trabalhadores autônomos e equiparados estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria ou mediante transferência ao respectivo sindicato, até o dia oito do mês seguinte ao da competência.
- c) É prerrogativa do INSS, na sua ação de fiscalização, o exame da contabilidade das empresas e, no caso de recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, ele pode, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício importância que reputar devida.
- d) A fiscalização do INSS, examinando a contabilidade de uma empresa, se constatar atraso total ou parcial de recolhimento de contribuições sociais, lavrará notificação de débito, com discriminação clara e precisa dos fatos geradores, das contribuições devidas e dos períodos a que se referem, tendo a empresa, após recebida a notificação de débito, o prazo de quinze dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa.
- e) As contribuições devidas à seguridade social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo, para pagamento parcelado em até sessenta meses, executadas, de regra, as contribuições descontadas dos empregados.

465. Ainda acerca da arrecadação e do recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue os itens que se seguem.

- a) O recolhimento da contribuição devida pelo empresário deve ser efetuado, por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte àquele a que a contribuição se referir.
- b) A contribuição do segurado empregado deve ser recolhida pelo empregador até o dia dois do mês seguinte ao da competência.
- c) O contratante de serviço executado mediante cessão de mão-de-obra, executado o de regime de trabalho temporário, responde solidariamente com o executor pelas contribuições sociais incidentes sobre a folha de salário dos empregados.
- d) As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas contribuições devidas à seguridade social.
- e) O atraso no recolhimento das contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social faz incidir correção monetária, juros de mora e multa variável e, caso o débito seja objeto de parcelamento, deve ser consolidado na data da concessão e expresso em quantidade de UFIR.

466. Com relação aos créditos e benefícios previdenciários, julgue os itens seguintes.

- a) A notificação fiscal de lançamento de débito é um meio de constituição do crédito da seguridade social, sendo a inscrição em dívida ativa do INSS feita em livro próprio.
- b) A inexistência de débito em relação às contribuições devidas ao INSS é condição necessária para que os estados, o Distrito Federal e os municípios possam receber as transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios; no entanto, tais entes, federativos podem, independentemente da existência desses débitos, celebrar contratos e convênios com órgão ou entidade da administração direta e indireta da União, desde que observado o valor-limite legal.
- c) O auxílio-reclusão e a aposentadoria por idade de segurado empregado doméstico são benefícios previdenciários que dependem, respectivamente, de período de carência de doze contribuições mensais e de cento e oitenta contribuições mensais.

- d) () A renda mensal inicial do benefício de aposentadoria por idade corresponde a 80% do salário-de-benefício do segurado, mais 1% deste por grupo de doze contribuições mensais, até o máximo de 20%.
- e) () O salário-maternidade é devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa, à empregada doméstica e à segurada especial; e o salário-família é devido ao segurado empregado, com exceção do segurado trabalhador avulso.

467. Julgue os seguintes itens.

- a) () A comprovação do exercício de atividade rural pode ser feita por apenas um dos seguintes documentos: contrato individual de trabalho, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de arrendamento, por parceria ou comodato rural.
- b) () Compete exclusivamente ao INSS arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das seguintes contribuições sociais: das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço; dos empregados domésticos; e dos trabalhadores, incidentes sobre seu salário-de-contribuição.
- c) () Os fiscais do INSS têm participação sobre o percentual da multa aplicada como penalidade, a título de gratificação de atividade.
- d) () As contribuições sociais sobre faturamento e lucro das empresas e as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos, no que toca a arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização, são de incumbência da Receita Federal e não do INSS.
- e) () Havendo súmula, expedida por Tribunal Federal, favorável aos beneficiários, a autoridade providenciaria poderá formular desistência ou abster-se de recorrer nos processos judiciais.

468. Acerca de benefícios da Previdência Social, julgue os itens abaixo.

- a) () Se, no período em que o segurado esteve em gozo de auxílio-acidente, vigorava dispositivo legal que lhe concedia tal direito, a sua situação não pode ser alterada em face de edição de legislação posterior.
- b) () Considerando que o § 5º do art. 195 da Constituição Federal diz que “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”, a inclusão do auxílio-acidente no cálculo de aposentadoria é inconstitucional.
- c) () O auxílio-acidente é um benefício autônomo, independente de qualquer outro benefício previdenciário, com exceção dos que resultem do mesmo fato.
- d) () Os benefícios da lei infortunistica independem daqueles previstos no sistema da Previdência Social, excetuando-se os decorrentes do mesmo fato.
- e) () O período em que o segurado estiver em gozo de auxílio-acidente não constitui tempo de serviço a ser computado.

469. Com relação à Previdência Social, julgue os itens a seguir.

- a) () O abono anual é uma gratificação paga uma vez por ano, no valor correspondente à média dos benefícios pagos durante o ano.
- b) () A Constituição Federal assegura a aposentadoria de professor, aos trinta anos de serviço, e de professora, após vinte e cinco anos de efetivo tempo de serviço, que pode ser somado a qualquer outro tempo de serviço público para completar o tempo-limite, se necessário.
- c) () A prova do tempo de serviço para fins de aposentadoria, em juízo, poderá ser feita exclusivamente mediante depoimentos de testemunhas.
- d) () A justificação judicial para comprovar tempo de serviço, mesmo e for julgada satisfatória, não tem força de coisa julgada, porque cabe ao INSS o exame de mérito.
- e) () Qualquer contribuinte da Previdência Social pode ajuizar ação contra o INSS, mesmo sem tentar inicialmente a via administrativa.

470. Com relação à Previdência Social, julgue os seguintes itens.

- a) () O mandado de segurança impetrado contra o ato de autoridade do INSS será sempre processado e julgado na Justiça Federal.
- b) () As ações de acidente do trabalho podem ser ajuizadas na Justiça Federal ou na Justiça Estadual do local em que ocorreu o acidente.
- c) () Se a viúva de um segurado requerer a pensão previdenciária somente oito anos após o óbito, receberá os pagamentos atrasados correspondentes a apenas cinco anos e não a oito.
- d) () As ações visando ao reajustamento de benefícios previdenciários podem ser ajuizadas na Justiça Federal ou na Justiça Estadual do local em que residir o beneficiário, desde que não seja sede de vara da Justiça Federal.
- e) () A anotação pelo empregador na CTPS vale como prova de filiação à Previdência Social, inclusive de relação de emprego e de salário-de-contribuição.

471. Julgue os itens que se seguem.

- a) () Quando a empregada doméstica estiver em gozo de salário-maternidade, o empregador deverá recolher somente a contribuição de 12% sobre o salário-de-contribuição dela.
- b) () O segurado que exercer atividades simultâneas sujeitas a salário-base, deverá contribuir em relação a todos eles.
- c) () A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregado e trabalhador avulso a seu serviço, descontando-as das respectivas remunerações e recolhendo-as ao INSS, no prazo estabelecido por lei.
- d) () Segurado facultativo é o que, não estando em nenhuma situação que a lei considera como de segurado obrigatório, desejar contribuir para a Previdência Social, caso em que terá direito a quase todos os benefícios previstos para o segurado obrigatório.
- e) () O segurado que deixar de exercer atividade abrangida pela Previdência Social conserva essa qualidade, independentemente de contribuição, com todos os direitos previdenciários, até doze meses após a cessação das contribuições que vinha realizando como segurado obrigatório. Mas, se ele já havia pago mais de cento e vinte contribuições para a Previdência Social, este prazo de doze meses fica aumentado para vinte e quatro meses.

472. Julgue os itens a seguir.

- a) () O direito aos benefícios previdenciários é imprescritível.
- b) () Uma nova lei que altera as contribuições sociais da Previdência incidentes sobre o salário do contribuinte só produz eficácia após decorridos noventa dias da data da sua publicação.
- c) () A todos os maiores de setenta anos que não tenham nenhuma outra modalidade de rendimentos é devida a Renda Mensal Vitalícia.
- d) () A lei não considera como empresa o autônomo em relação a segurado que lhe presta serviço. Também não considera como empresa a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeira.
- e) () O direito de cobrar os créditos da seguridade social, constituídos legalmente, prescreve em cinco anos.

473. Julgue os itens seguintes.

- a) () Para que o segurado tenha direito a certos benefícios previdenciários, é necessário que tenha pago um determinado número de contribuições mensais, o que se denomina de período de carência.
- b) () Todos os segurados terão direito ao auxílio-acidente.
- c) () Para a Previdência Social, as diárias pagas pela empresa ao empregado integram em 100% o salário-de-contribuição.
- d) () O adicional de férias, as ajudas de custos e as cotas do salário-família integram os salário-de-contribuição.
- e) () As entidades desportivas contribuem para a Previdência Social nas mesmas condições estabelecidas para as empresas.

474. Julgue os itens abaixo:

- a) O maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, é denominado segurado dependente.
- b) A inscrição do segurado em qualquer categoria previdenciária exige a idade mínima de dezesseis anos.
- c) É facultada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- d) Pessoa participante de regime próprio é aquela que exerce atividade que a filie obrigatoriamente à Previdência Social.
- e) A filiação na qualidade de segurado facultativo representa ato volitivo, gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento, não podendo, assim, retroagir e não sendo permitido o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data de inscrição.

475. Com relação aos segurados facultativos, julgue os mencionados:

- a) o estudante
- b) o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior
- c) o meeiro
- d) o pescador artesanal
- e) o síndico de condomínio, quando não remunerado

476. O Decreto Regulamentar nº 3.048/99 apresenta os seguintes exemplos de pessoas que podem ser segurados facultativos:

- a) a dona-de-casa
- b) o presidiário que exerce atividade remunerada e que esteja vinculado a qualquer regime de previdência social
- c) o brasileiro residente ou domiciliado no exterior, mesmo que filiado a regime previdenciário de país com o qual o Brasil mantenha acordo internacional
- d) aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social
- e) o membro de conselho tutelar, quando não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social

477. Analise e julgue se estão certas ou erradas as afirmativas:

- a) O bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa são considerados segurados obrigatórios.
- b) O bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social é considerado segurado facultativo.
- c) A firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional recebe o nome, para a previdência, de empresa.
- d) Empregador doméstico é a pessoa ou família que admite a seu serviço, com finalidade lucrativa, empregado doméstico.
- e) Chamada de sociedade de um sócio só; seu nome é formado com o próprio nome do seu titular é a empresa SIMPLES.

478. Julgue os itens abaixo:

- a) As empresas que possuem dois ou mais proprietários, podendo ser comerciais, ou não são denominadas sociedades.
- b) O Estado, as igrejas e os partidos políticos são exemplos de empresas sem fins lucrativos.

- c) () Empregador doméstico é segurado obrigatório da Previdência Social.
- d) () O contribuinte individual é considerado empresa em relação a segurado que lhes presta serviços.
- e) () Associação é uma sociedade de pessoas, não de capital; a entrega de produto, pelo cooperado, à cooperativa, não constitui ato de comércio.

479. Julgue as definições da previdência dadas a seguir:

- a) () Cooperativa é um empreendimento coletivo, geralmente de natureza civil, com finalidade não lucrativa, voltado para o desenvolvimento cultural, político, esportivo, ecológico, classista, lazer, etc.
- b) () As atividades das associações são econômicas, mas em regra não objetivam o lucro.
- c) () A cooperativa é pessoa jurídica de direito privado e quase sempre empregadora.
- d) () Entidade é uma expressão genérica, e pode alcançar, por exemplo, os estabelecimentos voltados para finalidades altruísticas, como as de filantropia e assistência social.
- e) () Embaixada Brasileira é o órgão de representação estrangeira no Brasil, sediada em Brasília.

480. Ainda sobre definições básicas da Previdência, julgue:

- a) () Missões diplomáticas são organismos de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.
- b) () As Missões diplomáticas são órgãos oficiais, isto é, parte dos governos estrangeiros e não se confundem com as repartições consulares ou escritórios de representação.
- c) () Repartição consular é o instrumento de intermediação do estrangeiro no território nacional.
- d) () A Embaixada do Brasil está situada nas principais cidades do país, com o objetivo de cooperar com os súditos ou brasileiros naturalizados.
- e) () Operador Portuário é a pessoa jurídica pré-qualificada para a execução de operação portuária na área de porto organizado.

481. Analise e julgue:

- a) () Área de porto organizado é a compreendida pelas instalações portuárias, como ancoradouros, docas, cais, pontes, terrenos, armazéns etc.
- b) () A infra-estrutura de proteção e acesso aquaviário ao porto, tais como guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio que devam ser mantidos pela administração do porto, não são consideradas como área de porto organizado.
- c) () Órgão Gestor de Mão-de-Obra é aquele que faz a intermediação na colocação da mão-de-obra do referido laborista à disposição do operador portuário.
- d) () A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- e) () A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.

482. Julgue:

- a) () As despesas da União com a previdência de seus servidores não poderão ser atendidas com os recursos provenientes das contribuições das empresas à Seguridade Social incidentes sobre o seu faturamento e sobre o seu lucro.
- b) () Os recursos oriundos do aumento das contribuições à Seguridade Social já existentes, bem como das que eventualmente venham a ser criadas, devem ser destinados exclusivamente às áreas de saúde, previdência e assistência social.
- c) () A contribuição do empregado, inclusive o doméstico, e a do trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o seu salário-de-contribuição mensal, de forma cumulativa.

- d) As alíquotas são reduzidas apenas para salários e remunerações até três salários mínimos.
- e) São consideradas as contribuições recolhidas com atraso relativas a competências anteriores.

483. A base de cálculo da contribuição do empregado doméstico e do empregado avulso está limitada ao teto de:

- a) R\$ 1.561,56.
- b) R\$ 636,17
- c) R\$ 2,432,18
- d) R\$ 487,90
- e) 10 salários mínimos

484. Julgue:

- a) Se um empregado doméstico trabalhar para mais de um empregador, seus salários-de-contribuição em cada um deles não serão somados para efeito de verificação da alíquota aplicável.
- b) A data de reajustamento dos benefícios de prestação continuada tem coincidido, historicamente, com a de reajustamento do valor do salário-mínimo (para os benefícios de valor mínimo).
- c) Antes da Lei nº 8.620/93, os empregados e avulsos que prestassem serviços para as microempresas contribuía com a alíquota de 11%, independentemente do valor do seu salário-de-contribuição.
- d) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte e cinco por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.
- e) A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços.

485. A Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996 instituiu a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e depois, a Portaria MPAS nº 525, de 29/05/2002, republicada pela Portaria MPAS nº 610, de 14 de junho de 2002, publicavam a tabela de contribuições a saber:

- a) salários até R\$ 468,47 – alíquota de 7,65%
- b) salários de R\$ 468,48 até R\$ 600,00 – alíquota de 9,5%
- c) salários de R\$ 600,01 até R\$ 780,78 – alíquota de 10%
- d) salários de R\$ 780,79 até R\$ 1.561,56 – alíquota de 11% C
- e) Salários acima de R\$ 1.561,56 – alíquota isenta

486. Para o financiamento dos benefícios concedidos em razão de grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

- a) 5% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve
- b) 8% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio
- c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave
- d) vinte e cinco por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços
- e) quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho

487. A contribuição adicional de dois vírgula cinco por cento sobre a base de cálculo definida em lei para:

- a) distribuidoras de títulos e valores mobiliários
- b) lotéricas
- c) empresas de arrendamento mercantil
- d) entidades de previdência privada abertas e fechadas
- e) igrejas, sindicatos e associação de classe

488. A contribuição da empresa em relação às remunerações e retribuições pagas ou creditadas pelos serviços de segurados empresários, trabalhadores autônomos, avulsos e demais pessoas físicas, sem vínculo empregatício, está disciplinada pela Lei:

- a) 84, de 18.1.96
- b) 8.212/91
- c) 8.213/91
- d) 6.696/90
- e) 4.084/74

489. Analise:

- a) O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes
- b) O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional da Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiências física, sensorial e/ou mental com desvio do padrão médio.
- c) A contribuição da empresa é também chamada de contribuição patronal.
- d) A contribuição social não decairá sobre as remunerações pagas à pessoa física que lhe preste serviços, com ou sem vínculo empregatício.
- e) A contribuição de 20%, incide sobre o total das remunerações pagas ou creditadas pela empresa às pessoas físicas que prestem serviços a uma empresa, durante o mês.

490. Antônio Melo trabalhou como empregado na empresa Dias & Dias Parado Ltda) e recebeu, no mês de dezembro/00, uma remuneração de R\$ 1.200,00. A atividade preponderante dessa empresa sujeitava-a à alíquota de 3%. Antônio Melo recebe uma pensão por morte de sua esposa. As contribuições devidas à Seguridade Social, incidentes sobre a remuneração do empregado em tela são as seguintes:

- a) da empresa - 20% sobre R\$ 1.200,00
- b) da pensão que o empregado recebe - 9,65%
- c) do empregado - 11% sobre R\$ 1.200,00
- d) da previdência, sobre a pensão que o empregado recebe - 3,5% E
- e) + 3% sobre R\$ 1.200,00

491. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- a) acima de 1500 empregados.. 10%
- b) até 200 empregados..... 2%
- c) de 1.001 em diante..... 8%
- d) de 201 a 500..... 3%
- e) de 501 a 1.000..... 4%

492. A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém a equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, corresponde a cinco por cento da receita bruta, decorrentes:

- a) dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional
- b) dos espetáculos que participem em qualquer modalidade desportiva
- c) em jogos internacionais
- d) em qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda
- e) em transmissão dos espetáculos desportivos

493. Muitas vezes o empregado recebe, além do salário, outras parcelas, tais como horas-extras, vale-transporte, ajudas de custo, diárias para viagem, ajuda-alimentação, etc. Algumas dessas parcelas adicionadas ao salário:

- a) não integram o salário-de-contribuição
- b) não sofrem a incidência das contribuições à Seguridade Social.
- c) alteram o valor da contribuição
- d) incidem sobre a contagem do contribuição anual
- e) Para os contribuintes individuais (segurados empregado doméstico, empresário, autônomo, equiparado a autônomo), segurado especial e segurado facultativo, o período de carência é contado da data do efetivo recolhimento da 1ª contribuição sem atraso.

494. A alíquota de 20% recai sobre os mesmos valores que compõem o salário-de-contribuição das pessoas físicas que prestarem serviços à empresa, respeitado o teto de:

- a) R\$ 1.561,56
- b) R\$ 2.487,90
- c) Dez salários mínimos
- d) Três salários mínimos
- e) R\$ 899,80

495. Sobre as entidades de futebol profissional, analise:

- a) Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de dez por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento.
- b) Caberá à associação desportiva que mantém a equipe de futebol profissional informar à entidade promotora do espetáculo desportivo todas as receitas auferidas no evento, discriminando-as detalhadamente.
- c) No caso de a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional receber recursos de empresa ou entidade, à título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, esta última ficará com a responsabilidade de reter e recolher o percentual de cinco por cento da receita bruta decorrente do evento.
- d) São considerados como remuneração direta ou indireta, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.
- e) A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, destinada à seguridade social, corresponde a cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos de que participe.

496. Julgue:

- a) A Confederação Brasileira de Futebol - CBF informará ao Instituto Nacional do Seguro Social- INSS , com a antecedência necessária, a realização de todo espetáculo desportivo de que o clube de futebol profissional participe no território nacional.
- b) A contribuição devida pela agroindústria é definida como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção.
- c) O segurado especial, além da contribuição obrigatória, poderá contribuir, facultativamente.
- d) Integram a produção os produtos de origem animal ou vegetal, em estado natural ou submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar.
- e) Os processos de beneficiamento ou industrialização rudimentar incluem todos os processos adotados com exceção de processos de lavagem, limpeza, descaroçamento, pilagem, descascamento, lenhamento, pasteurização, resfriamento, secagem, fermentação, embalagem, cristalização, fundição, carvoejamento, cozimento, destilação, moagem, torrefação, bem como os subprodutos e os resíduos obtidos através desses processos.

497. As contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à Seguridade Social, são calculadas mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- a) 5% (cinco por cento) sobre a renda advinda da produção
- b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das despesas com contribuição previdenciária
- c) 2% (dois por cento) sobre sua receita bruta
- d) 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido do período-base, antes da provisão para o Imposto de Renda
- e) 2,5% do faturamento e do lucro

498. Sobre o CONFINS, julgue:

- a) COFINS é Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
- b) O COFINS é arrecadado e fiscalizado pela Receita Federal.
- c) O INSS tem participação em quaisquer atividades relacionadas com o COFINS
- d) O COFINS não prejudicará a cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social- PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público- PASEP.
- e) O CONFINS é devido pelas pessoas jurídicas, inclusive por aquelas a ela equiparadas pela legislação do Imposto de Renda.

499. Sobre a contribuição do empregador doméstico, julgue:

- a) A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- b) Esta contribuição é recolhida juntamente com a do empregado doméstico (de 7,65; 8,65; 9 ou 11%), através de carnê.
- c) Esta contribuição não incide sobre a mesma base de cálculo da contribuição do trabalhador.
- d) O empregador doméstico é segurado obrigatório da Previdência Social.
- e) O empregador doméstico pode filiar-se como facultativo.

500. A contribuição do empregador rural pessoa física é de:

- a) 0,5% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho 11% dos rendimentos da sua produção
- b) 11% dos rendimentos da sua produção
- c) 8% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção
- d) 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção
- e) 0,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho

GABARITOERRO! A ORIGEM DA REFERÊNCIA NÃO FOI ENCONTRADA.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
a	C	C	E	E	C	E	E	E	C	E
b	C	E	E	E	E	C	E	E	E	E
c	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C
d	C	E	E	E	E	E	E	E	E	E
e	C	E	C	C	C	E	E	C	C	E

	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
a	C	C	E	E	E	C	C	E	C	C
b	E	C	E	E	E	E	E	E	C	C
c	E	C	C	E	E	E	C	C	C	E
d	E	C	E	C	E	E	E	C	E	E
e	C	C	C	E	C	E	E	E	E	E

	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
a	C	C	E	C	E	C	E	E	E	E
b	C	E	E	E	C	C	E	E	E	E
c	C	C	E	E	E	C	E	E	C	C
d	C	C	E	E	E	E	E	C	E	E
e	E	E	C	E	C	E	C	E	E	E

	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
a	C	E	E	C	E	E	E	E	C	E
b	C	E	E	E	E	E	C	E	C	E
c	C	E	C	E	E	C	E	E	E	C

<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>

	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

e E C E E C E E E E E

81 82 83 84 85 86 87 88 89 90

a C C C C C C C C C C

b C E C C C E C C E C

c C E C C C E C C C C

d C E C C E E C C C C

e E E C E E E E E C E

91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

a C C C E C C C C C C

b C C C E C C C C C C

c C C C E C C C C C E

d C C C E C C E C C C

e C C C E C C E E E E

101 102 103 104 105 106 107 108 109 110

a E C E C E E E C C E

b C C E C E C E E E E

c C C E C C C E C C E

d C C C C E E E C C E

e C E E C E E C C C C

111 112 113 114 115 116 117 118 119 120

a C C C C C E E C C E

b C C E C C E E C E E

c C C C C C E C E E C

d C C E C C E E E E E

e E E C E C C E E E E

	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130
a	C	E	E	E	C	C	E	E	E	C
b	C	E	C	E	C	C	E	E	E	C
c	E	E	E	E	C	C	C	E	C	C
d	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C
e	E	E	E	E	E	C	E	E	E	C

	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
a	C	C	E	C	E	C	C	E	C	E
b	C	C	C	E	E	E	C	E	C	E
c	C	C	E	E	E	E	C	E	C	E
d	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E
e	E	C	E	E	E	E	E	C	C	E

	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
a	C	C	E	E	C	C	C	E	C	C
b	C	C	C	E	C	C	C	E	C	C
c	C	C	E	C	C	C	C	C	E	C
d	C	E	E	E	E	C	C	E	E	C
e	C	E	E	E	E	C	C	E	E	C

	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
a	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
b	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
c	C	C	C	C	C	C	C	C	E	C
d	C	E	C	C	C	C	E	C	E	E
e	E	E	C	E	C	E	E	C	E	E

	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>

	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210
--	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

a	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
b	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
c	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
d	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
e	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220
a	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
b	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
c	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
d	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
e	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>

	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230
a	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
b	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
c	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
d	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
e	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240
a	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
b	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
c	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
d	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
e	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250
--	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

a	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
b	C	C	E	C	E	C	C	E	C	C
c	C	C	C	C	E	C	C	C	C	C
d	C	E	C	E	C	C	E	E	E	E
e	E	E	E	E	C	E	E	C	E	E
	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260
a	C	C	C	C	E	C	C	C	E	E
b	C	C	C	E	C	C	C	C	C	E
c	C	C	C	C	E	C	C	C	C	C
d	E	C	C	E	E	C	C	C	C	E
e	E	C	E	C	E	E	E	C	C	E
	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270
a	C	C	C	C	C	C	C	E	C	C
b	C	C	E	C	C	E	E	E	C	C
c	C	C	C	C	C	E	E	C	E	C
d	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
e	C	E	C	C	E	C	C	E	E	E
	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280
a	E	C	C	C	C	C	C	E	C	E
b	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
c	E	C	C	C	C	C	C	C	C	C
d	E	C	E	C	C	C	C	C	C	C
e	C	C	E	C	C	C	C	C	E	E
	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290
a	C	C	C	C	C	C	C	E	C	C

<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>

	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>

	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

<i>d</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>

	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>e</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>

	381	382	382	384	385	386	387	388	389	390
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>

	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400
<i>a</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>b</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>e</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410
<i>a</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
<i>b</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
<i>c</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
<i>d</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>

e C E E C C E C C E E

411 412 413 414 415 416 417 418 419 420

a C C C C E C C C C C

b E E E C E C C C C E

c C C E E E E E E C E

d C E C C E E E C E C

e E C E C E C C E C E

421 422 423 424 425 426 427 428 429 430

a C C E E C C C E C C

b C C E E E C C C C E

c C C C C C E C C C C

d C C C C E E C C C E

e C E E C C C C E C C

431 432 433 434 435 436 437 438 439 440

a C C C C C C E E C E

b E C E C C E E E C E

c E C C E E C C C C C

d C C C E E E C C C E

e C C C E E C C C E C

441 442 443 444 445 446 447 448 449 450

a C C C C E E C E C E

b E C C C C C E E E E

c E C E E E C C C C C

d C C E C C E C C E E

e	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460
a	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
b	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
c	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
d	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
e	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>

	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480
a	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
b	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
c	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
d	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
e	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>

	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480
a	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
b	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
c	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
d	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
e	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>

	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490
a	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
b	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
c	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>
d	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
e	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>

	491	492	493	494	595	496	497	498	499	500
a	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
b	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>
c	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>
d	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>
e	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>E</i>	<i>E</i>	<i>C</i>	<i>C</i>	<i>C</i>

APOSTILA LÓGICA